

Publicação semestral
Distribuição gratuita

55

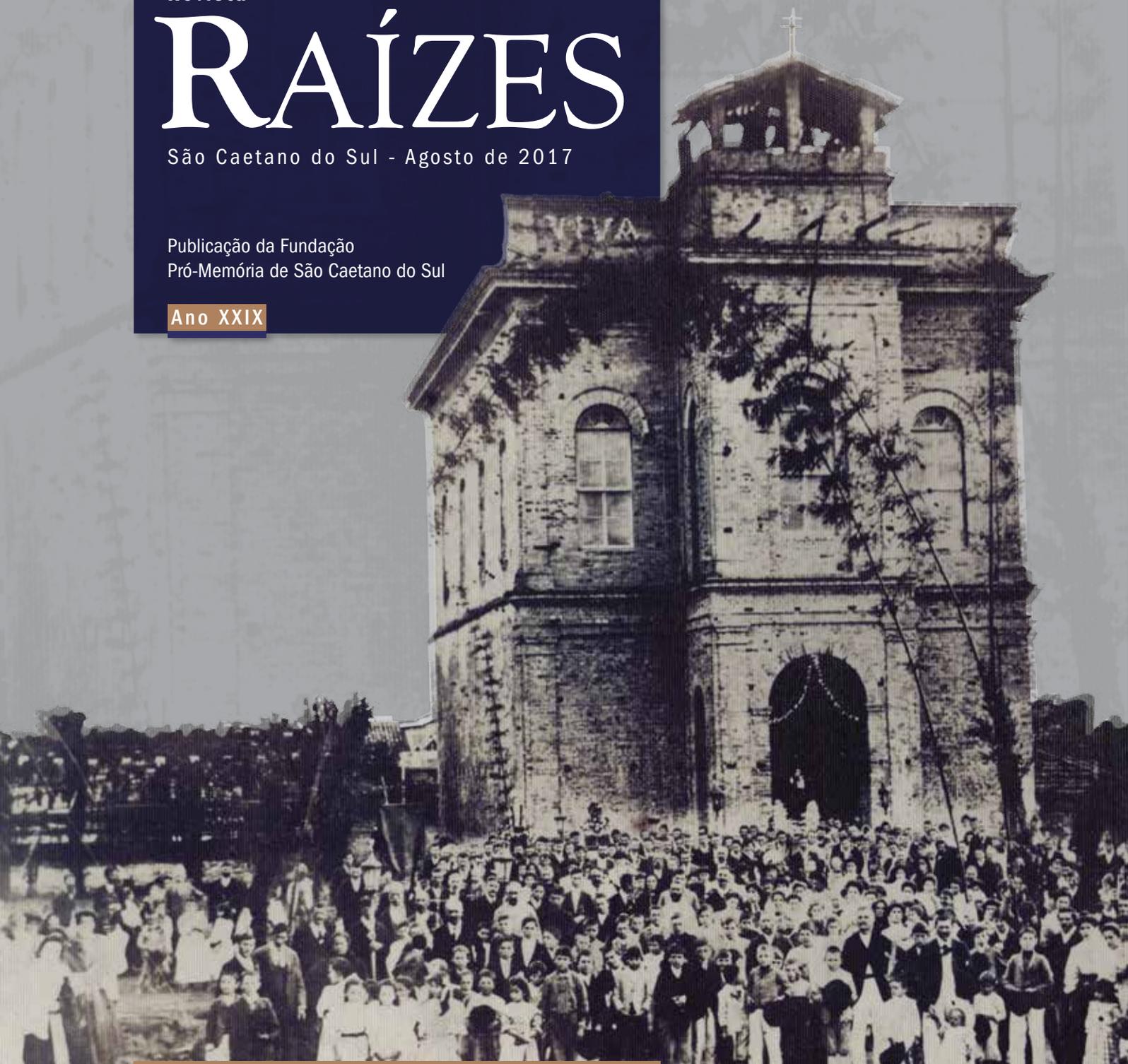
Revista

RAÍZES

São Caetano do Sul - Agosto de 2017

Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

Ano XXIX



The image features a central black diamond shape containing white text. The background is a collage of aerial photographs of a residential neighborhood, with various sections of the photo overlaid with semi-transparent, vibrant colors such as yellow, green, blue, purple, red, and orange. The text is centered within the diamond.

Há 26 anos preservando sua memória

Revista

RAÍZES

Ano XXIX – Número 55
Publicação semestral
Distribuição gratuita
Publicação da Fundação
Pró-Memória de
São Caetano do Sul

Tiragem desta edição:
2.000 exemplares
Agosto de 2017

WWW.FPM.ORG.BR
FPM@FPM.ORG.BR
RAIZES@FPM.ORG.BR

Av. Dr. Augusto de Toledo, 255
Santa Paula - CEP: 09541-520
São Caetano do Sul – SP
Fone/fax: (11) 4223-4780

PREFEITO MUNICIPAL

José Auricchio Jr.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

João Manoel da Costa Neto

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA

Charly Farid Cury

COORDENAÇÃO GERAL

Márcia Gallo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paula Fiorotti (Mtb. 28.927)

EDIÇÃO E REVISÃO

Caio Bruno

Cristina Toledo de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Charly Farid Cury (PRESIDENTE)

Ana Luiza Nóbrega Cury

Ana Maria Guimarães Rocha

Antonio Reginaldo Canhoni

Caio Bruno Siqueira de Paula

Cristina Toledo de Carvalho

Humberto Domingos Pastore

Isabel Cristina Ortega

João Alberto Tessarini

João Manoel da Costa Neto

Mário Porfírio Rodrigues

Monica Iafrate

Nelson Albuquerque Oliveira Júnior

Paula Ferreira Fiorotti

Roberta Sernagiotto Soares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Roberta Giotto

SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL

Caio Bruno

Cristina Toledo de Carvalho

Cristina Ortega

FOTOGRAFIA, DIGITALIZAÇÃO

E RESTAURAÇÃO DE IMAGENS

Antonio Reginaldo Canhoni

APOIO À PESQUISA ICONOGRÁFICA

Bruno Pellegrini Bellucci

Jussara Ferreira Muniz

Monica Iafrate

CTP E IMPRESSÃO

Gráfica Franchin



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da história do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Agradecemos informações adicionais a respeito das imagens eventualmente não identificadas publicadas nesta revista, a fim de que possamos alterar os créditos em futuras publicações.

Caio Bruno**Cristina Toledo de Carvalho**

A imagem que ilustra esta edição de *Raízes* é uma das mais emblemáticas e representativas da história de São Caetano. Tirada em 1908, durante a celebração de Santo Antonio, no dia 13 de junho, constitui um dos primeiros registros fotográficos do templo que hoje abriga a Paróquia São Caetano, localizada no Bairro da Fundação. Sua ligação com a Capela de mesmo nome, tema da principal seção da revista, o *Em Foco*, reside no fato de que fora construído no local onde os beneditinos edificaram a mencionada capela, entre 1717 e 1720, ocasião em que comandavam a então Fazenda do Tijuçu, formada em uma parcela do território que, atualmente, compõe o município de São Caetano do Sul.

Dedicada ao Santo da Divina Providência, sua edificação, há 300 anos, é um marco histó-

rico, por tudo que representou para a cena cotidiana da localidade e região, em termos culturais, sociais e religiosos. Se, hoje, a cidade ostenta a denominação São Caetano deve-se àquela tricentenária iniciativa beneditina.

Reformada e ampliada, a partir de 1772, a Capela de São Caetano deixou alguns vestígios, como uma estrutura de lajotas que serviu de alicerce a ela. Estrutura localizada durante a escavação arqueológica realizada, em 1991, junto à área na qual se encontra a Matriz Velha (termo surgido e propagado, a partir da década de 1930, para distinguir o templo do Bairro da Fundação em relação ao da região central da cidade, que, posteriormente, abrigaria a atual Paróquia Sagrada Família, a Matriz Nova). Esse material encontra-se exposto na vitrine arqueológica situada ao lado da Matriz Velha.

Em razão de polarizar testemunhos que remontam a dois períodos distintos e sobrepostos

da história da localidade (os concernentes à Fazenda e ao Núcleo Colonial de São Caetano), o templo do Bairro da Fundação aparece contemplado na capa deste número, por meio de uma das imagens mais antigas de nosso acervo e icônicas do município.

Sua importância histórica é tamanha que, além de ilustrar a recepção da sede da Fundação Pró-Memória, a fotografia foi uma das primeiras a serem publicadas em *Raízes*, abrindo o artigo inicial da edição de número um da revista, em julho de 1989. De autoria de Oscar Garbelotto, o referido artigo discute aspectos da religiosidade dos primeiros imigrantes italianos instalados em São Caetano.

Com isso, acreditamos que nossa capa consiga transmitir ao leitor seu conceito de interligação entre os momentos históricos distintos e, ao mesmo tempo, complementares e contínuos, envolvendo São Caetano do Sul.

Charly Farid Cury

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

Raízes chega ao número 55 em um momento especial para a Fundação Pró-Memória e para a própria história de nosso município. Com novo visual gráfico, tendo como objetivo uma maior atratividade e marcando o início de uma nova fase, a publicação celebra, nesta edição, os 300 anos do início da construção da Capela de São Caetano, nas terras da antiga Fazenda do Tijucuçu. Tal capela se localizava no mesmo lugar em que hoje se situa o templo da Paróquia São Caetano (Bairro da Fundação), conhecida, popularmente, como Matriz Velha.

Nesta edição, a revista apresenta uma nova ótica de abordagem da história sul-são-caetaneense, utilizando-se como mote temático o 3º Centenário da capela construída pelos beneditinos, proprietários da fazenda constituída, a partir do século 17, em uma parte do território que, hoje, compreende o município. Afinal, apesar de São Caetano celebrar, neste ano de 2017, seus 140 anos de fundação oficial, há pelo menos três séculos já havia moradores aqui em nosso solo. E é um pouco do que aconteceu nestes 160 anos que separam as duas datas (a do início da construção da capela, em 1717, e a da inauguração do Núcleo Colonial de São Caetano, em 28 de julho de 1877, celebrada como sendo a do aniversário da cidade) que a seção *Em Foco* traz o primoroso ensaio do professor e sociólogo José de Souza

Martins, fruto de 60 anos de meticulosa e incansável pesquisa sobre o tema. Completando a seção, os artigos de autoria de Cristina Toledo de Carvalho, Monica Iafrate e Cristina Ortega.

No mais, *Raízes* mantém sua visão histórica e fundamental de retratar e preservar sempre a memória da cidade e de sua população, por meio da rememoração de histórias, como a crônica de Mário Porfírio Rodrigues e João Tarcísio Mariani, a qual aborda, sob uma perspectiva inusitada e curiosa, a campanha autonomista. A celebração e o registro de datas, como os 25 anos do Palácio da Cerâmica e os 80 anos da inauguração do templo que, atualmente, abriga a Paróquia Sagrada Família, também foram lembrados, além de personagens (anônimos ou não), de importância na vida do município, caso do ex-prefeito Raimundo da Cunha Leite e do cantor Elpídio Moré. Nas demais páginas, outras variadas temáticas enriquecem ainda este número e às seções tradicionais uma nova foi agregada. Trata-se de *Álbum de Família*, seção baseada no projeto de mesmo nome, idealizado pela Fundação Pró-Memória em 2006.

Assim, iniciando uma nova etapa de seus 26 anos de existência, a Fundação Pró-Memória reafirma seus princípios e agradece a todos os articulistas, entrevistados, conselheiros e colaboradores que, juntos, tornaram realidade a edição de número 55 de *Raízes*. **Boa leitura!**



EM FOCO

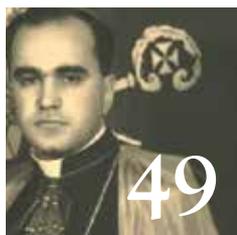
- 6 **O 3º Centenário da Capela de São Caetano**
JOSÉ DE SOUZA MARTINS
- 29 **Os 300 anos da Capela de São Caetano: um convite à reflexão**
CRISTINA TOLEDO DE CARVALHO
- 40 **Em busca do passado: as contribuições da arqueologia para a história de São Caetano do Sul**
MONICA IAFRATE
- 47 **José Custódio de Sá e Faria Autor do projeto do pórtico da Capela de São Caetano, em 1773**
CRISTINA ORTEGA

MEMÓRIA

- 49 **Os 80 anos da Filial Nova, da Matriz Velha, da Capela Tricentenária!**
JOÃO TARCÍSIO MARIANI
- 57 **Palácio da Cerâmica completa 25 anos**
CAIO BRUNO
- 61 **Carvoaria Flórida: passado, presente e futuro de uma empresa familiar**
MARCOS MASSOLINI

HISTÓRIA ORAL

- 64 **A vida e a música de Elpidio Moré**
CAIO BRUNO



■ PERSONAGEM

68 **Massagista Mario Romano**
Mãos que fizeram história
LUIZ DOMINGOS ROMANO

70 **Zé da Shalako, da aventura**
ao empreendedorismo
CRISTINA ORTEGA

■ HOMENAGEM

72 **Raimundo da Cunha Leite,**
o “embaixador dos baianos”
em São Caetano
CRISTINA TOLEDO
DE CARVALHO

78 **A guerreira da educação,**
professora Maria Teresinha
Dario Fiorotti
CRISTINA ORTEGA

■ CULTURA

82 **Aron Feldman:**
artesão de imagens
CLÁUDIO FELDMAN

■ ARTIGOS

86 **Das marcas da devoção:**
catolicismo e espiritualidade na
São Paulo colonial
(séculos 16-19)
RODRIGO MARZANO MUNARI

92 **Comunicação, Identidade,**
Patrimônio e a Revista Raízes
MAYRA OLIVEIRA

■ ESPORTES

98 **SAAD E.C.: a campanha de 1975**
RENATO DONISETE PINTO

■ POESIAS E CRÔNICAS

104 **Um ideal ... um jornal ...**
um hospital ... um feliz final!
JOÃO TARCÍSIO MARIANI E
MÁRIO PORFÍRIO RODRIGUES

■ REGIONAIS

111 **No tempo da Fazenda**
de São Bernardo
RODOLFO SCOPEL JACOBINE

■ MEMÓRIA FOTOGRAFICA

116

■ RAÍZES E RETRATOS

119



■ BAÚ DE MEMÓRIAS

123

■ ÁLBUM DE FAMÍLIA

124

■ REGISTRO

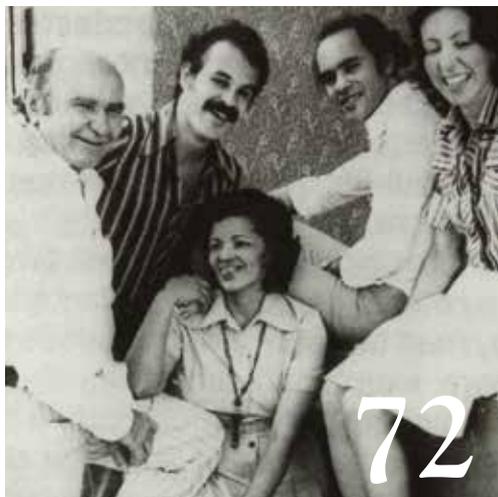
128



68



70



72



119

José de Souza Martins

O 3^o Centenário da Capela de São Caetano¹

As características e as funções dos bairros da Vila, depois cidade de São Paulo, ainda estão dominadas, na historiografia paulistana, por versões sumárias, predominantemente cronológicas, sem maior atenção à importância que tiveram, durante todo o período colonial, na organização social e política da sociedade local. Muita coisa dorme nos arquivos históricos que desdizem o simplismo e um certo provincianismo das narrativas. É de justiça destacar a importância destoante que tem a obra historiográfica do poeta e romancista Nuto Sant'Anna, que foi diretor do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e que me honrou com seu prefácio ao meu primeiro livro sobre São Caetano. Especialmente nos seis volumes de seu *São Paulo Histórico*, mas não só, há uma abundância de capítulos que em si mesmos são indicações significativas sobre os bairros rurais na dinâmica da São Paulo de então. Mesmo os bairros de poucas referências e de menor visibilidade, como o nosso Tijucuçu, nem por isso de menor significação sociológica e histórica.

Este artigo se situa na perspectiva dessa preocupação e é em si mesmo uma substancial comprovação do que afirmo. O hoje município de São Caetano do Sul foi, por mais de 300 anos, o Bairro do Tijucuçu, da Vila de São Paulo do Campo, e, depois, no século 18, Bairro de São Caetano, da já cidade de São Paulo. As escassíssimas referências documentais e bibliográficas a esse bairro, no confronto com a narrativa que aqui faço, como resultado de 60 anos de pesquisa em arquivos históricos, são indicativas de extensa pobreza de investigação e análise sobre o tema.

A exuberância da história de São Caetano, que aqui mostro, recomenda a revisão da história paulistana à luz de novas fontes, como aqui faço e aqui recomendo. E, é claro, inevitavelmente, uma significativa correção da história oficial de São Caetano do Sul, para que sua história seja corretamente conhecida, em sua verdadeira extensão. Até mesmo na importância que teve ela na história social do Brasil, em capítulos decisivos da história local e do país, como o do fim da escravidão indígena (em 1757), a antecipação do

fim da escravidão negra (em 1871) e o dos antecedentes da Grande Imigração, com a criação do Núcleo Colonial (em 1877).

Histórias superpostas: São Caetano de 1877 e São Caetano antigo - Pode causar surpresa a muitos moradores de São Caetano do Sul, habituados às anuais celebrações municipais de 28 de julho, a notícia de que neste ano de 2017 ocorre o 3º Centenário da Capela de São Caetano. A referência é 1717, início do triênio em que governou o Mosteiro de São Bento o Abade Dom Frei Manoel da Natividade, durante o qual se deu sua construção.

Essa capela se localizava no mesmo lugar em que se situa hoje a Matriz de São Caetano, conhecida como Matriz Velha, na Praça Ermelino Matarazzo. Pelo fato de que, oficialmente, o município comemore seu aniversário no dia 28 de julho, e tenha como referência de fundação o ano de 1877, a notícia pode confundir muita gente. Na verdade, são eventos históricos distanciados entre si por 160 anos, relativos a realidades sociais e históricas completamente diferentes. Realidades densas de vida, dotadas de sociabilidades próprias e características.

Elas têm em comum o fato de que se desenrolaram no mesmo espaço, que é, em parte, o do território do atual município. A desconexão entre o passado histórico mais antigo e o mais recente, envolvendo populações diferentes, tem muito a ver com o fato de que a abolição da escravatura, em 1871, nas fazendas da Ordem de São Bento, à qual pertencia a Fazenda de São Caetano, dispersou os escravos que aqui moravam. Alguns foram para a Bahia, como o mostrou com documentos de família um dos descendentes desses escravos, o falecido historiador Luiz Gonzaga Piratininga Júnior.

Por outro lado, a grilagem e a especulação imobiliária nas áreas da Fazenda e do Bairro de São Caetano que os beneditinos haviam aforado

aos seus antigos índios administrados, libertados pelo Diretório do Grão-Pará e Maranhão, em 1757, acabariam resultando na invasão dessas terras, decorrência da fragilidade dos títulos de aforamento. Em particular os das terras comunais provenientes da sesmaria de Manoel Temudo, que foram adquiridas por Fernão Dias Pais, em 1671, para aumentar a Fazenda do Tijucuçu, depois Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. Esses foreiros e sitiantes valiam-se dos pastos comunais entre o Rio dos Meninos e o Ribeirão do Moinho Velho, juridicamente definidos como terras do comum já no século 16 e, portanto, vetados à apropriação privada, na concepção do Direito da época do Descobrimento. Sobre elas prevalecia o domínio da Coroa, abertas ao comum uso público, como então se dizia, porque área de pastagem desde o século 16, ainda no território de Santo André da Borda do Campo.

A grilagem, a falsificação de documentos e as questões fundiárias começaram já no século 18 e se agravaram no século 19, sobretudo a partir da Lei de Terras, de 1850. Essas terras de pastagem eram essenciais à sobrevivência daqueles moradores, pois muitos deles eram tropeiros. A ação dos grileiros se concentrou na mesma época em que os imigrantes estavam chegando, entre 1877 e 1890. O que levará à revolta popular de abril de 1883 nessa área de São Caetano. Foi quando os moradores atacaram a casa, o caseiro e as terras invadidas por pessoa poderosa. Acabaram presos e processados em julho.

Há veladas referências, na documentação do caso, ao fato de que os moradores antigos de São Caetano estavam sendo expulsos da terra, enquanto adventícios recentes recebiam do governo seus lotes de terra. Em particular, é mencionada a doação de lotes a veteranos da Guerra do Paraguai, os chamados Voluntários da Pátria. Receberam terras em extensa área da antiga Fazenda de São Bernardo e havia intenção de dis-

tribuir-lhes terras no antigo Tijucuçu. O ressentimento vinha, sobretudo, de antigos moradores e usuários das terras comunais de São Caetano.

A ruptura entre novos e antigos moradores de São Caetano se consumará quando da criação do município de São Bernardo, em 1889, pouco antes da República. Nessa ocasião, essa parte do antigo Bairro de São Caetano permanecerá no município de São Paulo, enquanto a maior parte do assentamento dos colonos italianos ficará no território do novo município. Apenas uma parte deles ocupará larga faixa à margem do Rio Tamanduateí e da São Paulo Railway, aproximadamente na área que veio a ser a Vila Carioca. Foi, justamente, onde houve maior aproximação entre italianos e antigos moradores, não obstante o registro de um conflito entre um lado e outro. A ruptura ocorreu na área de São Caetano em que os colonos italianos ficaram isolados da população brasileira antiga, onde é propriamente o município de São Caetano do Sul.

Com essa ruptura, os novos moradores, os imigrantes, não se reconheceram na tradição histórica local, mesmo em face das muitas evidências como a capela, a casa de vivenda, os restos da antiga fábrica de produtos cerâmicos e os canais de drenagem dos terrenos baixos, que definiam o cenário cotidiano de sua nova vida na terra de adoção. Eram evidências de uma organizada ocupação humana anterior e até mesmo recente. Sociologicamente, as duas sociedades não se fundiram nem há entre elas, propriamente, uma continuidade histórica. Apesar de algumas evidências de casos de parentesco simbólico, de

compadrio, entre italianos recém-chegados e antigos são-caetanenses, os da mencionada área que ficou no território de São Paulo quando da criação do município de São Bernardo.

No dia 15 de julho de 1883, os colonos de São Caetano publicam uma nota no jornal *A Província de S. Paulo* esclarecendo que a notícia da revolta “não se refere a eles, mas sim aos naturais da vizinhança da colônia de São Caetano, e para que alguém não faça má fé dos mesmos [colonos], fazem a declaração acima”. Claramente, era a afirmação pública da consciência da descontinuidade entre a história local rompida com a compra da Fazenda de São Caetano pelo Império, em 5 de julho de 1877, e a instalação do Núcleo Colonial de São Caetano, em 28 de julho de 1877, e a nova história, a da comunidade de imigrantes italianos. A história que nesse momento começa é a história deles, imigrantes, a história celebrada no dia 28 de julho. História da parte do território do antigo Bairro de São Caetano em que surgiu o município de São Caetano do Sul. Mas não é a to-

talidade da história de São Caetano, cronológica, social, territorial e mesmo política.

A mesma capela, situada ao lado das senzalas da antiga fazenda beneditina, foi frequentada pelos escravos até setembro de 1871 e pelos monges e seus hóspedes até o início de 1877. Foi-o pelos colonos italianos, a partir da tarde de 28 de julho de 1877, ainda durante 23 anos. Até que a capela, quase bicentenária, fosse demolida, em 1900, e substituída pela igreja que hoje conhecemos. Toda uma geração brasileira de filhos de colonos italianos conheceu a fé católica e

A mesma capela, situada ao lado das senzalas da antiga fazenda beneditina, foi frequentada pelos escravos até setembro de 1871 e pelos monges e seus hóspedes até o início de 1877. Foi-o pelos colonos italianos, a partir da tarde de 28 de julho de 1877, ainda durante 23 anos. Até que a capela, quase bicentenária, fosse demolida, em 1900, e substituída pela igreja que hoje conhecemos.

atendeu aos serviços religiosos na capela antiga, vários foram nela batizados e alguns frequentaram a escola que nela também funcionou a partir de 1883. O primeiro sono, em São Caetano, de uma boa parte dos colonos italianos chegados na tarde de 28 de julho de 1877 foi-o nas senzalas deixadas pelos escravos da fazenda algum tempo antes.

Na fundição dos dois sinos, em 1883, na oficina de A. Sydow, no Bairro da Luz, para a igreja que se planejava construir em substituição à capela, foi usado como matéria-prima o sino que os monges haviam mandado colocar na torre da capela em 1772. Um continua na torre da igreja e outro está no Museu Histórico Municipal. Nesses sinos está a alma do velho sino que, quase ao lado das senzalas dos escravos de São Caetano, os acordou nas manhãs úmidas do Tijucuçu durante 141 anos do seu labor de ceramistas, carreiros, agricultores e criadores de gado.

Para situar esses desencontros, convém ter em conta alguns esclarecimentos. Na tarde de 28 de julho de 1877, deu-se a inauguração do Núcleo Colonial de São Caetano pelo governador da Província de São Paulo, Sebastião José Pereira. É esse evento que se celebra nos festejos oficiais do natalício da cidade. O núcleo colonial foi povoado com o assentamento de imigrantes italianos trazidos para o Brasil na imigração subvencionada, as passagens pagas pelo governo do Império. Com a proibição do tráfico negreiro, em 1850, estava em execução o plano da inevitável abolição da escravatura, o trabalho escravo substituído pelo trabalho livre. A documentação histórica conhecida mostra

que São Caetano será um laboratório dessa outra concepção de trabalho.

Os núcleos de São Caetano, de São Bernardo e de Ribeirão Pires, como se deduz de um discurso do senador Antônio da Silva Prado, no Senado do Império, em 1888, destinavam-se a ser vitrinas das mudanças que aconteceriam no Brasil com o fim da escravidão e com a imigração estrangeira. O governo do Império queria construir provas e produzir evidências de que o imigrante que optasse pelo Brasil poderia, um dia, ter sua própria terra. De fato, era uma planejada antecipação do que ocorreria à família imigrante se fosse trabalhar, primeiramente, como colono nos cafezais de São Paulo. Sendo “morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente para aquisição de terras”, disse Prado.

Esse era o lado que, do Brasil, se queria mostrar ao imigrante e aos potenciais imigrantes. Porém, nenhum dos colonos de São Caetano passou pelos cafezais na condição de colono residente antes de se tornar dono de um lote na localidade. Era uma questão de urgência mostrar o que seria e como seria a imigração estrangeira. Os três núcleos coloniais foram fundados para criar o imaginário da imigração. A refundação do de São Caetano, em 9 de janeiro de 1886, e a criação do de Ribeirão Pires, em 1887, ambos na sequência da visita do ministro da Agricultura e do governador da Província a São Bernardo e a São Caetano, em 1886, onde passaram o dia, tiveram o propósito de definir ostensivamente as funções dos assentamentos paulistanos no imaginário da imigração. Eram

Para situar esses desencontros, convém ter em conta alguns esclarecimentos.

Na tarde de 28 de julho de 1877, deu-se a inauguração do Núcleo Colonial de São Caetano pelo governador da Província de São Paulo, Sebastião José Pereira.

É esse evento que se celebra nos festejos oficiais do natalício da cidade.

funções simbólicas. De certo modo, o abandono do Núcleo de São Caetano pelo governo, em 1879, e o abandono de lotes por várias famílias e seu retorno à Itália haviam comprometido essa função.

O governo queria, ainda, produzir uma prova de que, mesmo se tornando proprietário de terra nos núcleos coloniais, como esses, o imigrante não seria autossuficiente. Teria, por isso, que dedicar-se ao trabalho sazonal nas grandes fazendas de café para completar os meios de sobrevivência. O que chegou a acontecer com vários colonos de São Caetano que, em vez de abandonar o núcleo colonial, preferiram seguir o “protocolo”, o plano subjacente à ideologia oficial da imigração, e trabalhar nos cafezais na época da colheita.

Esse era o lado a ser mostrado aos grandes fazendeiros para minar-lhes a resistência à abolição da escravatura e à substituição do escravo pelo imigrante. Os dias dessas decisões e dessas mudanças foram os dias do início da chamada Grande Imigração, da construção da Hospedaria de Imigrantes na Mooca, entre 1886 e 1888, e da transformação das instalações da antiga Fazenda de São Caetano em hospedaria auxiliar de imigrantes. Eram as urgências da abolição da escravatura, que foi cuidadosamente planejada e executada. Se a Princesa Isabel foi a grande figura simbólica da Abolição, a grande figura política foi a de Antonio da Silva Prado, desde 1877 até o fim do Império intensamente envolvido na criação e na organização dos núcleos coloniais da região. Em 1895, já na República, surgirá a Hospedaria de Imigrantes da estação de São Bernardo, atual Santo André.

O planejamento oficial da fundação do núcleo colonial saltou a etapa da passagem prévia dos colonos da região pelas fazendas de café. Não limitou os assentamentos exclusivamente a imigrantes que tivessem formado pecúlio no trabalho das grandes fazendas. O imigrante viveu

o depois antes de viver o transitório, pressuposto no decisivo e significativo discurso imigrante de Antonio Prado. Desde os primeiros dias da imigração, foi levado diretamente do porto de desembarque para a primeira Hospedaria de Imigrantes, no Bairro da Luz, e de lá para a Fazenda de São Caetano e ali alojado precariamente na casa-grande e nas antigas senzalas de escravos.

O Tijucuçu dos primeiros tempos coloniais: formação do território - O núcleo colonial foi fundado em terras onde, durante 246 anos, existiu a Fazenda de São Caetano, do Mosteiro da Ordem de São Bento, em São Paulo. Foi ela para isso comprada pelo governo do Império, em negociação longa, iniciada em 1875 e terminada no início de julho de 1877. Como mencionei, essa fazenda tivera o nome de Fazenda do Tijucuçu e fora estabelecida, em 1631, no antigo Bairro do Tijucuçu, ao qual há referências já no século 16. Há inventários e testamentos de moradores desse bairro desde 1589. Há também documentos relativos aos moradores espanhóis no que é hoje São Bernardo, Ipiranga e São Caetano, época em que o trono de Portugal foi ocupado por reis espanhóis (1580-1640), o período filipino da história de Portugal.

Nas primeiras décadas do século 17, após a chamada guerra dos índios, moradores dessa região deslocaram-se para o Vale do Paraíba – Taubaté e Mogi das Cruzes. Um deles, o Capitão Duarte Machado, que em 1602 havia participado da Bandeira de Nicolau Barreto ao sertão da região que é hoje Minas Gerais, para caça ao índio temiminó e sua captura e escravização, doou aos monges de São Bento, em 1631, suas terras localizadas no Tijucuçu. A doação foi feita em Mogi das Cruzes, para onde se mudara. Essas terras haviam sido herdadas por sua mulher, Joana Sobrinho, do pai, Paulo Rodrigues, filho de Garcia Rodrigues, que fora vereador na Vila de Santo

André da Borda do Campo. Vila que teve seus predicamentos municipais e seus moradores, quando Santo André foi extinta, em 1560, transferidos para o povoado jesuítico de São Paulo de Piratininga. Foi-o por ordem do governador-geral do Brasil, Mem de Sá, em face do ataque iminente dos índios rebelados. Garcia Rodrigues fora vereador também em São Paulo. O Tijucuçu é o único bairro da Vila de São Paulo, então instituída, com localização precisa, que identifique, em toda a região, como comprovado remanescente da antiga Vila de Santo André da Borda do Campo. Há alguns casos de antigos moradores dessa vila que foram obrigados a transferir a moradia para São Paulo, cercada de muros, mas que mantiveram suas fazendas onde já se localizavam. Foi o caso de várias fazendas do Tijucuçu.

À fazenda, em 1671, por doação, Fernão Dias Pais agregou extensa área, adquirida em leilão à viúva do Capitão Manoel Temudo, para pagar a promessa de uma esmola de oito mil réis anuais à Ordem de São Bento. Era para a manutenção da capela-mor da Igreja de São Bento, onde, com sua mulher, teria sepultura, como tem até hoje. Fê-lo antes da partida de sua bandeira com destino aos sertões de Minas à procura de esmeraldas, que é o que consta da tradição. Temia a morte. De fato, morreria vitimado pela malária ainda perambulando por matas e veredas da terra longínqua. A doação dessas terras do Tijucuçu aos beneditinos era parte de um conjunto de providências de natureza material relativas a disposições de última vontade para assegurar a misericórdia divina em caso de falecer antes de retornar à Vila de São Paulo do Campo.

A escolha das terras que haviam sido de Manoel Temudo para doação aos monges de São Bento tinha um motivo. Do outro lado do Rio Tamanduateí, o lado direito, à margem do Ribeirão da Mooca, na frente do Ipiranga, em terras também situadas no Tijucuçu, pois até ali chega-

vam seus limites, tinham os monges criação de 30 a 40 cabeças de gado. Eram pastos e curral alugados de Francisco Velho de Moraes, em terras que há três gerações pertenciam à sua família. Em 1668, em Juízo, reclamou ele de volta aquelas terras. Alegava que delas agora carecia para seus filhos homens. Os beneditinos não precisavam delas, dizia, pois tinham suas próprias terras, no Tijucuçu, onde podiam criar de sete a oito mil cabeças de gado. Referia-se às terras doadas por Duarte Machado, que, segundo ele, iam do Rio Tamanduateí até a Borda do Campo, no Caminho do Mar, o chamado Caminho Novo do Mar.

As terras adquiridas e doadas por Fernão Dias abrangiam toda a baixada do atual Rio Tamanduateí, entre as margens do atual Rio dos Meninos e do Ribeirão do Moinho Velho, no Ipiranga, hoje recoberto pela Av. Tancredo Neves. Compreendiam o que é atualmente a Vila Carioca, o Morro do Penteado-Heliópolis e a entrada do Sacomã. As terras doadas por Duarte Machado abrangiam as partes altas do atual município de São Caetano e a baixada à margem do Rio Tamanduateí, na região fronteira à atual Vila Alpina. No conjunto, formaram a mencionada Fazenda do Tijucuçu, onde os monges concentrariam seus rebanhos, à criação de gado se dedicando. Em 1687, o monge gastador do Mosteiro de São Bento, que era o ecônomo, quem cuidava dos gastos diários, anotou no Livro da Mordomia a despesa com a compra de tecido de algodão “para o provimento do gentio do Mosteiro e filhos rapazes que servem e os servos que estão no Tijucuçu”. Eram os índios administrados, gente descida dos sertões, vinda de muito longe.

O Bairro do Tijucuçu era mais extenso do que a fazenda, que nele se situava. Ao norte e oeste, chegava ao Ribeirão da Mooca. Ao sul, a Inhoáiba, aproximadamente onde hoje o Rio dos Meninos separa São Caetano de São Bernardo. A leste, o Rio Muiguera, atualmente Córrego Res-

saca, ladeado pela Avenida Kennedy. A oeste, o Rio do Moinho Velho. No interior desse amplo território, nessa época a fazenda ia do Muiguera ao Moinho Velho e do Rio Tamandateí ao Rio Itinga, que nasce para os lados do morro da Candelária, atravessa o terreno que foi da Cerâmica São Caetano, próximo ao cemitério, e deságua no Rio dos Meninos.

Com a construção da capela dedicada a São Caetano, entre 1717 e 1720, a fazenda passou a chamar-se Fazenda de São Caetano do Tijucuçu e o nome São Caetano estendeu-se a todo o Bairro do Tijucuçu, embora, ainda no século 19, esse nome apareça num ou noutro documento. Na listagem da população, de 1765, o bairro já aparece com o nome de Bairro de São Caetano, sem o Tijucuçu.

Há referência a um marco religioso no território da atual São Caetano do Sul que é mais antigo do que a Capela de São Caetano. A referência é de 1644, quando Francisco João Leme reclama um terço do gado que seu pai, Manoel João Branco, tinha num curral da Mooca, “da banda da cruz que fora de Paulo Rodrigues”, sogro de Duarte Machado, o que doara terras no Tijucuçu ao Mosteiro de São Bento, em 1631. Pela descrição da localização, não é improvável que a referida cruz se situasse nas proximidades de onde seria erguida a primeira Capela de São Caetano, o mesmo da atual Matriz Velha. A descrição se refere aproximadamente ao ponto de encontro dos limites das terras doadas por Duarte Machado aos monges de São Bento, no atual Rio Tamandateí, com as doadas por Fernão Dias, no atual Rio dos Meninos, com as de Manoel João Branco, também no Tamandateí. Por ali passava o Caminho Velho do Mar, do século 16, de que resta a Rua Maximiliano Lorenzini.

No século 18, há referência a uma “cruz de São Bento”, tudo indica que cruz demarcatória do território beneditino, situada nas nascen-

tes do Rio Itinga, hoje erroneamente nomeado como Córrego Tingá. Essas nascentes ficavam onde é atualmente o Parque Chico Mendes, nas proximidades da Candelária. Era o que demarcava o limite da Fazenda de São Caetano.

No início do século 19, os monges compraram a Fazenda ou Sítio da Boa Vista, que ali tinha limite, uma fazenda que há muito cobriam, como diz um abade, fazenda ainda coberta de matas nativas de que as obras de madeira e a fábrica de produtos cerâmicos (louças, telhas, tijolos, lajotas) da Fazenda de São Caetano muito careciam. Aparentemente, foi para se constituir em reserva florestal da fazenda, pois essas terras foram arrendadas a José Alves de Siqueira, em setembro de 1808, com muitas ressalvas quanto à proteção das matas que assim ficavam sob sua guarda. No contrato se diz que Siqueira arrendava o Sítio dos Meninos Velhos, “hoje Boa Vista”.

Daquela fazenda ou sítio é remanescente, com o traçado e o nome originais, a Rua da Boa Vista, na Vila Gerty, que então se chamava estrada da Boa Vista. É o mais antigo nome de rua de São Caetano, de mais de 200 anos, desde antes da Independência. Um nome, ainda, do período colonial.

O Bairro de São Caetano no século 18 - A decisão de construir a capela se situa no quadro social da mudança de mentalidade que naquele momento ocorria em São Paulo em virtude de transformações políticas e sociais. Entre 1707 e 1709, travou-se a Guerra dos Emboabas, dos paulistas contra os portugueses em Minas. Em 1709, Amador Bueno da Veiga, cabo dos paulistas na guerra, dirigiu-se à Câmara de São Paulo: falava em “bem da pátria” e justificava a luta para evitar que os paulistas fossem vexados. Era o nascimento do nativismo paulista. Foi quando a Câmara pediu ao rei que elevasse a Vila de São Paulo à categoria de cidade, o que acontecerá em 1711. O ano de 1717, que é o da Capela de São

Caetano, é o mesmo do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida no Rio Paraíba, cuja devoção nativista bem expressa a diversidade de âmbitos alcançados pela referida mudança de mentalidade.

Época dos descobrimentos de ouro em Minas, é o início de grandes transformações na composição populacional e no cenário da região de São Caetano: a mudança de nome, a definição barroca da paisagem, seu reordenamento produtivo. Pouco depois, surgirá a designação de subúrbio, que lhe retirará a conotação residual da mera definição de bairro, enquanto bairro rural. A localidade deixa de ser simplesmente roça para se tornar extensão da cidade, sub-urbana, impregnada de características urbanas, ainda que mantidas atividades econômicas de roça, como a agricultura e a pecuária.

A documentação da época mostra que São Caetano deixara de ter ligações ocasionais com a cidade para ter ligações cotidianas, de barco no transporte dos produtos da fábrica de tijolos, lajotas, telhas e louça, estocados num depósito no Porto Geral de São Bento; a cavalo, especialmente pelo abade nas suas visitas frequentes à fazenda; em carro de boi, no transporte dos produtos agrícolas – lenha, farinha, feijão, arroz. Só da horta, duas cargas de verdura eram mandadas ao mosteiro semanalmente. Todos os dias o mosteiro enviava a São Caetano ingredientes da colação (o desjejum), do almoço e do jantar, temperos, aguardente para os barqueiros que conduziam os barcos entre o porto de São Caetano e o Porto Geral, eventualmente medicamentos para os escravos. Esse era o tempo de intensa comunicação entre o mosteiro, na cidade, e a fazenda: todas as sextas-feiras, dia sagrado da Crucificação, logo cedo, o padre-gastador comprava peixes e os enviava ao padre-fazendeiro de São Caetano. Seguiam os monges o rito das restrições alimentares nesse dia da semana, mes-

mo no tempo comum, quando também os leigos consideravam tabu comer carne de “animais de sangue quente”.

É um período em que há várias referências às relações econômicas entre a fazenda e os moradores do Bairro de São Caetano, como compra e venda de animais, empréstimos de dinheiro, pagamentos de fretes e transporte de materiais. A arca do mosteiro tinha funções bancárias, emprestava dinheiro a juros, se torna credora. O mosteiro era cliente de serviços e comprador de vários deles. Além de relações de vizinhança cujo teor é expresso em acordos extra-judiciais quanto a limites e divisas com fazendas e sítios vizinhos e mesmo um acerto com os herdeiros de Manoel Temudo quanto à localização da sesmaria que fora adquirida por Fernão Dias Pais e acrescida à Fazenda do Tijucuçu.

A fazenda e a capela se transformam em centro ordenador do bairro. Moradores do bairro passam a atender o serviço religioso na capela. São Caetano era subúrbio não só pela localização entre a cidade e a roça, mas também porque o bairro se torna uma rede de relacionamentos sociais dotada de um centro cerimonial, a capela.

A Capela de São Caetano, construída entre 1717 e 1720, localizou-se ao lado do pátio da fazenda, hoje Praça Ermelino Matarazzo. No lado à margem do que é atualmente a ferrovia ficava a casa de vivenda ou casa-grande da Fazenda de São Caetano, ocupada pelos monges em visita ou residentes. São Caetano teve, durante largo tempo, um padre-fazendeiro, que era o administrador, além do feitor dos escravos. Essa casa, juntamente com as senzalas, seria ocupada, após a fundação do núcleo colonial, pela hospedaria local de imigrantes, pela administração do núcleo, por uma escola e por um quartel de polícia.

A capela original era relativamente pequena. Tinha “três bancos compridos” para receber a gente que acudia aos serviços religiosos, diz

um documento de 1730. Foi o ano da notícia sobre o primeiro forno, dos três que formariam com o tempo a fábrica de São Caetano.

Em 1757, o abade propôs ao Conselho do mosteiro a construção de uma segunda olaria em São Caetano “visto ser procurada na cidade a cerâmica ali feita”. Mais tarde, um terceiro forno, pequeno, foi construído para queimar a louça que ali se fazia, vidrada com chumbo trazido do Rio de Janeiro: pratos, alguidares, potes, panelas. Pode-se avaliar a importância dessa indústria quando, no início do mandato do Morgado de Mateus, Capitão-General, em 1765, o governo da recém-restaurada Capitania de São Paulo decide enviar a Portugal amostras de diferentes produtos de fabricação local. Em 10 de setembro, o monge gastador do mosteiro manda comprar duas folhas de papel Imperial para envio de tijolos de São Caetano “a Sua Majestade”, o rei Dom José I.

Crescem, no período, a importância e a função da Capela de São Caetano como igreja do bairro e da região, ao mesmo tempo em que há indícios do declínio da Capela e da Fazenda de São Bernardo. As celebrações religiosas se concentram em São Caetano. O que se explica, ainda que em parte, pelo fim da escravidão indígena, em 1757. Parte da fazenda é desmembrada para constituir a Fazenda de Jurubatuba, fragmentada em arrendamentos aos antigos índios administrados e aos brancos e mestiços. É quando a Ordem de São Bento começa a perder o controle sobre a maior parte do território da Fazenda de São Bernardo.

Arrendamentos também se deram na área que veio a ser conhecida como Meninos Velhos. Como mencionei, ficava ao redor do Sítio ou Fazenda da Boa Vista, à margem direita do Rio dos Meninos, incorporada à Fazenda de São Caetano, onde muito mais tarde surgiram os bairros Gerty, Gisela e Cerâmica, entre o Rio Itinga, no atual Bairro da Cerâmica, e São Bernardo. No século 19, do outro lado do Rio dos Meninos, no que é hoje São

Bernardo, em frente aos Meninos Velhos, surge o Bairro dos Meninos Novos, hoje Rudge Ramos. Os foros pagos eram de pouca monta. E o valor da produção agrícola da Fazenda de São Bernardo era pequeno, cerca de apenas 10% dos rendimentos da Fazenda de São Caetano, fazenda industrial, além de agrícola e de pecuária.

Os altos e crescentes rendimentos de São Caetano, a partir de 1730, viabilizaram a transformação de sua sede e terrenos próximos, sobretudo da capela, em paisagem construída, sobreposta à paisagem natural, lugar solene e celebrativo. Era reflexo das citadas grandes mudanças de mentalidade do século 18, que ali se plasmaram,

tendo como centro a capela. Cercada de terrenos elevados, a sede da fazenda centralizava o desenho da paisagem. Tanto para quem vinha de São Paulo pelo Caminho Velho do Mar, descendo a encosta do que é hoje a Rua Ibitirama, num ponto do Rio Tamandua-teí em que havia a ponte, aproximadamente o mesmo lugar da ponte atual. Quanto para quem vinha de São Bernardo ou de Santos pelo mesmo caminho e descia a encosta do atual Monte Alegre. Do lado oeste, atual Heliópolis, a descida do morro também convergia para o complexo de construções da sede da fazenda, centralizada pela capela barroca.

Os altos e crescentes rendimentos de São Caetano, a partir de 1730, viabilizaram a transformação de sua sede e terrenos próximos, sobretudo da capela, em paisagem construída, sobreposta à paisagem natural, lugar solene e celebrativo.

A centralidade regional desse novo cenário e da importância simbólica e ritual que nele teve a Capela de São Caetano aparece em proclamas de casamento, como uma, de 1781, relativa ao do índio administrado Bento com a escrava Quitéria, ambos nascidos na Fazenda de São Bernardo. A proclama fora feita “em três dias santos antes da Missa perante o povo que veio à Missa, e escravos de S. Caetano”, em cuja capela o casamento se realizou.

O serviço da fazenda, tanto o industrial quanto o agrícola e pecuário (seus pastos se destinavam à internada do gado anualmente trazido da fazenda que os monges possuíam em Curitiba), era realizado por índios administrados e por escravos negros. Na época da construção da fábrica e do primeiro forno, em 1730, o número de escravos era de 17, que triplicou até 1826, saltando para 51, com a expansão dessa indústria.

Na segunda metade do século 18, o feitor dos escravos era um índio administrado, Marcos Bueno da Conceição, casado com mulher de gente livre, de genealogia, provavelmente mameluca ou mesmo branca. Pela idade, ele era um índio descido ainda criança da região de Cuiabá por uma das expedições bandeiristas. Talvez da tribo Paresi, pois há referência a outro índio dessa tribo em fazenda beneditina da região. Como há referência a um índio bororo, também do Mato Grosso, entre os administrados do mosteiro.

O Mestre Marcos, como era chamado, porque também mestre ferreiro, recebia salário anual, de que pedia adiantamentos em função

de seus carecimentos. Uma designação moderna da remuneração do trabalho, aplicada a um número restrito de casos em que se utilizava essa forma moderna de pagamento e ainda não difundida. Um fragmento de capitalismo que apenas se esboçava e se anunciava no interior de um empreendimento econômico escravista. Um indício de contradição na ordem social baseada no trabalho escravo.

O tipo de economia representado pela indústria cerâmica instalada em São Caetano carecia de uma organização social que pedia certas funções na divisão do trabalho que eram incompatíveis com o trabalho escravo.

O tipo de economia representado pela indústria cerâmica instalada em São Caetano carecia de uma organização social que pedia certas funções na divisão do trabalho que eram incompatíveis com o trabalho escravo. Mestre Marcos, feitor dos escravos, um indígena sujeito à servidão, em processo de redefinição jurídica de sua condição e em processo de branqueamento simbólico, situava-se no meio do caminho entre o escravo e o trabalhador livre. Portanto, remuneração de trabalho que antecipava forma capitalista de relacionamento laboral ainda em gestação. Reduzida, pois, à sua função incompleta nas contas do empreendimento que era, no entanto, função na reprodução

do capital numa economia escravista. O possível, ainda inconcluso, capturado por uma sociabilidade arcaica.

Mestre Marcos, como não poderia deixar de ser, tinha limitada compreensão de sua situação social e das contradições que a definiam. Refugiava-se na diferenciação possível na estrutura estamental da sociedade de então, nos pequenos privilégios que dele faziam personagem da sociedade existente e não da sociedade que surgiria quando a escravidão fosse abolida e sua condição de assalariado teria, então, pleno sentido.

O barroco e o bucolismo colonial do bairro: cores e aromas - Em março de 1771, há notícia de grandes obras em São Caetano, que se repetem ao longo do ano. Em 1772, a documentação explicita que se trata da ampliação e reestruturação da Capela de São Caetano, que ganha sacristia, capela-mor, púlpito, pia batismal, coro e torre. A obra se estendeu por todo o primeiro trimestre. No dia 17 de março, já estava em fase de acabamento, pois nesse dia o monge gastador pagou as tintas vindas do Rio de Janeiro “para pintar a Capela de São Caetano”. E no dia 20, fez o pagamento “ao Mestre Geral da obra de talha, e arcos e púlpito da Capela de São Caetano”. Mas ainda em setembro de 1775 foram feitas despesas com o “Mestre Pedro dos Santos em pagamento do Retábulo que há de pintar de S. Caetano”.

Em 1773, encontrava-se em São Paulo o arquiteto e engenheiro militar Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que aí permaneceria por mais de um ano como hóspede do Mosteiro de São Bento. Sua experiência de arquiteto civil e militar já lhe granjeara fama e reconhecimento. Em 1750, projetara o catafalco para as pompas fúnebres do rei Dom João V. Fora, também, o paisagista dos jardins do Palácio Real das Necessidades, em Lisboa, que conheci em visita autorizada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, pois ali funciona hoje a Chancelaria portuguesa. Sá e Faria fizera parte da Comissão de Limites executora do Tratado de Madrid. Governara o Rio de Janeiro e a Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Em São Paulo, aguardava que o Capitão-General da Capitania, o Morgado de Mateus, lhe desse ordens para dirigir-se à região do Rio Iguatemi, no Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, onde construiria um forte e instalaria uma colônia de povoamento. Aproveitou o tempo corrigindo defeitos no frontispício da Igreja do mosteiro, em São Paulo, recentemente refor-

mada. Depois, em julho e agosto de 1773, os registros beneditinos mencionam despesas “para hospedagem do Brigadeiro em São Caetano”, alojado na casa de vivenda da fazenda.

Segundo Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, que foi arquivista-mor da Ordem Beneditina no Brasil, Sá e Faria fez uma modificação no frontispício da capela recém- ampliada e reformada. Nos registros que encontrei em Portugal, consta que era um frontispício de taipa socada, assentado sobre alicerces de pedra de um metro de largura. Acrescentou-lhe o arquiteto um pórtico de estilo neoclássico, reproduzido da fachada que projetara para a futura Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, que começaria a ser construída apenas em 1780, sete anos depois da antecipação do pórtico na fachada da Capela de São Caetano. Sá e Faria se inspirara no frontispício da Igreja jesuítica de Gesù, em Roma, cuja fachada, do século 16, fora projetada por Giacomo Della Porta. Essa igreja foi o modelo de referência da arquitetura barroca latino-americana.

O neoclássico do pórtico era um contraponto ao barroco da capela, indício de uma tendência histórica e antecipação de mudanças estilísticas, uma indicação de transformações no bucolismo e na mentalidade coloniais, tal como essa mentalidade se plasmava em obras como essa. Nas descrições dos ornamentos da Capela de São Caetano, os abades se referem algumas vezes ao “risco moderno” adotado no retábulo do altar e em outros detalhes do interior do templo. A inspiração artística e litúrgica da capela de 1772 estava voltada para um tempo novo, de superação da arquitetura propriamente colonial que se reduzia ao estritamente funcional e ao risco simples. As obras de São Caetano agregavam o moderno ao colonial, na concepção de um todo de temporalidades desencontradas. O futuro como um retorno em espiral, como uma busca, e não necessariamente como negação do existente nem como evolução linear destrutiva.

Depois da residência temporária em São Caetano, Sá e Faria hospedou-se na Fazenda beneditina de São Bernardo, em fevereiro de 1774, onde também fez interferências na capela local.

Concluídas as obras de São Caetano e de São Bernardo, ele se preparava para a expedição ao Iguatemi, na fronteira com o Paraguai. O objetivo era despistar os espanhóis, para atacá-los no Rio Grande do Sul, na guerra de fronteiras, fazendo-os crer que o ataque se daria pelo Mato Grosso. Depois do Iguatemi, acabaria comandando as tropas portuguesas, em 1777, no ataque à Ilha de Santa Catarina ocupada pelos espanhóis. Foi derrotado e feito prisioneiro pelo general Pedro de Ceballos, que conhecia e respeitava sua reputação de grande arquiteto, e levado para Buenos Aires, onde morreria, em 1792. Do período de prisioneiro, deixaria obras civis importantes, como a catedral de Montevideú.

A Capela de São Caetano era capela por não ser igreja de paróquia, e não porque fosse pequena, mas igreja rural de fazenda. Não obstante, durante o século 18, há documentada informação sobre a celebração nela de missa, de batismos e casamentos, com o rol das despesas com paramentos, velas, alfaias e mais objetos do culto, incluída a remessa das hóstias e do vinho para que os celebrantes ali ministrassem o sacramento da comunhão. Como era da tradição da época, nessa ampliação da capela, foram construídos túmulos no piso recoberto de lajotas produzidas na grande fábrica de produtos cerâmicos da fazenda. Há notícias, publicadas em fins de 1940 ou início dos anos 1950, de que interferências no piso da atual Matriz Velha expuseram um esqueleto humano ali sepultado.

No frontispício da capela, além do pórtico, havia dois nichos laterais à porta de entrada, em que foram colocadas as imagens de Santa Escolástica e de São Bento. Desta última há uma fotografia publicada por Renato Bellucci em seu livreto *Pagine di verità e di vita*, em 1927. Erroneamente,

a imagem é identificada como sendo de São Caetano, que não é, porque ostenta o báculo, de uso restrito a abades e bispos. O estilo da escultura, sobretudo o resplendor, indica que se trata de obra do século 18. É de São Bento não só pelos identificadores estilísticos e simbólicos, mas também porque, na lista das imagens que adornavam a Capela de São Caetano na segunda metade daquele século, é a única com esses atributos. Além do que, é o que consta expressamente do relato do Abade Frei Joaquim de Santana e Araújo, de 1772, com a referência aos nichos e às duas esculturas.

Dessa reestruturação da Capela de São Caetano há evidências descobertas nas escavações arqueológicas ali realizadas pela Universidade de São Paulo, há alguns anos, que são os alicerces erguidos com lajotas. Provavelmente, não são as do alicerce da capela original, de 1717-1720, e sim as da reforma de 1772, quando o templo se tornou mais longo, da porta ao presbitério. Podem ser datadas porque só em 1730 os monges de São Bento fundaram a fábrica de produtos cerâmicos que funcionaria por cerca de 140 anos. Essa parte dos alicerces da Capela de São Caetano, de 1772, pode ser vista na vitrina de proteção erguida ao lado da parede externa direita da atual igreja.

De estilo barroco, a capela de 1772 foi finamente decorada. Além de ramalhetes de folha metálica e filetes pintados nas paredes, o forro em arco recebeu pinturas de imagens de santos. Em vários pontos da capela, foi empregado ouro na pintura – um tijolo de ouro, menciona o abade em sua descrição da obra. Coisa rara em capelas rurais, o que já indica a intenção de dar-lhe o esplendor próprio do século do ouro. Obra que, nessa ampliação e reestruturação da capela e do seu entorno, estendeu-se por dez anos, nos muitos detalhes que compunham o cenário que, ao término do século 18, finalmente se configurou.

A demora é compreensível. Não estavam os monges empenhados apenas na edificação de

uma nova capela. A reforma abrangeu um conjunto de obras que, além da capela, envolvia a casa de vivenda dos monges e hóspedes, onde foram introduzidos sanitários, que tinham o nome de casas necessárias, e mais instalações anexas. Cuidaram os beneditinos de abrir antes canais de drenagem das terras úmidas da parte baixa da fazenda. Entre 1754 e 1769, rasgaram nela quatro canais, de que há remanescentes no centro de São Caetano, de modo a orientar o fluxo da drenagem na direção do pátio da fazenda. Ali, a água dos drenos irrigava, no horto, as plantações de verdura, as árvores frutíferas e as flores. Um deles abastecia um banheiro em que até os enfermos podiam banhar-se comodamente. Jardins foram plantados e foram construídos os três mencionados fornos para o material cerâmico produzido na fazenda. No pátio foi colocado um relógio de sol para, por ele, regular-se o trabalho dos escravos e foi instalada uma fonte. A capela e a casa-grande da fazenda foram externamente pintadas de branco e as janelas e portas foram pintadas de vermelho.

Testemunhos barrocos sobre a Capela de São Caetano - Foi aquele, no conjunto, um arrojado projeto de reordenação do espaço ao redor da capela, do decorativo e religioso ao funcional e econômico. Como mencionei, jardins e vasos de pedestal com cravos de diferentes qualidades foram distribuídos pelo local. Não se tratou apenas da construção, reconstrução e ampliação de edifícios, mas de redesenho do espaço produtivo e religioso, todo ele inspirado em concepção barroca. As obras geraram a transformação do espaço num cenário bucólico, um lugar para trabalhar e produzir que se tornou, também, um lugar para rezar, ver e admirar. Uma concretização significativa do lema da Ordem de São Bento: *Ora et labora*.

Nas vívidas narrativas documentais do que se tornava não só a sede da Fazenda de São Caetano mas do próprio conjunto há um prazer estético raro na descrição dos cenários rurais

brasileiros. A Fazenda e o Bairro de São Caetano ganharam estilo, especialmente a capela e seu entorno. Representaram inovações no imaginário do bucolismo colonial. Distinguiram-se não só de todas as construções e espacialidades da região, mas da paisagem de todo o subúrbio paulistano. Não há outra referência à obra do mesmo porte, concebida como obra de arte nas proximidades de São Paulo naquele período.

Um dos abades relata sua preocupação com a mudança no regime das águas dos hoje Rio dos Meninos e Rio Tamanduateí, em consequência da derrubada da mata ciliar por mais de um século e sua diminuição. Outro, empenha-se na aquisição da fazenda de um vizinho, a Fazenda Boa Vista, nos Meninos Velhos, que ainda preservava exuberante mata nativa, e sua incorporação à de São Caetano.

O barroco em São Caetano foi aplicado numa perspectiva totalizadora, como era próprio da visão conservadora do mundo, de modo a reordenar tanto a relação entre o homem e a natureza quanto as próprias relações sociais e as relações religiosas, dando estilo próprio a uma sociedade que era estamental e hierarquizada. O que implica não perder de vista o todo, mesmo daquilo que permanecera intocado, como as matas. A drenagem dos terrenos de São Caetano era intervenção técnica também no campo, nas pastagens, de modo a diminuir os acidentes com os animais na área pantanosa da fazenda e diminuir os riscos para a saúde dos escravos, menciona um dos abades. No século 18, apareceram casos de malária entre os cativos de São Caetano.

Nos relatos, o detalhe é ressaltado artisticamente no todo. O estilo reaglutinava no imaginário o que, provavelmente, estava se dispersando sob a preeminência do econômico em relação ao social nas concepções da era do ouro. A própria caligrafia dessas descrições era de estilo barroco, na inclinação da letra e nos volteios artísticos das maiúsculas. Será substituída, no século 19, pela

caligrafia comercial clara, sem exageros e excessos no traço. Indício de mudanças na mentalidade de uma época para outra, no modo de narrar, no modo de ver e no modo de pensar. A história de São Caetano, devido a suas peculiaridades, é no conjunto um límpido e significativo documento das transformações ocorridas nos lugares menos visíveis da história brasileira.

As posições sociais foram sublinhadas, como se vê na documentação da época, relativa à fazenda, seja no traje, seja no título que algumas pessoas podiam ostentar. Se o bispo que se hospeda em São Caetano é “Excelentíssimo, Ilustríssimo e Reverendíssimo”, em 1803, o feitor dos escravos, também ele um indígena submetido à servidão, em 1765, é Mestre.

Nas obras de São Caetano, os mestres artesãos tiveram esse qualificativo destacado. Os mestres chegavam a essa posição e ao direito a esse tratamento por força da posição ocupada nas corporações de ofício. Distinguiam-se dos aprendizes, depois de passarem por provas de competência. Marcos Bueno da Conceição, o já citado feitor dos escravos de São Caetano, mesmo sendo um índio administrado, tinha o respeitoso tratamento de Mestre, por parte dos monges, porque era mestre-ferreiro, indício de que examinado, aprovado e vinculado à respectiva corporação de ofício.

Sutis diferenças de qualidade social das pessoas ganharam nitidez. Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) escreve sua *Nobiliarquia Paulistana* para identificar as diferenças estamentais entre os paulistas da época. Uma busca, lá atrás, da distinção que dava a cada qual uma identidade no marco da tradição, busca das evidências e provas da qualidade estamental das pessoas. Vários dos nomes de linhagem de sua pesquisa eram de moradores da região da Borda do Campo e de São Caetano. Nomes do recenseamento de 1765, do Bairro de São Caetano, ali apa-

recem, situados na extensa trama dos relacionamentos parentais dos paulistas antigos. Foi o caso, mas não só, de André Teixeira Dias e de seu filho Caetano Dias Teixeira, da linhagem dos Dultras Machados, originários da Ilha de São Miguel, nos Açores, no século 18, radicados em São Bernardo, com um ramo em São Caetano. Família que se deslocou para o Vale do Paraíba e, depois, para a região de Piracicaba e Itu, que deu a São Paulo várias gerações de artistas plásticos, como o aquarelista ituano Miguelzinho Dutra, que tem obra exposta no Museu Paulista, o Museu do Ipiranga.

O pressuposto da concepção de todo, de conjunto de harmonias e desarmonias combinadas, contrapontísticas, barrocas, dava sentido a cada detalhe da vida social, mas também a cada fragmento das construções de São Caetano, da decoração da capela às plantas e flores dos jardins. Mesmo as discrepâncias que escapavam do que era próprio do mundo barroco ganhavam sentido na função contrapontística do que, com estilo novo, entrava em desacordo com o que era de estilo antigo. O estilo como último atributo do estamentalismo e sua concepção de ordem, a forma pré-moderna de hierarquização social, que começava a declinar com o fim formal da escravidão indígena e o robustecimento da escravidão negra.

No século 18, além de uma maioria de índios administrados, os pardos, havia também uma minoria de escravos negros na fazenda, alguns com a indicação da nação africana de origem. Eram os que foram trazidos para São Caetano como escravos-mercadoria, a partir de 1700, seus descendentes aí fixados até setembro de 1871, quando os beneditinos aboliram a escravidão em suas fazendas e mosteiros. Eram diferentes dos índios administrados, pois escravos de preço, objeto de cálculo e de rendimento econômico, fatores fortemente redutivos de sua condição humana no sistema escravista. Gen-

te sujeita à senzala, comércio, tronco e castigo, coisas que não aconteciam com os índios administrados. Quando os documentos se referem à moradia destes, falam em casas.

O caso de São Caetano, em que coexistiram os dois sistemas, o da servidão indígena e o da escravidão negra, que eram completamente diferentes entre si, expõe o quanto se distinguem os efeitos sociais de cada um, gerando sociabilidades e mentalidades distintas. A mediação beneditina culta, por sua vez, diferenciaria enormemente o destino das duas populações em comparação com o que foi comum à trajetória histórica dos que da escravidão saíram marcados pela redução à condição de coisa e mercadoria.

A verdade melancólica das finitudes - A vida cotidiana de São Caetano não era regulada predominantemente por uma linearidade própria das concepções vulgares do cotidiano. A sociabilidade cotidiana era ali demarcada pela mediação da arte e sua inevitável função desconstrutiva. O cenário barroco e o bucolismo que dele decorria e, portanto, a cultura que os informava, a mentalidade que nela encontrava sentido, provavelmente explicam algumas ocorrências discrepantes na história da escravidão nas duas fazendas beneditinas, incluída a de São Bernardo, em relação ao que foi comum no escravismo brasileiro.

Uma, a do litígio entre o índio Marcos Bueno da Conceição e o padre-fazendeiro, em 1758, pelo pagamento da farinha que aquele produzira com cultivos numa ilhota do Rio Tamanduateí, na fazenda, lhe vendera e este não

pagara. Argumentava o religioso que o índio se apropriara indevidamente do couro dos bois que morreram atolados nos charcaís de São Caetano. Olvidava-se de tradição já antiga e forte no Brasil de que gado morto por acidente, como o ervado, morto por ingestão de erva venenosa, ou picado de cobra deixava de ter proprietário. Era dos pobres. Coisa que nos vem até hoje no Brasil inteiro. Além do mais Marcos era um escravo, coisa que de fato legalmente já não era.

O caso de São Caetano, em que coexistiram os dois sistemas, o da servidão indígena e o da escravidão negra, que eram completamente diferentes entre si, expõe o quanto se distinguem os efeitos sociais de cada um, gerando sociabilidades e mentalidades distintas.

A decomposição analítica da sua personalidade de feitor dos escravos, que foi feita no julgamento interno do litígio, no entendimento que dele teve o abade, mostra as sutilezas jurídicas das diferentes formas de sujeição dos que na fazenda trabalhavam. Naquele índio, três pessoas cumpriam diferentes funções e personificavam três realidades históricas: o servo, no índio administrado; o assalariado, no feitor dos escravos; e o colono, no foreiro da Fazenda de São Caetano, da ilha no Rio Tamanduateí, onde tinha seus próprios cultivos.

O reconhecimento dessas três historicamente desconstruídas personificações dá a medida das tensões de compreensão da realidade por parte dos diferentes membros daquela comunidade. O próprio Marcos Bueno da Conceição, nas requisições, ao padre-gastador, de objetos de uso pessoal ou de consumo, como roupas e alimentos, em adiantamentos de seu salário anual, e até do trato nas visitas ao mosteiro, esmera-se nos cuidados de que se julgava merecedor. E que o distinguia das demais pessoas sujeitas à servidão. Mesmo escravos negros se diferenciaram em

relação ao comum da escravidão. A história da família de Nicolau Tolentino Piratininga, escravo nascido em São Caetano, em 1855, e sua história pessoal são fortemente indicativas do peso que pode ter tido a mediação culta dos monges na socialização mesmo dos que nasceram e viveram em cativo. Ele se tornou um intelectual e gerou uma linhagem de intelectuais.

Pela mesma época, em 16 de novembro de 1764, o pagamento de duas patacas ao curador por “curar os negros escravos enfeitados” é um bom indício de subculturas intencionalmente preservadas. No dia a dia, os monges e os próprios escravos transitando de uma a outra, orientando-se por sistemas de valores diferentes uns em relação aos outros. A realidade social regida por uma multiculturalidade aí expressa. Simultaneamente, o desencontro entre o tempo da capela barroca, que era o tempo da arte e da religião, de um lado, e, de outro, o tempo da fábrica de produtos cerâmicos, que era o tempo da produção e da economia, nos falam de multitemporalidade. Tempos, aliás, de ritmos desiguais, o tempo lento do espírito, que permanece, e o tempo rápido do que é material e consumível e se decompõe ou se transforma.

Enquanto a escravidão brasileira tem sido analisada no pressuposto do cativo como fundamento de uma sociedade homogênea e desigual, as peculiaridades do caso de São Caetano nos revelam o oposto: uma sociedade profundamente heterogênea. As contradições e tensões dessa heterogeneidade estão por trás de muitos acontecimentos históricos na sociedade brasileira. Foi a decorrente insubordinação dos escravos

de São Caetano, em 1862, que levou a Ordem de São Bento a abolir a escravidão em suas fazendas e mosteiros, significativamente, no dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre. Reforçou, assim, o modelo da abolição gradual do cativo, pelo qual o país enveredara, único modo, em nosso caso, de debilitar a instituição iníqua numa sociedade em que os altos lucros da economia de exportação reforçavam a concepção do trabalho baseado na sujeição do homem pelo homem. Era uma luta desigual.

Foi a decorrente insubordinação dos escravos de São Caetano, em 1862, que levou a Ordem de São Bento a abolir a escravidão em suas fazendas e mosteiros, significativamente, no dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre.

A definição das mediações do belo dava sentido aos pequenos episódios significativos da história de uma sociedade que mudava refinando os componentes da arquitetura da ordem. Os documentos beneditinos que pude consultar em São Paulo, em Olinda, em Salvador e em Portugal revelam que, em São Caetano, os monges de São Bento foram, aos poucos, construindo uma paisagem concebida, detalhadamente, como uma obra sublime de arte. Ao final de minha pesquisa, com base nos textos e minuciosas descrições dos abades, eu tinha a perfeita visão de um grande painel, de uma grande pintura da paisagem suburbana no século 18. Eu me senti como se estivesse numa visita às portentosas salas da National Gallery ou da Tate Gallery, em Londres, ou do Museu do Prado e do Museu Reyna Sofia, em Madrid, que visitei em diferentes ocasiões nos últimos 40 anos, contemplando obras dos grandes pintores do setecentos. Especialmente as descrições minuciosas que da capela nos deixaram o Abade Frei Joaquim de Santana e Araújo, em 21 de março de 1772, e o Abade Frei Gaspar da Soledade e Matos, em 31 de março de 1778,

são intensamente pictóricas, com grande apelo visual. Eram narrativas enviadas à casa mãe dos beneditinos em Portugal e tinham por objetivo, além de prestar contas, justamente, permitir que os monges de lá pudessem ver no conjunto e em detalhe o que em São Caetano podiam ver os monges daqui, os leigos, os escravos, os passantes, carreiros e cavaleiros que se valiam do antiquíssimo Caminho do Mar que ladeava a sede da fazenda. E os barqueiros que navegavam pelos rios dos Meninos e Tamandateí, na proximidade de cuja confluência estava a obra paisagística nesses relatos descrita.

As narrativas desses dois abades são, elas próprias, estilisticamente barrocas. A demora na descrição dos ornamentos e dos volteios das formas é demarcada por uma espécie de *staccato* nas abruptas incidências de outra lógica, a das medidas precisas do comprimento, da largura, da altura, dos arcos, das espessuras, a do vocabulário de uma engenharia profissionalmente precisa de mestres e artesãos, a *secura linear e incolor* da matemática situando e invadindo o colorido e rebuscado do barroco e do belo. A tensão das formas estava em tudo, anunciando a transição que já no começo do século 19 começaria a extinguir, nas narrativas, a precedência do esplendor barroco sintetizado na Capela beneditina de São Caetano. Vi isso tudo com emoção, à medida em que fui visitando os arquivos onde esses tesouros estavam guardados, uma viagem de mais de 60 anos. Algumas vezes, na biblioteca beneditina de São Paulo, enquanto eu lia esses relatos, o organista, no andar de baixo e no magnífico órgão da igreja, ensaiava peças religiosas de Bach e de outros compositores do barroco europeu.

Sem contar elementos paisagísticos raramente referidos em nossa literatura histórica, os do lado invisível do mundo colonial, como os aromas e perfumes dos jardins que intencionalmente arrematavam os adornos barrocos do

cenário. Era o caso da cerca de mais de uma centena de laranjeiras ao redor do extenso terreno da sede da Fazenda de São Caetano, cujas flores criavam um cinturão odorífero demarcador do território em memória do Santo patrono, o Patriarca São Caetano. Segundo a tradição, no momento de sua morte exalava o perfume de flores de laranjeira, o chamado odor de santidade. Além dos cravos que adornavam e perfumavam o cruzeiro de cedro, de três metros de altura, colocado sobre um calvário a alguma distância do pórtico da capela, quase no que é hoje o início da Rua 28 de Julho.

O cruzeiro demarcava o início do território do sagrado e preâmbulo do templo. Dessa demarcação original resta a Praça Ermelino Matarazzo, mas também o que parece remanescente de um trapézio no final da Rua Mariano Pamplo, na parte da frente da igreja, um recuo em relação à linha da rua. O que sugere que, no passado, a capela tinha uma posição central e frontal num grande retângulo que ia até o rio, cercado de muros de taipa, segundo os documentos do século 18 e ainda do século 19, da época da criação do núcleo colonial. No interior desse quadrado ficavam, além da capela, a casa-grande e seus anexos, o pátio, as senzalas, o horto e os jardins. De quem caminha hoje pela Rua 28 de Julho, indo na direção de onde foi a capela, antes do cruzeiro, havia um dos canais da drenagem feita em meados do século 18, que desaguava no atual Rio Tamandateí. Um valo cercava o conjunto, sobre o qual foram feitos ponte e portão.

A construção do coro, na ampliação da capela, em 1772, confirma que a música estava presente nas celebrações, como é da tradição beneditina. Um realejo, versão mais simples do órgão, foi transferido do mosteiro para a Capela de São Caetano.

Em São Caetano, na segunda metade do século 18, na paisagem, nas edificações e na

economia, temos um encontro de tendências divergentes de um momento singular da história social brasileira. A fazenda, que já se orientava para uma economia industrial, evoluiu com base em padrões racionais de gestão econômica, como indicam os números de sua escrituração. Índios administrados e escravos negros eram tratados como trabalhadores juridicamente diferentes, o que legalmente eram. O negro era escravo-mercadoria, tinha preço. Era coisa. O índio administrado não era escravo, era servo, mas limitadamente pessoa, não tinha preço e não podia ser vendido. Sua dispersão no território das fazendas beneditinas durante o século 19 é bem indicativa de um destino possível já contido na sua singularidade social, o de sitiante.

Arrendamentos e salários, já praticados na fazenda, antecipam a economia moderna, capitalista, ainda que híbrida com as sobrevivências do escravismo. O que não excluía providências de modernização do processo produtivo e formação de mão de obra especializada, como a contratação de um mestre ceramista para ensinar a arte da cerâmica a jovens escravos negros, na segunda metade do século 18.

O abade, em 1772, dá notícia de um relógio de sol colocado no pátio da casa de vivenda, na hoje Praça Ermelino Matarazzo, “sobre uma coluna de pau, para por ele se guiar o serviço da Fazenda”. Novo relógio de sol é ali colocado entre 1781 e 1784. O que constitui uma significativa indicação de que o trabalho passava a ser regulado pelo tempo linear e quantitativo, o da moderna concepção de tempo, e não mais pelo tempo cósmico e natural, o das estações do ano, o do dia e da noite, o da concepção pré-moderna de tempo e pessoa que regulava o trabalho de homens em cativeiro, cujo corpo era propriedade de outros, os homens-coisa, inteiramente à disposição de seu dono. O relógio para regular o tempo de trabalho dos escravos prenunciava

a separação de trabalho e trabalhador. A libertação do tempo foi condição da libertação do trabalho em relação à pessoa que trabalha. Os monges filósofos de São Bento desencadearam em São Caetano um dos episódios dessa revolução social, mais de um século antes da abolição da escravatura, um dos capítulos essenciais do processo de emancipação dos cativos.

No litígio de 1758, do Mestre Marcos com o padre-fazendeiro, pelo pagamento da farinha vendida, mencionado antes, mostra que já havia consciência social que distinguia nele três pessoas: o servo, o colono e o assalariado. Consciência dos monges e consciência do próprio Mestre Marcos, que só litigou porque intuiu sua tripla condição e a diversidade de direitos e obrigações de suas diferentes pessoas. Uma decomposição jurídica da pessoa do cativo que libertou analiticamente as três pessoas anormalmente nela já contidas, na contradição das condições econômicas, técnicas e sociais de seu trabalho.

Um curioso e aparente preciosismo jurídico baseado no pressuposto moderno de que é a relação de trabalho e a função econômica que definem a pessoa e não a condição de seu nascimento, que era consideração própria da sociedade estamental e escravista. O escravo, reconhecido como uma figura jurídica, naquela perspectiva, se torna apenas um resíduo da condição humana e não mais a própria condição humana. O tempo de trabalho se separa da pessoa que trabalha, indício de uma revolução insinuando-se nas relações de trabalho ainda no mundo da escravidão. É significativo que o mesmo Mestre Marcos periodicamente pedisse, da remuneração anual de sua função de feitor dos escravos, antecipações salariais em forma de roupas, não raro com algum luxo em relação ao que era próprio de sua condição social.

Uma expressão de que mesmo os pobres, como foi ele definido, cuidavam de trajar-se de

conformidade com sua diferença estamental que, no caso, o afastava das cruas definições da escravidão e o diferenciava. Juridicamente moderno, como reconhecidamente assalariado, era psicológica e socialmente, ainda, um personagem do sistema simbólico da sociedade de estamentos. Uma figura dilacerada pelos opostos de uma sociedade em transição, que tinha na Fazenda de São Caetano algumas de suas expressões dramáticas.

Como no caso, relatado pelo Prior do mosteiro, em 1813, da escrava Joana, com cerca de 80 anos de idade, alforriada por ter sido comprada por um de seus filhos, liberto. Cativos tinham permissão para cultivar roça própria nas fazendas, em dias santos, que eram muitos, e negociar os frutos de seu trabalho com seu senhor ou outras pessoas. Formavam pecúlio, com o qual podiam comprar a própria liberdade ou a liberdade de outrem, como neste caso. Nas contas do mosteiro, há referências a créditos obtidos com a alforria de escravos.

Na desumanização própria do cativo em que se baseava sua economia, a contradição do cuidado estético que deu forma e beleza, em múltiplos âmbitos, à igreja, aos edifícios, aos jardins da Fazenda de São Caetano. Na mediação do belo e sua função humanizadora, uma combinação de tempos históricos, a transição como encontro condenado do diverso e do cronologicamente descontínuo, que se resolverá a partir do começo do século 19 com o progres-

sivo predomínio da economia, da produção, do cálculo e da tensão nas relações com os escravos. E consequente desagregação dos âmbitos incongruentes. O que deve ter sido lento, pois Frei Ferdinando da Madre de Deus relata, em 1803, que em São Caetano “consertou-se a casa de vivenda com aquele asseio necessário para nela entrar o Excelentíssimo, Ilustríssimo e Reverendíssimo Sr. Bispo Diocesano (Dom Mateus de Abreu Pereira), onde se demorou três dias”.

Aí por 1869, cem anos depois da época do esplendor da São Caetano colonial, o Abade do Mosteiro de São Bento ainda dizia que a fazenda, hoje, “se pode considerar um lugar de distração”. O que quer dizer que preservava características da sua época de ouro. O belo e bucólico desaparecem dos relatos em favor do funcional e econômico. A citada insubordinação dos escravos de São Caetano, em 1862, e a decorrente libertação de todos os escravos da Ordem de São Bento, em 1871, como mencionei, por decisão do Capítulo Geral reunido na cidade de Salvador, foram um precursor reconhecimento de que a escravidão perdera sentido. Essa perda de sentido começava a chegar à consciência social. A Fazenda de São Caetano chegava ao fim e com ele começava a desagregação do Bairro de São Caetano, que acabará distribuído, em 1889, em dois municípios, como mencionei: parte no de São Paulo e parte no de São Caetano do Sul. **R**

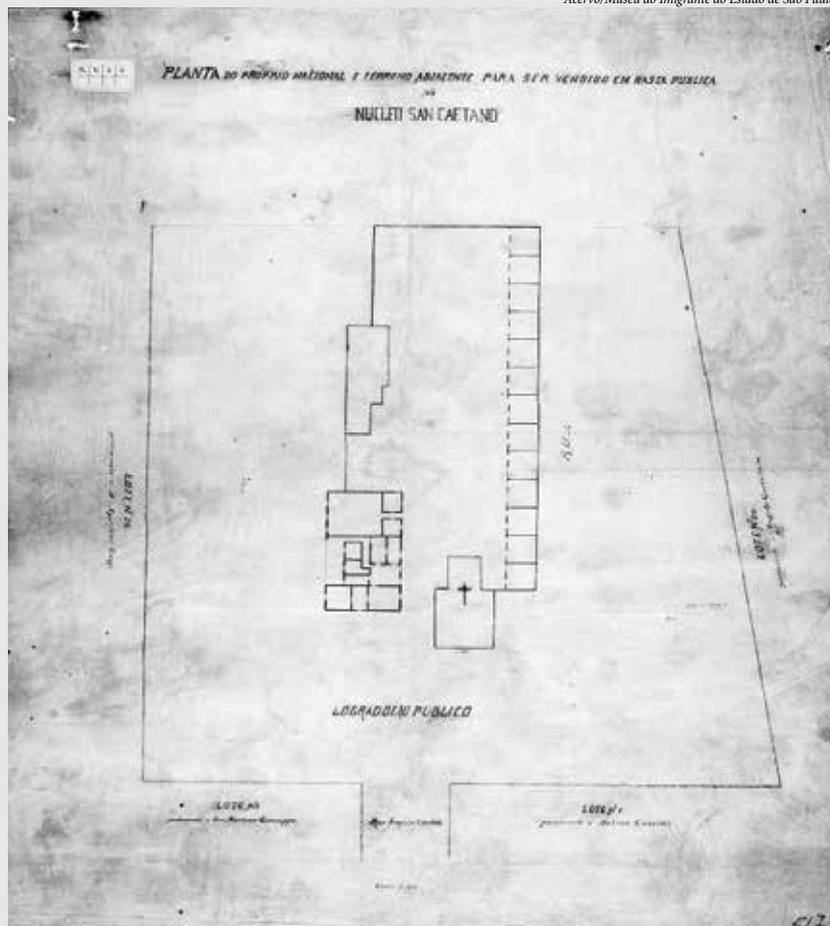
NOTA

¹ Ao leitor interessado em aprofundar o conhecimento do tema deste ensaio, sugiro a leitura de meus livros *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957; *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, São Caetano do Sul, 1988; *Diário de uma Terra Lontana*, Fundação Pró-Memória, São Caetano do Sul, 2015. E, também, de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, *Dietário dos Escravos de São Bento*, Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo-São Caetano do Sul, 1991.

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

É NATURAL DE SÃO CAETANO DO SUL, DE UMA FAMÍLIA DE IMIGRANTES ALI CHEGADOS EM 1912. É CIDADÃO EMÉRITO DE SÃO CAETANO DO SUL. É SOCIÓLOGO E PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ONDE SE DOUTOROU, FEZ A LIVRE-DOCÊNCIA E SE TORNOU PROFESSOR TITULAR. FOI PROFESSOR VISITANTE DA UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA (EUA) E DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FOI PROFESSOR CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE E FELLOW DE TRINITY HALL (INGLATERRA). É DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E DA UNIVERSIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL E PROFESSOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). É MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS.

Acervo/Museu do Imigrante do Estado de São Paulo



Planta da sede da Fazenda de São Caetano ainda intacta em 1887, quando era utilizada como hospedaria dos imigrantes em trânsito do Porto de Santos para as fazendas do interior. A capela original separa as senzalas, à direita, e a casa de vivenda ou casa-grande, à esquerda

Detalhe de uma fotografia de 1900, em que se vê a atual Matriz Velha em construção no mesmo local em que existiu a Capela de São Caetano. A parede comprida, atrás da igreja, é a das antigas senzalas dos escravos da Fazenda de São Caetano

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano



Fazenda de S. Caetano.

Preparou-se a capella, pondo-se-lhe um Retabulo dourado do d'apreja
 antiga de Mostro, e reformou-se a capella, pondo-se-lhe q'vintas no tecto, e
 Jo. Jofes: e com melhor comodo p. a guarda do ornamento, e se comborava,
 reformando-se de todas as Cozas: pintando-se todas as portas desta Capella, e fia-
 das com melhor acaudo, e de acento tinha: preparavão-se as lavas, pintando-se
 tambem as portas, e p'ndendo, e lavando-se toda por dentro: e de v. l. e de se a halla
 de tijolo em interior se abria em porta, e se a lavas e acaudo, e tambem
 de novo se fizeram: e de se em varias ruas de Quadra, e de se a lavas, e de se
 pura, e de se a lavas, e de se a lavas

Descrição da Capela de São Caetano, em 17 de dezembro de 1770: “Fazenda de S. Caetano - Preparou-se a Capela, pondo-se-lhe um Retábulo dourado dos da Igreja antiga do Mosteiro”. Trata-se da igreja que fora construída com recursos de Fernão Dias Pais, em São Paulo, também reconstruída no século 18

Acervo/Biblioteca Nacional Foto/Augusto Malta



Frontispício da Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, cujo pórtico e detalhes da fachada foram antecipados e reproduzidos por seu arquiteto, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, no frontispício da Capela de São Caetano, em 1773, sete anos antes. Reproduz o pórtico da Igreja de Gesù, em Roma, projetado por Giacomo Della Porta, no século 16



São Bento Abade, escultura do século 18, que ficava num dos nichos laterais ao pórtico da Capela de São Caetano, ampliada em 1772.

Um dos dois sinos da Matriz Velha de São Caetano, fundidos na oficina do protestante A. Sydow, em São Paulo, em 1883. Para fazê-los, foi derretido o sino colocado na torre da Capela de São Caetano, em 1772

Túmulo da família de Nicolau Tolentino Piratininga, no Cemitério do Santíssimo Sacramento, em São Paulo. Nascido escravo em São Caetano, em 1855, foi libertado em 1871. A primeira escrava de sua família veio para São Caetano em 1700



Bairro de São Caetano		
1460	Caetano Dias de Carado	13
1773	Agua de São João	32
1461	Manoel	4
1462	Leandro	1
1780	Maria	1
1781	Ecolanica	1
1782	Barbara	1
1783	Anna	2
1463	Salvador	3
1464	André	20
1465	André	19
		2000000

Primeira página da lista da população do Bairro de São Caetano, em 1765. Ela não inclui moradores e escravos da Fazenda de São Caetano, que eram listados com os do Mosteiro de São Bento, em São Paulo

Cristina Toledo de Carvalho

Os 300 anos da Capela de São Caetano: um convite à reflexão



Crédito/MARTINS, José de Souza. São Caetano do Sul em quatro séculos de história. São Paulo: Saraiva

A comemoração dos 300 anos do início da construção da Capela de São Caetano enseja um conjunto de discussões nos âmbitos da escrita da história local, das interpretações a ela inerentes e dos processos de constituição e difusão de memórias que as permeiam. Para além de um registro comemorativo superficial, circunscrito ao meramente factual, a referida data deve ser concebida como um convite à reflexão. Isso porque diz respeito a um período não considerado devidamente pelas narrativas tradicionais da história de São Caetano, que é o período da presença dos monges beneditinos na localidade.

Proprietários da fazenda formada, no século 17, a partir das doações de Duarte Machado e Fernão Dias Pais de terras localizadas na então região do Tijucuçu (que compreendia parte do território que hoje compõe o município de São Caetano do Sul), os religiosos da Ordem de São Bento aqui comandaram, até meados da segunda metade do século 19, empreendimentos que compreendiam desde atividades agrícolas e pecuárias até as de

Ilustração de Reuel de Macedo, representando a posse, por parte dos monges beneditinos, das terras situadas no Tijucuçu, as quais foram doadas pelo Capitão Duarte Machado, em 1631. A Fazenda Beneditina de São Caetano, originada dessa doação e da realizada pelo bandeirante Fernão Dias Pais, em 1671, desenvolveu-se em parte do território que ficou conhecido como Tijucuçu, palavra de origem indígena que significa grande lamaçal, barreiro grande, numa referência às várzeas barrentas e alagadiças que existiam nas margens dos atuais rios Tamanduateí e Meninos. Com a construção da capela em louvor a São Caetano, a partir de 1717, a Fazenda do Tijucuçu passa a ser chamada de Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. Segundo consta, essa denominação surgiu ainda na primeira metade do século 18, um tempo depois da edificação daquela capela, permanecendo até 1747, quando começa a ser designada apenas como Fazenda de São Caetano

cunho fabril, como as alusivas a uma vasta e diversificada produção cerâmica. Entre 1717 e 1720, os beneditinos construíram na fazenda uma capela, que teve por padroeiro São Caetano. Por conta desse episódio, a propriedade, que era, até então, referenciada como Fazenda do Tijucuçu, adquire a denominação de Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. O nome Tijucuçu persistiu por um tempo, de modo que o seu desaparecimento frente ao nome da fazenda aconteceu gradativamente, ficando, depois, apenas a designação Fazenda de São Caetano.

go do Moinho Velho, hoje recoberto pela Avenida Tancredo Neves, no Ipiranga¹.

Os esclarecimentos fornecidos acima são de autoria de José de Souza Martins e compõem, ao lado de muitas outras informações, o rol extenso e minucioso de dados pertinentes à Fazenda de São Caetano, cuja história pôde ser reconstituída graças às pesquisas que ele realizou junto a diversos arquivos localizados em diferentes regiões do Brasil e de Portugal, em uma caminhada de seis décadas de investigação, levantamento,

Placa de bronze na sepultura de Fernão Dias Pais, localizada na nave central da Basílica de São Bento, em São Paulo. Iniciativa do Abade Dom Miguel Kruse, expressa a gratidão da comunidade beneditina junto àquele bandeirante, um de seus maiores benfeitores. A doação de terra efetuada por ele, em 1671, ajudou a constituir a Fazenda do Tijucuçu (posteriormente, Fazenda de São Caetano). Os seus rendimentos garantiriam a manutenção da capela-mor da igreja que ele mesmo construiu para os monges beneditinos, sob a condição de nela ser sepultado



Credito/Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo, São Paulo, 1977
Reprodução fotográfica Antonio Reginaldo Camioni (APRISCS)

[...] nas primeiras décadas do século 18, o nome São Caetano fora agregado ao nome Tijucuçu, passando a fazenda dos monges de São Bento a chamar-se Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. Antes se chamava apenas Fazenda do Tijucuçu [...] Só aos poucos o nome Tijucuçu desapareceu especificamente em relação ao nome da fazenda. Mas manteve-se em relação ao restante do território que teve essa denominação, que se estendia até a Mooca, abrangia as fraldas da Vila Bela e da Vila Alpina, o Sacoman, tendo por limite o Córre-

análise e depuração crítica das fontes². Todo esse percurso metodológico foi crucial para que surgisse uma historiografia concernente ao período que antecede o da chegada da primeira leva de imigrantes italianos ao então Núcleo Colonial de São Caetano, constituído pelo governo imperial, em 1877, nas terras da antiga fazenda beneditina. Se, por um lado, o pouco que se sabia a respeito era, não raro, divulgado de forma distorcida ou errônea por trabalhos cuja finalidade era dar enfoque ao que se desenrolou depois da

venda daquela fazenda, por outro, a proposta de recuperar sua história, a partir de uma pesquisa documental séria e embasada, abriu precedente não só para a produção de um conhecimento histórico específico sobre o tema, mas também para a construção de uma concepção crítica e contextualizada acerca do que representou a presença dos monges beneditinos na localidade, proposta interpretativa bem distinta das leituras que vinham inseridas nas narrativas históricas locais, desde 1927, pelo menos.

Ao revelar as complexidades que envolviam as tramas, conjunturas e condições históricas atinentes à temática da Fazenda de São Caetano, as pesquisas de José de Souza Martins foram, gradativa e simultaneamente, dissecando as interpretações veiculadas por aquelas narrativas tradicionais, em um trabalho crítico de desconstrução do senso comum que as pautava. Em *Diário de uma Terra Lontana*, livro publicado, em 2015, pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, o qual traz (sucintamente falando), para a seara das discussões historiográficas, questões e aspectos relativos à Fazenda e ao Núcleo Colonial de São Caetano, Martins assegura:

Minha proposta é a da resistência às simplificações de uma história oficial estereotipada e inverossímil [...], desprovida da nervura e das contradições da verdadeira história social, um épico fantasioso. Um conjunto extenso de omissões, que é técnica de apagamento da memória, esconde-se na história oficial produzida por um senso comum pobre e ultrapassado, história de folheto e de jornal comemorativo, longe da história documentada e consistente, explicativa e interpretativa.³

Uma história escrita e concebida à luz de estereótipos consiste em uma narrativa ideológica do passado que evidencia algumas memórias

e oculta outras. Isso se verificou com a interpretação concedida à história de São Caetano a partir do período da comemoração do cinquentenário de inauguração do núcleo colonial, em 1927. Na ocasião, por iniciativa de um grupo composto por italianos e seus descendentes, foram promovidos eventos em homenagem aos imigrantes pioneiros, instalados na localidade em 28 de julho de 1877. Entre as reverências prestadas, é bastante notória a intenção de exaltar os primeiros imigrantes chegados ao núcleo, como bem atestam os livros lançados na oportunidade, intitulados *Pagine di verità e di vita* (escrito, predominantemente, em italiano) e *O 50º. aniversário da fundação de São Caetano (1877-1927)*, de Renato Bellucci e Roberto Capri, respectivamente. A interpretação que os dois trabalhos encaminham acerca da história de São Caetano é triunfalista, de modo que o imigrante italiano aparece no centro da narrativa representado como herói e fundador da localidade. Em consonância com essa concepção, estão as inscrições presentes na placa de mármore (inaugurada também durante os festejos do cinquentenário) fixada na fachada do templo da Paróquia São Caetano (Matriz Velha). Seus dizeres endossam as representações gestadas pela versão triunfalista que vinha sendo produzida sobre a história local, conforme trecho destacado abaixo:

*Aos destemidos precursores
que das itálicas terras
A estas regiões aportados
Com indômita pujança
Abriram o caminho
Ao hodierno progresso*

Ao eleger o imigrante italiano como personagem pioneiro da história de São Caetano, essa interpretação emite uma leitura simplista a

respeito do processo histórico desenrolado anteriormente à criação do núcleo colonial. Sem embasamento documental e desprovida de uma fundamentação teórico-metodológica, tão cara e necessária aos trabalhos de caráter verdadeiramente historiográfico, a narrativa triunfalista desqualifica tudo o que diz respeito à história da Fazenda de São Caetano e do bairro de mesmo nome, cujo núcleo era a vida da própria fazenda beneditina. Daí o esforço daquela narrativa de negar historicidade a esse período, mesmo diante das evidências que denunciavam uma história em curso na localidade, quando da chegada dos primeiros imigrantes. Uma história, segundo José de Souza Martins,

[...] desenhada na obra humana da paisagem: a capela barroca, a casa-grande e as senzalas, a fábrica de telha e louça, o pátio-jardim [...], os canais de drenagem do antigo pântano do Tijuçuçu [...], os caminhos antigos, alguns do tempo da fundação de São Paulo, hoje convertidos em ruas da cidade [...], os vizinhos que ainda permaneciam.⁴

Diante das evidências contundentes da existência de um processo histórico que continuava, como a perspectiva triunfalista articulava seu discurso de modo a sustentar sua concepção de que a história de São Caetano apenas se iniciaria em fins do século 19, com a chegada dos imigrantes italianos?

A narrativa triunfalista, a ideia da página em branco e o seu contraponto – Os processos de constituição e difusão de memórias estão em plena sintonia com as conjunturas e contextos nos quais se encontram inseridos. A estreita relação de tais processos com a época histórica da qual fazem parte ajuda a revelar as motivações, interesses e ideias que os norteiam, em seu repertório de registros e representações, de ma-

neira que seja possível compreender o porquê do privilegiamento concedido às memórias de determinados sujeitos ou grupos em detrimento das de outros. As considerações da historiadora Maria de Lourdes Monaco Janotti, neste sentido, são bastante elucidativas. Ao abordar a temática relativa à produção do conhecimento histórico, ela expõe que é preciso levar em conta “os compromissos do autor com a conjuntura político-econômico-social de sua época”⁵, uma vez que o discurso historiográfico é “o resultado do pensamento de um grupo social sobre a realidade vivida. Assim, a obra torna-se porta-voz não só do seu autor como do grupo em que ele está integrado”.⁶ O discurso histórico constitui, portanto, “um campo fértil de produção e reprodução ideológicas”⁷, conforme conclui a referida historiadora.

Ciente dos meandros e engrenagens ideológicas que engendram o fazer histórico e as memórias eleitas por ele, é possível entender as razões que ensejaram as narrativas originadas na época das comemorações do cinquentenário do Núcleo Colonial de São Caetano, em 1927. Difusoras de representações heroicas dos imigrantes pioneiros desse núcleo, tais narrativas foram responsáveis pela instituição de uma interpretação triunfalista acerca da história local, que, pela força da tradição, adentrou os anos e se impôs como versão oficial e única de tal história (até, pelo menos, meados da década de 1950, quando surgem novas narrativas e propostas).

No período da feitura dessas narrativas, o apelo à italianidade era algo que se vinculava ao crescimento do fascismo. De acordo com José de Souza Martins, ambos se confundiam, nessa época:

[...] em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do pro-

gresso, que o aniversário de S. Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos do Brasil⁸.

Sob esse contexto de exaltação da italianidade, a representação do imigrante como herói fundador da localidade se constituiu. Em seus estudos e trabalhos de pesquisa sobre a Fazenda Beneditina e o Núcleo Colonial de São Caetano, José de Souza Martins reservou reflexões e ideias preciosas a respeito dessa interpretação triunfalista da história local, apontando suas deformações e inconsistência, desconstruindo-a, de maneira crítica e embasada, e propondo, por fim, uma outra teoria ou perspectiva historiográfica.

No que tange, especificamente, às deformações presentes nas abordagens concernentes ao período anterior ao da fundação do núcleo colonial, é interessante salientar a ideia da página em branco, com a qual Martins trabalha no livro *O imaginário na imigração italiana*, lançado, em 2003, pela Fundação Pró-Memória. Abaixo, segue um trecho dele extraído, cujo teor expressa, com clareza, o cerne daquela ideia frente à desconsideração do triunfalismo em relação ao processo histórico que estava em curso em São Caetano, na época da chegada dos italianos:

A lógica da página em branco [...] implica numa leitura seletiva da documentação e das referências históricas relativas ao bairro [de São Caetano, no qual a fazenda beneditina estava situada] e sua população, [de modo que] o que cada documento menciona do passado, do tempo e da realidade anteriores à chegada do imigrante, ganha sentido ou não a partir do destaque da concepção do herói fundador, representado pelo imigrante, a partir do privilegiamento das idéias de começo e coragem.

[...] a lógica da página em branco impõe a necessidade de negar como História tudo que antecede o advento do herói fundador.⁹

Ainda nessa linha de raciocínio, José de Souza Martins chama atenção para o jogo de palavras utilizado pela narrativa tradicional, ao se referir ao período que precede o da instalação do imigrante. No discurso que profere, prevalecem vocábulos como deserto, abandono e decadência, que desqualificam o período em questão. O descompasso entre a imagem criada por essa narrativa e o que, de fato, foi o período, por exemplo, correspondente ao da presença beneditina na localidade é gritante. Enquanto a versão triunfalista se apoia naquelas palavras para representar uma pretensa insignificância de tal período e, assim, sustentar sua teoria de que a história de São Caetano tem início apenas no dia 28 de julho de 1877, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos ao núcleo colonial, as pesquisas de Martins apresentam resultados que vão na direção oposta. Enquanto a versão tradicional da história de São Caetano decorre dos esforços do senso comum, o que explica inúmeros erros interpretativos na concepção e difusão das informações, as pesquisas de José de Souza Martins revelam o quão cheio de vida foi o período da presença beneditina na localidade, cuja historicidade não sugere, em nada, o quadro letárgico formulado pela versão tradicional. Enquanto uma versão produz uma interpretação simplista, errônea e repleta de lacunas a respeito da história de São Caetano, a outra evidencia, articuladamente, as contradições, nervuras, especificidades, conjunturas e complexidades de uma história que se pôs em curso bem antes do surgimento do núcleo colonial local.

Para se ter uma breve ideia das discrepâncias existentes entre as duas versões, basta citar trechos de textos que se referem a elas, tal como o destacado na sequência. Extraído da edição de 27 de julho de 1947, do *Jornal de São Caetano*, o teor do texto a seguir endossa a perspectiva triunfalista, que, na época

dessa publicação, ainda era a única versão existente sobre a história da cidade. O título sob o qual o texto é divulgado é bastante elucidativo do triunfalismo então reinante nas narrativas históricas locais: *1877 – Marco de uma epopeia: fragmentos históricos que descrevem a gloriosa jornada dos colonos italianos*. Logo abaixo desse título, o seguinte trecho da matéria:

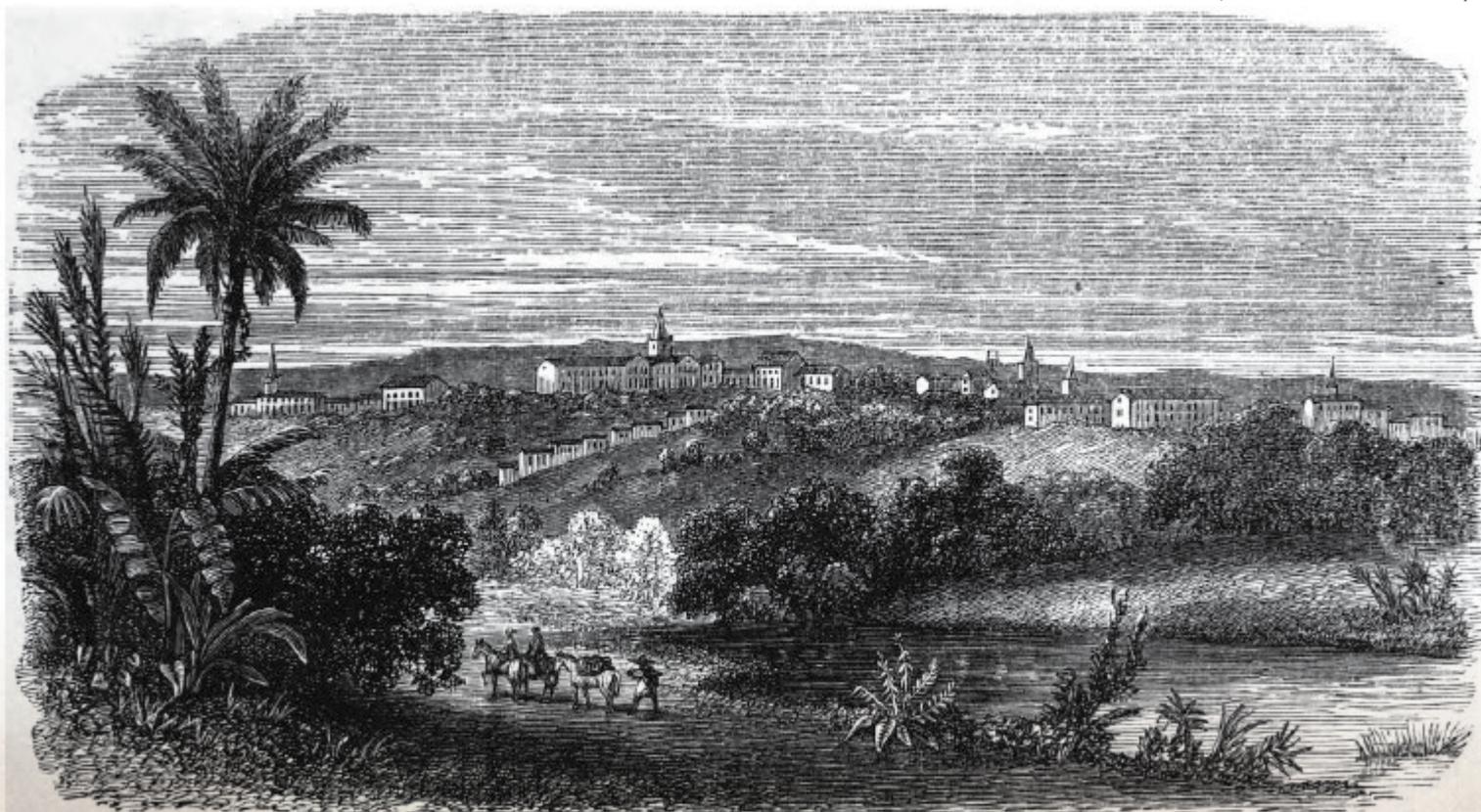
O estudo da história de nossa cidade deve ser dividido em duas partes distintas. Uma, a que poderíamos dar o nome de pré-história, abrange todas as referências que se encontram ao

sítio de Tijucussu, e a outra, mais moderna, relativa à vida organizada, à vida da cidade propriamente dita. Este período inicia-se, é óbvio, com a chegada dos imigrantes italianos [...] ¹⁰

No contraponto das simplificações inerentes à narrativa tradicional e triunfalista, as quais se coadunam com o conteúdo do texto acima, estão as explicações de José de Souza Martins. Extraídas de seu livro *Diário de uma Terra Lontana*, publicação que, por reunir um rico conteúdo histórico, advindo de um percurso de seis décadas de pesquisas, apresenta uma perspectiva de abordagem e análise acerca da história do Núcleo Colonial de São Caetano. Nos diálogos e relações que o autor estabelece com o cenário configurado durante a presença beneditina na região, é possível ter acesso a um conjunto detalhado de informações, o qual fornece uma real dimensão do que era a vida na época da Fazenda de São

Ilustração do Rio Tamanduateí, na Várzea do Carmo, em São Paulo. Canoas com produtos cerâmicos e agrícolas da Fazenda de São Caetano passavam por ele com destino ao Porto Geral (nas proximidades do Mosteiro de São Bento), onde tais produtos eram descarregados por escravos dos beneditinos

Crédito/The South American Missionary Magazine, vol. V, London, 1871. In: MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana*. Os "faits divers" na história do Núcleo Colonial de São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p. 90



SAO PAULO—BRAZIL.

See page 15.

Caetano. Adentrando seus aspectos sociais, econômicos e culturais, Martins recupera as particularidades das engrenagens e estruturas da dita fazenda, revelando sua meticulosa organização. Conforme aponta,

Apesar das poucas referências na literatura histórica da vila e cidade de São Paulo, São Caetano foi um de seus bairros mais avançados no tempo histórico, dos raros, senão o único, em que se propôs o contraponto da indústria e do esplendor barroco, não só na arquitetura da capela e da casa, mas também na dos jardins. Como o mostram os livros da Mordomia, do Mosteiro, na Capela dotada dos paramentos e objetos do culto celebrava-se missa todos os domingos com os monges residentes e visitantes, para os escravos e moradores do bairro, como também se faziam batizados e casamentos¹¹.

No que tange à vida econômica da fazenda e à sua organização social, José de Souza Martins também teceu considerações preciosas. Em razão da construção, em 1730, de um forno para a produção de telhas e tijolos, a economia da Fazenda de São Caetano, que, até então, tinha como base atividades agrícolas e pecuárias, adquiriu também caráter industrial. Em virtude da demanda proveniente de São Paulo, uma segunda olaria foi construída, em 1757, criando condição para a diversificação da produção, que, assim, passou a compreender também lajotas, ladrilhos, telhões para canalização de água e louças vidradas (louças de barro), como pratos, panelas, potes, bacias e alguidares. Alguns desses materiais foram empregados em construções de edifícios da São Paulo colonial, como os conventos de São Francisco e de Santa Thereza, bem como na reforma do Palácio do Governo, em 1792.

Tamanha era a qualidade dos produtos confeccionados na fazenda que amostras deles foram enviadas a Portugal por Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, Capitão-General da Capitania de São Paulo (1765-1775), durante o reinado de Dom José I, para que a metrópole pudesse tomar conhecimento da situação econômica paulista. É certo que os empreendimentos beneditinos na Fazenda de São Caetano compunham o quadro econômico de São Paulo e o seu alcance foi de denotada importância, naquele contexto de busca da capitania por uma visibilidade frente à dinâmica da economia colonial.

A experiência da economia industrial beneditina em São Caetano é uma indicação histórica de um industrialismo que precedeu em mais de cem anos os primeiros passos da industrialização em São Paulo. Não só na técnica da produção, mas na logística – a extração do barro nas jazidas, o seu transporte em carros de boi para o amassador, a produção das peças, a organização do trabalho, o treinamento dos escravos, o cozimento e armazenamento dos produtos na fábrica até o seu transporte para a cidade de São Paulo, o sistema de navegação da fábrica até o Porto Geral, o armazenamento comercial e a venda dos produtos. Uma empresa completa, que operava em regime de escravidão. E uma certa organização administrativa: o padre-fazendeiro, que era o gestor econômico; o feitor dos escravos, que era o gestor das relações de trabalho; e o mestre-oleiro, que era o técnico da produção e eventualmente professor de cerâmica de jovens escravos [...] ¹²

Com a mesma riqueza de detalhes, as informações atinentes à capela da fazenda são apresentadas. Da sua construção, a partir de 1717, até as reformas às quais foi submetida durante a segunda metade do século 18, como

a realizada em 1772, quando teve acréscimo de torre, coro e sacristia.¹³ Centro da vida religiosa da fazenda e do bairro, a Capela de São Caetano foi uma das representantes da estética barroca presente na propriedade beneditina e um dos símbolos de sua época áurea. Contudo, não me estenderei na temática da capela pelo fato de, no artigo anterior, já constar uma gama rica de dados a respeito dela.

As outras narrativas e o debate historiográfico

Local – A década de 1950 marcou o surgimento de trabalhos de pesquisa acerca da história de São Caetano, abrindo caminho para a divulgação de outras perspectivas e interpretações a seu respeito. Até então, a única versão conhecida era a triunfalista, que atravessou o tempo, sendo (re)contada e (re)apropriada por meios de comunicação como os jornais locais, seus maiores propagadores, principalmente no período dos festejos alusivos ao 28 de julho, estabelecido como sendo a data de fundação da cidade. Por força da tradição, uma narrativa de heroísmo foi constituída, em cujo centro foi inserida a figura do imigrante italiano, a quem se atribuiu, exclusivamente, o protagonismo da participação na história da localidade.

O problema, porém, dessa concepção não reside apenas em sua natureza excludente frente aos outros sujeitos também partícipes do processo histórico local, mas se assenta também no fato de deformar tal processo ao submetê-lo a interpretações que negligenciam aspectos que marcaram a realidade dos primeiros imigrantes do Núcleo Colonial de São Caetano, como o trabalho, a pobreza e a morte. A história da imigração italiana na cidade é repleta de adversidades, desencontros e espinhos, como defende José de Souza Martins em artigos publicados em edições passadas de *Raízes* e em outros trabalhos (alguns deles, aliás, já citados no presente artigo). Longe

de contestar a importância da participação italiana na história da localidade, a questão que se move, entretanto, no pensamento do sociólogo Martins e, conseqüentemente, neste artigo, que com esse pensamento dialoga, é a deturpação daquela história, que, ao ser interpretada por um viés triunfalista, seletivo e excludente, perde sua historicidade e se configura como fantasia ou mera história de folheto, conforme ele classifica.

Até meados da década de 1950, essa concepção da história local exerceu seu domínio. Em um contexto histórico favorável à disseminação de iniciativas culturais que objetivavam estabelecer um padrão letrado de vida, em consonância com os paradigmas culturais dos grandes centros urbanos, o apoio a trabalhos que propunham recuperar a história local foi observado. Naquela época, São Caetano dava seus primeiros passos como município. Se por um lado, procurava se dotar de equipamentos que pudessem lhe conceder a estrutura necessária ao seu desenvolvimento, por outro, o incentivo a ações destinadas a revelar aspectos ou informações do passado da cidade seria decisivo para a formação de uma consciência histórica e identitária locais, tão cara a um jovem município como São Caetano, que se esforçava para se projetar em todos os aspectos, âmbitos e esferas.

Foi sob esse quadro que surgiram trabalhos como os de José Luiz Salvador Victor Marinaro, patrocinado pela prefeitura e publicado em 1952 no formato de almanaque, intitulado *Isto é São Caetano*, e o de José Homem de Bittencourt, lançado em 1956 e divulgado no jornal *A Gazeta* (em 1959, uma versão ampliada de tal pesquisa foi publicada sob o patrocínio da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos). Ambos trazem à tona informações atinentes ao período da Fazenda Beneditina de São Caetano, extraídas, dentre outras, de fontes como as compiladas no *Livro do Tombo do Mosteiro de São*

Bento. Sem a preocupação de avaliar, com profundidade, sua escrita, interpretação ou mesmo possíveis erros interpretativos, cumpre ressaltar que esses trabalhos foram os primeiros que abordaram a presença beneditina na localidade sob um prisma diferente do inerente à perspectiva triunfalista, na medida em que reservaram ao assunto maior atenção, revelando dados, até então, inéditos. Bittencourt, aliás, chegou a questionar, claramente, a qualidade de fundadores dada aos imigrantes italianos, algo que, naquela altura, já estava posto e, tradicionalmente, aceito pela população. Esse ponto de vista dialogaria, depois, com o que seria defendido por José de Souza Martins em seu livro *São Caetano do Sul em quatro séculos de história*. Lançado em 1957, quando Martins contava apenas com 18 anos, o referido livro foi patrocinado pelo Rotary Club da localidade e abriu caminho para o desenrolar de um debate historiográfico na cidade, cuja tônica foi a polêmica que se instaurou em torno da questão da fundação de São Caetano.

Em sua edição de 27 de julho daquele ano de 1957, o *Jornal de São Caetano* trouxe um artigo assinado por José de Souza Martins. Na oportunidade, o jovem pesquisador enfatizou a respeito do lapso existente na memória local em relação ao longo período desenrolado antes da chegada dos primeiros imigrantes. Os documentos alusivos a tal período, que Martins conseguira localizar e apresentar naquele seu primeiro livro, não só lhe permitiram recuperar aspectos de uma história local que, pelo que assegura a documentação consultada, já se colocava em curso desde o século 16 (antes mesmo da formação da fazenda beneditina), como também lhe deram condição de compor uma interpretação acerca dessa história. Interpretação que, obviamente, foi se refinando e se (re)fazendo, na medida em que novos elementos de cunho teórico e metodológico foram sendo incorporados em

seu processo de produção do conhecimento, no decorrer de sua trajetória acadêmica.

Mesmo ciente da observância desse processo de refinamento pelo qual passou o pensamento de Martins, cumpre, em atenção ao que foi apresentado, até o momento, neste artigo, registrar um fragmento do que era, em parte, a sua interpretação ou teoria sobre a história local, quando da feitura de seu primeiro livro. Seu incômodo frente ao que era propalado pela linha tradicional ou triunfalista era notório:

Ano após ano, comemoramos a fundação de São Caetano do Sul, a 28 de julho, exaltando sempre a memória dos colonos italianos aqui arribados em 1877. Entretanto, um lapso lastimável envolve este emaranhado histórico. Atribuímos, erroneamente, a eles a glória da fundação de nossa terra, sepultando no esquecimento ou na ignorância os nomes daqueles que os antecederam [...]

Até hoje temos dado larga à imaginação e à tradição, doravante, porém, deve prevalecer a verdade, através dos incontestáveis documentos existentes em nossos arquivos históricos.¹⁴

A repercussão das pesquisas que originaram o primeiro livro de Martins sobre a história da cidade foi prenunciada pelo *Jornal de São Caetano*, na mesma edição em que o trecho destacado acima fora publicado. Na ocasião, o jornalista Oto Diringer, ao noticiar o lançamento daquele livro, afirmou: “Assim nasceu um livro que, por certo, irá provocar polêmica, já que os tradicionalistas procurarão defender os fatos como eles se lhes afiguram”.¹⁵

E o prognóstico emitido por Diringer se confirmou pouco tempo depois. Em dezembro de 1957, o advogado Ítalo Dal’Mas lançava *São Caetano do Sul e seus fundadores*. Em concordância com a narrativa triunfalista, tal trabalho

reivindica para as famílias estabelecidas, em 1877, na localidade a qualidade de fundadoras, ideia explícita no próprio título da obra.

Em 1960, o *Jornal de São Caetano* alimentou ainda mais a polêmica que já havia se instaurado, ao divulgar um panorama sobre os trabalhos de pesquisa surgidos na década de 1950 acerca da história local (todos eles já citados neste item). Apresentando a temática em pauta, o jornal argumentou:

Existiam até 1952 trabalhos esparsos de síntese histórica, todos concordes que os colonos italianos eram realmente fundadores da cidade, como até continua a ser oficialmente afirmado e que a data da fundação seria 28 de julho, o que também é aceito oficialmente.

Tais trabalhos eram divulgados em jornais e revistas, principalmente na imprensa local e não demonstravam qualquer esforço maior de pesquisa [...] ¹⁶

O debate historiográfico fomentado pelo jornal trouxe para o centro das discussões aspectos e interpretações atinentes a outras narrativas da



Representação do imigrante italiano, de autoria de Joel Linck, publicada na edição de 28 de julho de 1960, do *Jornal de São Caetano*. O texto que a acompanha se coaduna com o teor triunfalista inerente à narrativa tradicional da história da localidade. Interessante destacar que, nessa mesma edição, o jornal veiculou uma reportagem sobre os trabalhos de pesquisa acerca da cidade, apresentando outras versões sobre sua história, que se contrapunham àquela triunfalista e tradicional. Mesmo diante da visibilidade de novas interpretações que surgiam na cena historiográfica da localidade, as representações, discursos e outros enunciados filiados à perspectiva tradicional ainda eram marcantes na memória local

história de São Caetano. Emergentes frente à hegemônica versão triunfalista, tais narrativas ganharam visibilidade a partir das páginas do *Journal de São Caetano*, o que criou condição para o diálogo ou o debate desenrolado então. Tal debate foi conduzido pelo o que se convencionou chamar, no campo da escrita da história, de discurso fundador (aquele que é capaz de criar uma nova tradição, com novos sentidos, desautorizando os antigos)¹⁷. Cerne das narrativas proferidas pela versão triunfalista da história local, o chamado discurso fundador se filia, por sua vez, a uma perspectiva historiográfica já superada (a positivista), que, dentre outras orientações, preza uma sucessão de episódios dentro de uma narrativa linear e cronológica, destinada a exaltar os feitos, na maioria das vezes, das autoridades políticas e de uma elite econômica. Em contrapartida, é sabido que a escrita da história deve ir além da superfície dos marcos, datas ou fatos. Deve ela adentrar as estruturas, conjunturas e contextos de uma época, reconstituindo e representando as tramas e meandros de seus complexos processos para uma embasada e fundamentada interpretação, centrada em um leque vasto de fontes e no diálogo com os referenciais teóricos advindos de diferentes áreas do conhecimento. A produção do conhecimento histórico deve resultar dos contatos com todo esse arcabouço de postulados epistemológicos e metodológicos, além de uma problematização que conduza o pesquisador a um trabalho sério de interpretação e diálogo com a documentação e com as demais fontes, em contraposição a formulações fantasiosas, deformadas, excludentes e falaciosas.

A comemoração do tricentenário da Capela de São Caetano é um convite à reflexão. O que, realmente, interessa na passagem dessa data

não é o enaltecimento do fato pelo fato, de maneira isolada e descontextualizada. Que sentido teria uma comemoração nesses moldes, sem a possibilidade de aprofundamento em relação à história que compreende a dita capela? É justamente esse aprofundamento que possibilitará ao leitor de *Raízes* concluir que a Capela de São Caetano pertence a um período rico e dinâmico da história local (um período dotado de história!), apesar do que foi contrariamente propagado pelas narrativas tradicionais. (Re)conhecendo-a, ele terá oportunidade de fazer suas reflexões a respeito. O presente artigo poderá ajudá-lo em tal tarefa. Está feito o convite. **R**

NOTAS

¹ MARTINS, José de Souza. O Porto Geral. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 17-25, jul. 2010, p. 21.

² Em nota intitulada Considerações pedagógicas e metodológicas sobre a pesquisa para o artigo sobre o Porto Geral (referência acima), José de Souza Martins apresenta importantes esclarecimentos a respeito do longo e árduo caminho que percorreu em suas pesquisas sobre São Caetano.

³ MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os "faits divers" na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p. 29.

⁴ Idem. *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003, p. 65.

⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 82 apud PIQUEIRA, Maurício Tintori. A monumentalização de um discurso fundador: a formação de uma comunidade imaginada do Grande ABC. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 44, p. 94-99, dez. 2011, p. 96.

⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco, *op. cit.*, p. 82 apud PIQUEIRA, Maurício Tintori, *op. cit.*, p. 96.

⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco, *op. cit.*, p. 83 apud PIQUEIRA, Maurício Tintori, *op. cit.*, p. 96.

⁸ MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991, p. 18.

⁹ Idem. *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003, p. 72-73.

¹⁰ 1877 - Marco de uma epopeia: fragmentos históricos que descrevem a gloriosa jornada dos colonos italianos. *Journal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 24, p. 3, 27 jul. 1947.

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os "faits divers" na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015, p. 168-169.

¹² *Ibidem*, p. 242-243.

¹³ *Ibidem*, p. 161.

¹⁴ Idem. Do Tijuçu quinhentista ao São Caetano do século XX. *Journal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 1 e 10, 27 jul. 1957.

¹⁵ DIRINGER, Oto. São Caetano em quatro séculos. *Journal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 6, 1º. caderno, 27 jul. 1957.

¹⁶ PESQUISADORES da nossa história. *Journal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XV, n. 819, p. 2 e 6, 2º. caderno, 28 jul. 1960.

¹⁷ ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993, p. 13 apud PIQUEIRA, Maurício Tintori, *op. cit.*, p. 94.

CRISTINA TOLEDO DE CARVALHO

É MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL PELA PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP), HISTORIADORA DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL E MEMBRO DE SEU CONSELHO EDITORIAL. É AUTORA DO LIVRO *MIGRANTES AMPARADOS: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO JUNTO A NORDESTINOS EM SÃO CAETANO DO SUL (1950-1965)*, PUBLICADO, EM 2015, PELA REFERIDA INSTITUIÇÃO.

Monica Iafrate

Em busca do passado:

as contribuições da arqueologia para a história de São Caetano do Sul

A existência da Fazenda de São Caetano, apesar de muito bem documentada nos arquivos do Mosteiro de São Bento e em outros mais descobertos e analisados pela pesquisa de mais de 60 anos do professor Drº José de Souza Martins, não deixou para a posteridade nenhum vestígio material de sua existência. Não existiam ruínas ou vestígios materiais que dessem visibilidade para os mais de 200 anos de história vivida nas terras do Tijuçu pelos monges, seus escravos e foreiros.

A ocupação intensiva do território da antiga fazenda, iniciada a partir do século 20, transformou a paisagem urbana de tal forma que os poucos remanescentes das construções mais antigas remontam, no máximo, ao final do século 19.

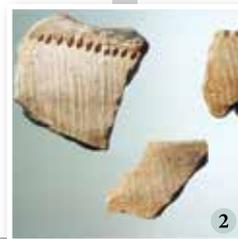
No entanto, como pontuou Milton Santos, quando se pensa na relação do homem com o seu espaço, há que se considerar que esta relação se desenvolve em duas dimensões: “espaço” e “tempo”. Segundo ele,

[...] o momento passado está morto como ‘tempo’, não porém como ‘espaço’; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social¹.

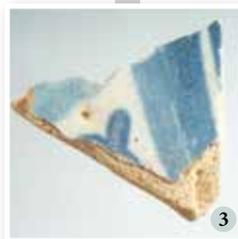
Assim, mesmo na ausência dos vestígios, havia o espaço, relativamente bem delimitado, descrito nos documentos antigos que narravam a ocupação beneditina e que poderia ser investigado. Segundo esses documentos, o nú-



1



2



3



4



5

1

Fragmento de cerâmica vitrificada, provavelmente produzida nas fábricas dos beneditinos

2

Três fragmentos de cerâmica neobrasileira com aplicação de decoração externa por escovação em sua superfície. A técnica consiste em passar um instrumento com pontas múltiplas, deixando sulcos bem visíveis na superfície, guardando certo paralelismo entre si. É uma cerâmica confeccionada por grupos familiares neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas

3

Fragmento de base de uma faiança portuguesa. A coloração azul com uma tonalidade clara e a esmaltagem caracterizam uma datação que vai do terceiro quartel do século 18 ao primeiro quartel do século 19

4

Fragmento de um pires em faiança fina sob técnica transfer-printing na cor azul, conhecida como Willow Pattern. Esta decoração foi utilizada por inúmeros fabricantes ingleses e copiada, posteriormente, no Brasil. A sua produção ocupou todo o século 19 e ainda hoje é comercializada por fabricantes nacionais

5

Pederneira de sílex trabalhado. As pederneiras são pedras duras, utilizadas para a produção de faíscas e de fogo, quando colocadas em atrito com outras pederneiras ou rochas

cleo principal da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu, que compreendia a casa-grande, a Capela de São Caetano, as senzalas e as fábricas de cerâmica e louça, localizava-se na área entorno da Praça Ermelino Matarazzo, no Bairro da Fundação. Segundo Martins, esta é a área de ocupação continuada mais antiga do município².

O alto potencial de achados apresentado por tal área levou o professor José de Souza Martins, juntamente com a direção do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul, a solicitar ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo,

no ano de 1990, a realização de uma pesquisa arqueológica.

A arqueologia é a disciplina científica que estuda as culturas e os modos de vida do passado a partir da análise de seus vestígios materiais. É uma ciência social que se ocupa das sociedades, sejam elas extintas ou não, por meio de seus restos materiais, sejam estes móveis (como por exemplo, objetos de arte, ferramentas, etc.) ou objetos imóveis (como é o caso das estruturas arquitetônicas). Incluem-se também no seu campo de estudos as intervenções feitas pelo homem no meio ambiente. A disciplina

arqueológica envolve trabalhos de prospecção, escavação e análises de informação recolhida para aprender mais sobre o passado humano. Na maioria das vezes, a arqueologia depende de trabalhos de investigações multidisciplinares. Ela baseia-se também em conceitos em torno de variadas áreas do conhecimento e ciências como a antropologia, história, história da arte, etnoarqueologia, geografia, geologia, linguística, semiologia, física, ciências da informação, química, estatísticas, paleoecologia e paleontologia (paleozoologia e paleoetnobotânica).

Acervo/Museu Paulista da Universidade de São Paulo



Área da escavação na face sul da Igreja de São Caetano, Bairro da Fundação, em foto de 1991

Para a realização deste projeto de pesquisa foi designada como coordenadora científica a professora Dr^a Margarida Davina Andreatta, pesquisadora do Museu Paulista pioneira no Brasil em pesquisas de arqueologia histórica industrial e com vasta experiência em trabalhos de campo.

O projeto de pesquisa se desenvolveu em torno de dois grandes objetivos:

1) Recuperar informações e testemunhos materiais relativos à área associada à fundação da cidade de São Caetano do Sul, que remontam aos séculos 17 a 19;

2) Analisar e estudar em detalhes os testemunhos (vestígios) encontrados na pesquisa, a fim de contribuir com novos elementos para o conhecimento da histórica do município.

Foi assinado um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, o Museu Histórico Municipal da cidade³ e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo para viabilizar os trabalhos. À Prefeitura Municipal, coube fornecer apoio aos trabalhos com operários e infraestrutura local, ao Museu Histórico coube o acompanhamento dos trabalhos e apoio nas pesquisas bibliográficas e históricas. O Museu Paulista forneceu a equipe técnico-científica, montando no local um sítio escola, o que permitiu a participação de alunos graduandos e pós-graduandos da Universidade de São Paulo e estagiários voluntários do Museu Histórico Municipal⁴.

Logo de início uma das grandes dificuldades para o andamento do projeto se apresentou. A diretoria das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo não assinou a autorização para que as escavações se realizassem na área pertencente à empresa, apesar da solicitação da Prefeitura Municipal e do Museu Paulista. Isso reduziu a área de intervenção da pesquisa e limitou a área de trabalho ao entorno da Igreja de São Caetano (Matriz Velha), cuja autorização para os estudos foi dada pelo Bispo Diocesano Dom Cláudio Hummes. Esta limitação de área reduziu a possibilidade de que fossem encontrados vestígios ligados à casa-grande, às senzalas e às fábricas.

Apesar deste revés, as escavações tiveram início em abril de 1991. A metodologia adotada para o trabalho de campo foi a decapagem em ampla superfície, com a execução de trincheiras, cortes e perfis estratigráficos como indicadores das diferentes camadas e composição do solo. A primeira etapa do trabalho consistiu na demarcação da área a ser escavada, com a divisão em três áreas específicas (identificadas na planta como A, B e C), subdivididas em setores numerados de um a 15. Cada setor foi quadriculado de dois em dois metros e com a execução de trincheiras teste para verificação estratigráfica e leitura de perfis. Após a evidenciação das camadas, foi realizada a decapagem em ampla superfície com a coleta e peneiramento de todo material evidenciado. Concomitantemente aos trabalhos de campo realizados no sítio arqueológico, foram desenvolvidas tarefas de laboratório na própria área da escavação, para limpeza, identificação, registro e análise dos vestígios coletados.

Os trabalhos de campo foram realizados nos anos de 1991 e 1992 e resultaram na evidenciação e recuperação de diversos testemunhos, tais como: uma pederneira de sílex (material lítico); fragmentos de cerâmica como bordos, bojos (simples e decorados) e cachimbo; fragmentos de material construtivo como lajotas e telhas; fragmentos de louça branca (simples e decorada) resultante de entulho antrópico⁵; fragmentos de porcelana de tonalidade branca, simples e com marcas; fragmentos de faiança identificados pelos padrões decorativos; fragmentos de vidro; fragmentos de

metal como ponteiros, cravos e pregos; e uma quantidade expressiva de tijolos, com diversas dimensões, com ou sem marcas (siglas com iniciais dos fabricantes)⁶.

O principal testemunho arqueológico evidenciado foi uma estrutura composta de lajotas perfiladas, medindo 9,50 metros de comprimento por 0,45 de largura, encontrada a um metro abaixo do solo, rente à parede da Igreja de São Caetano (Matriz Velha). Parte desta estrutura se estende sob a estrutura do salão paroquial. O que se pode comprovar nos estudos é que esta estrutura serviria de apoio para o piso da Capela de São Caetano, construída pelos beneditinos entre 1717 e 1720.

Este achado também foi a comprovação de relatos antigos que diziam que a atual Igreja de São Caetano havia sido construída pelos imigrantes italianos sobre a estrutura da antiga capela.

A importância deste achado foi marcada pela construção de uma vitrine ao lado da igreja, onde uma parte daquela estrutura está em exposição permanente, como testemunho concreto de um período histórico longínquo, mas ainda presente da história de São Caetano do Sul.

Esta primeira pesquisa arqueológica também possibilitou a realização da Dissertação de Mestrado *Tijolos do Sítio Bairro da Fundação – São Caetano do Sul – SP*, defendida por Hildo Henry Maesima, com a orientação de Margarida Davina Andreatta, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1997.

Apesar dos bons resultados atingidos por este primeiro projeto arqueológico, ele não teve a necessária continuidade nos anos subsequentes, para que novos



Planta da área escavada com suas demarcações e quadriculamento (áreas A, B e C)



Perspectiva da estrutura de lajotas perfiladas (área B), que compunham o contrapiso da Capela de São Caetano. Foto de 1992



Detalhe da estrutura de lajotas (contrapiso da Capela de São Caetano) – setor 11. Foto de 1992



Vista da estrutura de lajotas (contrapiso da Capela de São Caetano), em relação à atual Igreja de São Caetano. Foto de 1992



Lajota de cerâmica com marca de impressão digital, provavelmente deixada por um dos escravos da Fazenda de São Caetano. Foto de 1991

testemunhos fossem resgatados. Muitas razões contribuíram para que isso acontecesse, sendo a principal delas a impossibilidade da realização de escavações na área da Matarazzo, devido à contaminação do solo diagnosticada em estudos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) entre os anos de 1995 e 1997, depois da desativação da empresa⁷.

Outro fator também contribuiu para a desmotivação da equipe da professora Margarida Andreatta. Apesar de uma parte da população da cidade ter recebido os trabalhos arqueológicos com interesse e reconhecimento (muitas escolas visitaram o sítio arqueológico no decorrer das escavações), havia uma parcela que se opôs ao avanço das pesquisas. Este grupo alegava que a procura de

vestígios da ocupação beneditina e suas fábricas de cerâmica, que teriam sido talvez uma das primeiras indústrias do período colonial brasileiro, tinha como objetivo ofuscar a importância da imigração italiana, considerada verdadeira “fundadora” da cidade. Estas pessoas, além de ironizarem os trabalhos e a equipe técnica científica, chegaram a “vandalizar” o sítio nos finais de semana, jogando lixo e detritos nas trincheiras⁸.

A possibilidade de novas escavações na cidade foi aventada somente no ano de 2000, com a assinatura de um novo convênio entre a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

O projeto *Musealização da arqueologia e a preservação dos lugares de memória como*

fatores de revitalização urbana: o caso de São Caetano do Sul, que fez parte do Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), tinha um espectro mais amplo que o primeiro projeto arqueológico. Ele pretendia, além de retomar a pesquisa arqueológica no Bairro da Fundação, estender o estudo por toda a cidade a partir da identificação, valorização e musealização dos “lugares da memória”⁹ de São Caetano do Sul. No entanto, as escavações pretendidas pararam no mesmo problema de antes: a contaminação da área da Matarazzo.

Alguns avanços foram dados por este projeto, como a organização curatorial do acervo arqueológico do Museu Histórico Municipal, com a preparação das informações sobre cada item para uma futu-

ra informatização dos dados e seu acondicionamento em embalagens e caixas especiais para melhor garantir sua preservação, e a realização de uma prospecção indireta, utilizando um aparelho GPR (georadar) para investigação do solo. Este método de pesquisa, que utiliza a propagação de ondas eletromagnéticas de alta frequência, permitiu o mapeamento de estruturas geológicas e arqueológicas, possibilitando assim um planejamento de escavações mais precisas e menos invasivas. Essa prospecção foi realizada no interior da Igreja de São Caetano e na área posterior, que era parte da Matarazzo, e permitiu a evidência de várias estruturas que podem estar relacionadas a achados arqueológicos.

Hoje, depois de mais de 20 anos dos primeiros achados, o potencial arqueológico da área pesquisada continua o mesmo. No entanto, muitas transformações ocorreram no seu entorno: viadutos e ruas foram construídos, a Igreja São Caetano sofreu reformas, os terrenos da Matarazzo foram vendidos e projetos de novos empreendimentos estão em discussão. Por mais frágil que este patrimônio possa parecer, ele está amparado por uma sólida legislação.

Pela Lei 3.924/61, 'os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob guarda e proteção do Poder Público'. [artigo 1º]. No parágrafo único do mesmo artigo, é dito que 'a propriedade da superfície regida pelo direito comum não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados', eliminando-se, portanto,

Acervo/Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)
Foto/Wagner Souza e Silva



Acervo/Museu Paulista da Universidade de São Paulo



Acervo/Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)
Foto/Wagner Souza e Silva



Tijolo de barro com a marca "JDP", que representa a olaria de João Domingos Perrella, localizada dentro do lote 29, dos colonos Paolo Martorelli, atual Rua Benedito Moretti, no Bairro da Fundação. O nome da olaria sugere parentesco com a olaria situada ao lado, de Silvério ou Savério Perrella

Frasco de vidro com inscrição "Elixir 914 - Depurativo Marca registrada PhCO A. Nogueira". Trata-se de um frasco de vidro transparente de farmácia de produção nacional muito comum na passagem do século 19 para o século 20. Por ser patenteado, levava o nome gravado em relevo do fabricante e do produto. Algumas farmácias preferiam utilizar frascos de cor âmbar, azul ou roxo para evitar que os raios do sol modificassem a composição química dos produtos. A tampa de vidro existente no gargalo do frasco permitia o fechamento da tampa do medicamento

Fornilho de um cachimbo de cerâmica produzido por molde. Trata-se de uma produção tradicional de São Paulo, já encontrada em outros sítios históricos paulistas. Era, provavelmente, comercializado em armazéns e casas de secos e molhados



Laboratório improvisado na área de pesquisa para registro e inventário dos itens encontrados durante a escavação, em foto de 1991

a restrição anterior, de proteção apenas aos bens tombados. O artigo 7º diz, especificamente, que ‘as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza [...] são consideradas para todos os efeitos bens patrimoniais da União’. No artigo 3º, a Lei 3.924/61 proíbe, em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos [definidos no artigo 2º], ‘antes de serem devidamente pesquisados.’ [...]

Com a assinatura da Lei dos Crimes Ambientais [Lei 9.605/98], regulamentada pelo Decreto 3.179/99, a arqueologia como um todo ganhou um grande aliado, com repercussões no aumento de trabalho para a arqueologia de contrato. A mencionada lei impõe sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo que, no capítulo 5, seção 4, trata especificamente dos crimes contra o patrimônio cultural. No art. 49 do Decreto 3.179, a destruição de bens especialmente protegidos por lei [caso dos sítios arqueológicos] é punida com multas que variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 500.000,00, no caso de mera infração administrativa, a qual poderá cumular-se com pena aplicada ao infrator

em juízo criminal, sem prejuízo de eventual condenação a reparar os danos causados, com base na Lei 6.938/81. Portanto, a responsabilidade civil é dada pela Lei 6.938 e a responsabilidade administrativa e penal pela Lei 9.605¹⁰.

Neste momento, o que a população e os órgãos de proteção do patrimônio podem fazer é exigir que as empresas responsáveis pelos futuros empreendimentos façam todos os licenciamentos necessários, com os devidos estudos de impacto ambiental (EIAs/RIMA). Isso obrigatoriamente levará ao patrocínio de novos estudos arqueológicos que poderão garantir a preservação e salvamento deste patrimônio ainda a ser descoberto. **R**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev. 1999-2000.
 CARTA enviada pelo professor Drº José de Souza Martins ao professor Drº Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, em 8 fev. 1990.
 CARVALHO, Cristina Toledo de. Bairro Fundação: um emaranhado de tempos, espaços, vestígios e memórias. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 27-33, jul. 2010.
 CETESB. Indústrias Reunidas Matarazzo – Município de São Caetano do Sul. Disponível em: <http://areascontaminadas.cetesb.sp.gov.br/187/>. Acesso em: 13 jun. 2017.
 NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
 SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
 SOUZA, R.A. Margarida Andreatta e a conformação da arqueologia histórica Paulistana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 22, p. 157-180, 2012.
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. Projeto de pesquisa *Musealização da arqueologia e a preservação dos lugares da memória como fatores de revitalização urbana: o caso de São Caetano do Sul*, São Paulo, 2000.
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MUSEU PAULISTA. Relatório da pesquisa Arqueológica Histórica Industrial, Bairro da Fundação. São Caetano do Sul; São Paulo, mai. 1997.
 DESCENDENTES defendem tese de que italianos fundaram a cidade. *Folha de São Paulo* (Folha ABCD), São Paulo, primeira página, 16 nov. 1992.

NOTAS

- ¹ SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 10.
² CARTA enviada pelo professor Drº José de Souza Martins ao professor Drº Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, em 8 fev. 1990.
³ A Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, que seria criada no ano seguinte, incorporou o Museu Histórico e passou a acompanhar também os trabalhos da pesquisa arqueológica.
⁴ Participaram da escavação os alunos de pós-graduação Hildo Henry Maesima e Sílvia Regina Barbuy Melchior, os graduandos da Faculdade de História da USP Leandro Domingues Duran e Willer Boni, e a estagiária voluntária Cecília Ravelli Corraia.
⁵ Entulho resultante da ação humana.
⁶ Um painel sobre os trabalhos e os vestígios encontrados nas escavações foi apresentado durante a VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), que se realizou na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, em 1991.
⁷ “A Indústria Química Matarazzo S.A implantou seu complexo industrial na Rua Mariano Pamplona, nº 220, no Município de São Caetano do Sul, em 1932, possuindo como atividades principais a fabricação de soda cáustica, cloro, compostos de cloro, ácido sulfúrico, rayon, celulose, carbureto de cálcio, acetileno, ferro-silício, fundição, hidrogenação de óleos e produção de agrotóxicos [Hexaclorociclohexano – H.C.H e Toxafeno] [...] No período de agosto de 1995 a março de 1997, investigações realizadas pela Cetesb revelaram elevados níveis de concentração de mercúrio e Hexaclorociclohexano – H.C.H. no solo.” Disponível em: <http://areascontaminadas.cetesb.sp.gov.br/187/>.
⁸ Esses episódios foram relatados à autora pela própria professora Margarida Andretta, em mais de uma ocasião.
⁹ O conceito de lugares da memória foi assim definido por Pierre Nora: “Lugares topográficos, como arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais, como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história.”
¹⁰ CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev. 1999-2000.

MONICA IAFRATE

É HISTORIADORA, COM ESPECIALIZAÇÃO EM MUSEOLOGIA, FORMADA PELA USP. HÁ 27 ANOS ATUA NA ÁREA DE PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS. ATUALMENTE, TRABALHA NA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, COORDENANDO O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA.

Cristina Ortega

José Custódio de Sá e Faria

Autor do projeto do pórtico da Capela de São Caetano, em 1773

Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, cujo projeto é de autoria de José Custódio de Sá e Faria. O pórtico que foi agregado à fachada da Capela de São Caetano, em 1773, havia sido projetado para essa igreja carioca, que teve sua construção iniciada em 1780

Nascido em Portugal, engenheiro militar, cartógrafo, arquiteto, geógrafo e governador colonial do século 18, com longa trajetória nos territórios que, atualmente, constituem o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Formou-se na Academia Militar das Fortificações de Portugal, em 1745.



Crédito/www.artorganistica.org.br/milita

Em 1749, aos 39 anos, foi promovido a capitão de infantaria, integrando a Primeira Expedição Científico-Demarcatória entre os reinos de Portugal e Espanha. Veio para o Brasil como sargento-mor. Por ocasião do Tratado de Madrid (1750), foi o que mais se distinguiu, tanto como engenheiro militar quanto como cartógrafo, administrador e homem de armas. Em 1771, foi conferido a ele o posto de Brigadeiro.

Portugal e Espanha viviam em permanente estado de guerra pela hegemonia na região sul, levando Sá e Faria a abandonar a cartografia em favor das armas, principalmente durante a conquista e ocupação da região de São Pedro (atualmente Rio Grande do Sul) pelas tropas espanholas. Após uma tentativa fracassada de reconquista de Rio Grande, Sá e Faria continuou seus trabalhos de engenharia.

Em 1764, como coronel, foi nomeado governador da Capitania de Rio Grande de São Pedro, uma divisão administrativa do Brasil colonial, criada pela Coroa Portuguesa, em 1760, sob a dependência do Rio de Janeiro.

Durante sua passagem pela Fazenda de São Caetano, em 1773, realizou a correção de alguns defeitos na construção de sua capela, bem como em sua fachada, agregando-lhe o pórtico, o mesmo que projetara para a Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, que começaria a ser construída em 1780. O pórtico que foi acrescentado à fachada substituiu o alpendre da Capela de São Caetano.

Em 1777, as tropas espanholas ocupam a ilha de Santa Catarina e Sá e Faria é chamado para comandar a defesa da fortificação, sendo ali derrotado. Com a possibilidade de ser executado, por ordem do Marquês de Pombal,

ministro de Dom José I, rei de Portugal, deserta e oferece seus serviços à Coroa da Espanha, ressaltando que jamais lutaria contra o Reino de Portugal. Seus bens foram confiscados e vendidos em hasta pública. Em seguida, rumou para Buenos Aires, onde inicia uma nova vida. Lá, torna-se um dos mais proeminentes arquitetos, juntamente com seus trabalhos cartográficos, realizando uma grande reurbanização na capital, bem como em Montevideu, na Colônia de Sacramento, Maldonado, entre outros lugares.

Foi designado diretor de obras públicas de Buenos Aires, modificando a urbanística da cidade, pavimentando ruas, construindo portos, docas, igrejas e catedrais.

Em 1791, já doente, retira-se para Luján, falecendo em 1792, após intenso trabalho no Rio da Prata. Está enterrado no Convento de Santo Domingo, em Buenos Aires.

Obras de destaque no Brasil - Dentre as obras de José Custódio de Sá e Faria no Brasil, destacam-se as seguintes: várias fortificações no Rio de Janeiro; Forte de Nossa Senhora de Igatimi (Mato Grosso do Sul); fortificações em Santa Catarina; Igreja Senhor Bom Jesus do Triunfo (Rio Grande do Sul); Igreja Matriz São José de Taquari (Rio Grande do Sul); Igreja de Santa Cruz dos Militares (Rio de Janeiro); Igreja de São Bento (São Paulo), dentre outras. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana. Os "faits divers" na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.
<http://euroltramarino.blogspot.com.br/2006/10>. Acesso em: abr. 2017.
<http://pt.wikipedia.org/w/index.php>. Acesso em: abr. 2017.

CRISTINA ORTEGA

É ADVOGADA, PEDAGOGA E PESQUISADORA DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL.

João Tarcísio Mariani

Os 80 anos da Filial Nova, da Matriz Velha, da Capela Tricentenária!

A história que vamos relatar referente aos 80 anos, na verdade, começou em 1717, há três séculos, e um tema que o renomado professor e sociólogo sul-são-caetanense, José de Souza Martins, pesquisou e registrou, em seu livro *Diário de uma Terra Lontana. Os 'faits divers' na história do Núcleo Colonial de São Caetano*.

A Fundação Pró-Memória editou e lançou esse livro em 2015, como primeiro passo para a celebração do terceiro centenário da construção da primeira capela, entre 1717 e 1720, que deu o nome de São Caetano ao Bairro do Tijucuçu, capela esta que se situava no mesmo local em que se encontra atualmente a Paróquia São Caetano. A capela foi reformada em 1772 e em 1883 até ser demolida em 1900 para ser construída a igreja como a conhecemos hoje.

A igreja de São Caetano, no Bairro da Fundação, reinou absoluta e única, de 1900 até 1937, sendo elevada à condição de paróquia em 1924. Em 1937 foi inaugurada uma nova e ampla igreja, no centro da cidade, e também denominada Paróquia São Caetano. Para distingui-las, uma ficou sendo a Matriz Velha e a outra Matriz

Nova. Disso, lembram-se muito bem os da nossa idade, não tão idosos, mas muito vividos.

Somente em 1954, como veremos mais adiante, a Matriz Nova passa a denominar-se Matriz Sagrada Família e a Paróquia São Caetano fica sendo o templo do Bairro da Fundação que, a partir daí e aos poucos, vai perdendo a identificação de Matriz Velha.

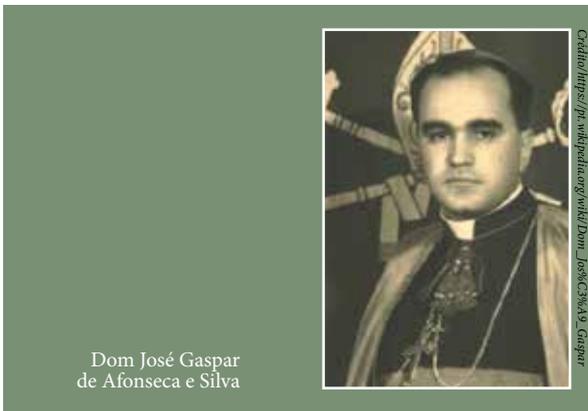
Porém, voltemos a 1937, quando nascia a igreja que melhor conta a história contemporânea da religiosidade de São Caetano, uma vez que na Matriz Nova foram realizados: batizados, primeiras eucaristias, crismas, casamentos, celebrações de aniversário e bodas, e missas de sétimo dia, da grande maioria dos membros das famílias mais representativas da vida de nossa cidade.

Vamos lembrar apenas alguns acontecimentos, de caráter religioso ou não, a maioria deles até bem conhecidos de muitos e envolvendo o que ocorreu nas décadas que compõem os 80 anos de existência da Matriz Sagrada Família (1937 – 2017).

1937 – 1947

Inauguração: satisfação e contestação - Após lançada a pedra fundamental em 1930, a cons-

trução da Matriz avançou até que, em 1933, já foi possível contar com a capela-mor terminada e, ao lado, uma edificação provisória onde foi celebrada a primeira missa em ação de graças pelos benfeitores (apesar das instalações provisórias, ali passaram a ser celebrados batizados e casamentos. Por isso, muita gente que se lembra desse fato questiona, justificadamente, que a nossa igreja não tem somente 80 anos. Na verdade, foi a inauguração oficial que ocorreu apenas em 1937).



São Caetano, que crescia em população e número de indústrias aceleradamente, via a sua grandiosa e nova Matriz ser inaugurada e benzida pelo Bispo Auxiliar de São Paulo, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, em 6 de junho de 1937.

Mesmo após a inauguração, ainda boa parte do povo do Bairro da Fundação não aceitara a ideia da nova igreja. Além de mais bonita, maior, imponente, e no centro da cidade, ainda por cima, era a Matriz Nova de São Caetano. Enquanto que aquela que fora a única igreja da cidade, desde a capela de 1717, sendo o marco da religiosidade para os nossos fundadores, a partir de 1937, ficara sendo apenas a Matriz Velha de São Caetano. E mais ainda, com “velha”, usado por muitos com um sentido até pejorativo.

Acreditamos que tantas foram as interpeleções dirigidas ao idealizador, projetista e construtor da Matriz Nova, Pe. Alexandre Grigolli, que, no limite de sua paciência, em um sermão

(homilia), na missa dominical, com a igreja lotada, ele finalizou dizendo que estava se dirigindo àqueles que o criticavam pelo novo templo e aos quais ele apenas tinha a dizer: “Sossega leão!”

Ora, essa expressão provinha de uma música de autoria de Assis Valente, um samba choro imortalizado pela cantora Carmen Miranda, lançado justamente em 1937 com enorme sucesso. O nome dessa música é *Camisa Listrada* e aí vai um trecho com a expressão:

*Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí
Em vez de tomar chá com torrada ele bebeu parati
Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão
E sorria quando o povo dizia: sossega leão, sossega leão.*

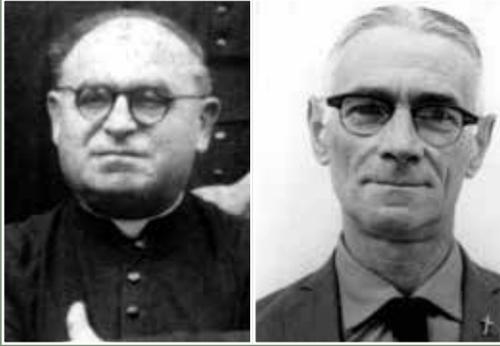
Se o Pe. Alexandre queria apenas pedir calma aos seus interpeladores com o “sossega leão”, na verdade, ele acabou provocando ainda mais a insatisfação deles. Estes lançaram mão da expressão usada pelo sacerdote para reprová-lo, acusando-o de ter cometido blasfêmia ao falar da música, que foi sucesso no Carnaval de 1938.

Queriam crucificá-lo por mexer com Carnaval em uma época em que a Igreja condenava abertamente os chamados, naquele tempo, folguedos momísticos. As coisas mudaram e hoje temos até escola de samba cantando enredo em homenagem a N^a. S^a. Aparecida pelos 300 anos da aparição de sua imagem.

Mas o Pe. Alexandre não era homem e nem sacerdote de se intimidar com coisas desse tipo e continuou firme no acabamento de sua Matriz Nova, iniciando as pinturas em 1943, com o artista sacro italiano Pietro Gentili e tendo como auxiliar seu irmão Ulderico.

Em 1946, o sacerdote volta definitivamente para a Itália, deixando aqui o seu inestimável legado de vida, arte e evangelização, até hoje eloquente, após 80 anos. Assumiu a paróquia, o seu coadjutor, o não menos entusiasmado Pe. Ezio Gislimberti.

Acervo/Paróquia Sagrada Família



Os padres
Alexandre
Grigolli (à
esquerda)
e Ezio
Gislimberti

Acervo/Família Gentili



Os irmãos
Pietro (à
esquerda)
e Ulderico
Gentili

1947 – 1957

“Pintam”: a Matriz, a Autonomia e uma atmosfera lírica - O Pe. Ezio continua com empenho os trabalhos de pintura da Matriz, que iriam de 1947 até o término completo em 1952.

Em 1948, o padre participa do movimento autonomista em favor da criação do município de São Caetano, separando-o de Santo André. Ele celebrou na Matriz Nova a missa em Ação de Graças pela autonomia da cidade, obtida em 24 de outubro de 1948.

Em 1951, o mais famoso tenor italiano da época, Beniamino Gigli, vem a São Caetano e canta no coro da Matriz Sagrada Família.

Gigli cantou com o coral da igreja: *Ave Maria, Pietà Signore, Panis Angelicus e Agnus Dei*. Quem aqui escreve foi testemunha, com sete anos de idade, desse evento que é lembrado por todos aqueles que dele participaram. Foram momentos comoventes, mágicos, marcantes e inesquecíveis.

Em 1954, com a criação da Diocese de Santo André, o seu primeiro Bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira atende a uma solicitação do Pe. Ezio Gislimberti, e altera o nome (orago) da Paróquia São Caetano - Matriz Nova para Matriz Sagrada Família.

1957 – 1967

Igreja se volta para o povo: uma das línguas do Espírito Santo é o português - A partir de 1962, com a realização do Concílio Vaticano II, começam

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



O templo da Paróquia Sagrada Família, em foto de 1955

Acervo/Paróquia Sagrada Família

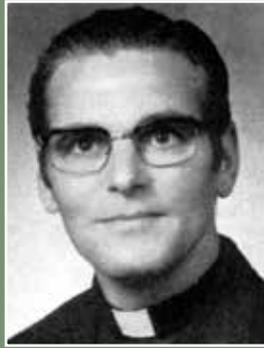


Beniamino Gigli (1890–1957) e Ângelo Raphael Pellegrino (1891–1990), primeiro prefeito de São Caetano do Sul (1949–1953)

Acervo/Paróquia São Bento (SCS)



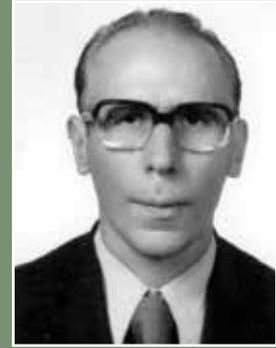
Acervo/Paróquia Sagrada Família



Acervo/Paróquia Sagrada Família



Acervo/Paróquia Sagrada Família



Da esquerda
para direita:

Dom Jorge
Marcos de
Oliveira
(1915-1989)

Pe. José
Lambert

Pe. José
Carvalho

Pe. Mário
Domingos
Perin

a ser introduzidas as primeiras inovações, aprovadas naquele memorável evento: altar da celebração e sacerdote voltados para o povo, e a missa deixa de ser em latim e passa a ser em português.

Em 1965 acontece a saída do Pe. Ezio e, a partir dele, fecha-se um ciclo de vigários com longo tempo de permanência na paróquia. Assim, depois do Pe. Alexandre, que esteve em São Caetano por 22 anos, o sacerdote deixou o cargo após ter aqui estado seis anos como coadjutor e aproximadamente 19 anos como vigário, ou seja, quase 25 anos.

Os vigários que o sucederam ficaram muito pouco tempo aqui, de tal forma que, além da introdução de mais mudanças propostas pelo concílio, não houve tempo para grandes iniciativas à frente da Matriz. Foram os casos de:

- Pe. José Lambert (1965-1966). À luz do Concílio Vaticano II, ele lançou um amplo movimento de evangelização, a partir das crianças da catequese e as das escolas, desdobrando-o para os jovens em todos os estabelecimentos de ensino, e fazendo-o chegar até aos adultos em suas casas ou na Matriz.

- Pe. José Carvalho (1966). Propôs orientar um trabalho formativo promovido pelas Comunidades de Jovens Cristãos (CJC) junto aos estudantes dos colégios Nossa Senhora da Glória e Estadual.

1967 – 1977

Após 40 anos da inauguração, uma sede social apelidada “Meninão” - Pe. Mário Domingos

Perin foi o vigário seguinte, mas também ficou pouco tempo aqui, de 1967 a 1970. Elaborou uma série de cursos de pastoral, visando fundamentar melhor as atividades dos agentes que coordenavam pastorais e movimentos e ainda criou algumas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na tentativa de tornar a evangelização mais concreta, abrangente e próxima do povo. Fora do âmbito pastoral, realizou algumas reformas na Casa Paroquial.

No começo de 1970, com a chegada do novo vigário, Pe. Devanir da Silva, foi criado o Conselho Regional de Pastoral, visando melhorar o intercâmbio entre as paróquias da cidade. Também foram providenciados locais de encontro para dependentes químicos e alcoólatras e viabilizou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Em 1974, comemorou-se o cinquentenário da presença dos padres estigmatinos em São Caetano (1924-1974) e o Pe. Devanir mergulhou com empenho no projeto de construção da Sede Social Sagrada Família. A obra, que deveria abrigar amplo conjunto de salões e salas, além da nova Casa Paroquial, exigiria grande mobilização de todos para a conquista desse objetivo.

O sacerdote também iniciou o Encontro de Casais com Cristo (ECC), voltado para uma formação cristã mais aprofundada dos casais. Participou, em Roma, da beatificação (1975) de Pe. Gaspar Bertoni, fundador da Congregação Estigmatina.



Concretizou uma semana missionária, procurando esclarecer os fiéis acerca da importância de retomar o trabalho de evangelização na paróquia e na diocese, a qual, então, passou a contar com a presença de um novo bispo na pessoa de Dom Cláudio Hummes, grande incentivador dessa atividade.

Em 1977, participou intensamente das festividades do primeiro centenário da cidade. No início de 1978, o Pe. Devanir da Silva deixa a Matriz Sagrada Família.

1977 – 1987

A Matriz faz ecoar música aos quatro cantos -

Em maio de 1978, o Pe. Paulo Campo Dall'Orto assume a paróquia e dedica-se ao término da sede social "Meninão" (apelido dado por ele ao espaço) e a algumas reformas urgentes na igreja.

Visto que a diocese se dispôs a planejar uma ação pastoral conjunta, mediante prioridades a serem assumidas e concretizadas por todas as paróquias, Pe. Paulo também passou a adotar, entre outras ações: Plano de Pastoral Situado, religiosidade, instrução evangélica e catequética, família.

Dom Cláudio Hummes fez a visita pastoral à Paróquia e deixa registrado o seu preito de gratidão:

Agradeço à Província dos Padres Estigmatinos por todos os bons serviços pastorais prestados nesta Diocese e sobretudo nesta Paróquia pelos seus Padres que aqui serviram o Povo de Deus, confiando poder sempre continuar contando com essa colaboração preciosa e fraterna.

A sede social, finalmente, chega ao seu acabamento, exigindo grande esforço, em termos financeiros, superado graças à generosidade dos paroquianos.

Em 1983, foi organizado o Coral da Matriz, regido pelo saudoso maestro Roberto Manzo, o qual, mais tarde, receberia o nome de Capella Aurea. Vários corais abrilhantaram as celebrações litúrgicas a partir de então, entre outros, Alvorecer, Sagrado Coração de Jesus, Sagrada Família, Santa Cecília, Banda Magnificat (Ministério de Música).

A partir de 1984 e anos seguintes, o Pe. Paulo empreende uma importante reforma da Matriz (bancos novos, pintura, piso).

Durante 1987, enriqueceu a caminhada da paróquia a presença dos grupos de oração, que davam profundo testemunho de vida cristã por meio de oração, aconselhamento e reflexão.

1987 – 1997

Pe. Gaspar, Santo; Pe. Primo, místico - Logo no início de 1988, o Pe. Paulo foi internado às pressas no Instituto do Coração (Incor), onde se submeteu a longo tratamento de problema cardíaco. Isso forçou a sua substituição à frente da Matriz pelo Pe. José de Sousa Primo.

Em 1989, a igreja se une à Congregação Estigmatina, em preparação para a canonização do bem-aventurado Pe. Gaspar Bertoni. Nesse ínterim, Pe. Paulo, já bastante restabelecido, celebrou aqui seu Jubileu de Ouro Sacerdotal, em

Da esquerda para direita:

Pe. Devanir da Silva

Pe. Paulo Campo Dall'Orto

Pe. José de Sousa Primo

Pe. José Antônio Mainardi



Pe. Jordélio
Siles Ledo

Arquivo Congregação Estigmatina

meio a muitas solenidades, inclusive com a outorga do título de cidadão sul-são-caetanense.

Durante a permanência do Pe. Primo à frente da Matriz, ele dedicou especial atenção aos enfermos, os quais atendia com relaxamento, energização e imposição das mãos. Esse aspecto místico pôde ser desenvolvido, principalmente, graças à recuperação da saúde do Pe. Paulo.

No dia primeiro de novembro de 1989, em Roma, o Papa João Paulo II celebra a canonização do fundador da Congregação Estigmatina. E lá estavam os padres Primo e Paulo representando a Matriz Sagrada Família, para proclamar a invocação: São Gaspar Bertoni, rogai por nós!

Em 23 de janeiro de 1991, o Pe. Paulo Campo Dall’Orto fundou o primeiro núcleo do Brasil denominado Faber (Família Bertoni), grupo destinado a mergulhar no carisma estigmatino e na espiritualidade bertoniiana.

Pe. Primo, diante do crescimento vertiginoso das seitas, situação de pluralismo religioso unido à indiferença frente aos compromissos da fé cristã, e de avanço do consumismo, no qual tinha prioridade o mercado e não a pessoa humana, iniciou a descentralização do trabalho missionário em alguns núcleos residenciais. Neles, os agentes da pastoral evangelizavam os paroquianos de porta em porta e os reunia em missa comunitária no respectivo setor. Outra ação apostólica para reacender a fé foi a presença do Movimento Carismático Católico.

No ano de 1992, estava de volta à Sagrada Família o Pe. Êzio Gislimberti, que ainda iria ajudar muito no atendimento paroquial.

Próximo do final de 1993, uma notícia triste atingiu a paróquia: faleceu repentinamente Pe. Paulo Campo Dall’Orto.

Em 1995, ocorreu uma forte tromba d’água, que exigiu a troca de todo o telhado da igreja, trabalho complexo que se prolongou até 1996.

1997 – 2007

Matriz, bem cultural de interesse histórico -

Em 9 de setembro de 2000, falece o Pe. Êzio Gislimberti, que havia sido atropelado, cerca de um mês antes, por um ônibus e sofrera traumatismo craniano. Com a autorização do senhor bispo e demais licenças por parte das autoridades civis, seu corpo foi sepultado no altar de São Caetano, no recinto da Matriz, como que a perpetuar sua presença e, segundo ele, onde mais gostava. No ano de 2001, o Pe. Primo deixou a paróquia, que conduziu por quase 12 anos.

Chega o Pe. José Antônio Mainardi, que procurou dar continuidade às linhas pastorais do projeto aprovado pela diocese. Esse projeto pastoral objetivava não só reevangelizar, mas, sobretudo, tornar a paróquia mais acolhedora nas celebrações e no atendimento, ou expediente qualificado.

Em 2002, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul declarou que a Matriz passaria a ser reconhecida como Monumento Histórico de São Caetano ou “Matriz Sagrada Família – bem cultural de interesse histórico”.

Ainda em 2002, o prefeito de São Caetano Luiz Olinto Tortorello aprovou lei que incluiu a Festa da Padroeira Sagrada Família no calendário oficial de datas e eventos do município.

Em 2003, comemoraram-se os 150 anos do falecimento de São Gaspar Bertoni. Os padres e um bom grupo de leigos se deslocaram de

São Caetano para a Fazenda Santana (Corumbataí - SP), onde foi celebrada a missa festiva que encerrou o Ano Bertoniano.

Em 2004, foram comemorados os 80 anos da presença dos estigmatinos em São Caetano do Sul. Em 2007, deixa a paróquia o Pe. José Mainardi.

2007 – 2017

Dos 70 aos 80 anos; Capela, Matriz e Museu: complexo artístico/catequético – No mesmo ano, assume a paróquia o Pe. Jordélio Siles Ledo, que, em seu dinamismo de jovem, veio com o propósito de fazer a Matriz Sagrada Família voltar a ser “nova”, com muita revitalização, mudanças e obras, e um projeto de fôlego e de médio prazo.

A capela à qual se refere o subtítulo é a Capela do Santíssimo, construída em 2007 e que passou a ser ponto de referência na Matriz, em termos de visitação, oração, meditação e encontro com Deus. Não raro   possível, naquele aconchegante e místico recinto, ver pessoas silenciosas, absortas em oração, ou, às vezes, em incontido pranto, desabafo ou desespero,   procura da misericórdia divina.

Entre as obras de revitalização, destacam-se: Centro Catequético Dom Eug nio Rixen, no terceiro andar da Sede Social, e Centro de Espiritualidade São Gaspar Bertoni, no quarto andar.

Quanto ao projeto de fôlego e de médio prazo a que nos referimos anteriormente, trata-se do Museu Sagrada Família, cuja construção começou em 2012 e somente iria terminar em 2016.

Em 2013, um evento marcou a Matriz e a cidade de São Caetano. Foi o Encontro Internacional da Juventude Estigmatina, que trouxe para c  350 peregrinos vindos dos quatro cantos do mundo, compartilhando cultura e fé.

Em 2014, mais um evento de projeção abrigado pela Matriz Sagrada Família, quando membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fizeram da nossa matriz a sede

para o debate dos novos rumos da catequese em nosso país. Esse encontro foi o Seminário Nacional de Iniciação   Vida Cristã.

Quando uma construção   grandiosa e abrange vários elementos ou partes, normalmente, se d  a ela o nome de complexo. Assim, complexo industrial, turístico, etc. Aqui, no nosso caso, o conjunto formado pela igreja e museu não foi complexo pelo significado da palavra, mas sim, porque foi uma construção complicada.

E nessa construção tivemos dois “complexos”: o de superioridade, quanto à magnitude da obra, e o de inferioridade, quanto à disponibilidade dos recursos. Coube, mais uma vez (e sempre), apelar para o trabalho e a generosidade do povo de Deus a fim de se alcanç ar, a duras penas e seis anos de arrecadação de recursos, por meio de campanhas para se chegar ao estágio atual, com a inauguração oficial do museu programada para o mês de maio. Sacrifícios e duras penas de lado, o que vale a pena mesmo é descrever um pouco do espaç o que recebeu o nome de Museu Sagrada Família – Catequese e Arte.

Importante ressaltar que o museu nasceu da feliz e histórica união da Arte Sacra, impregnada em todos os detalhes que inspiraram o Pe. Alexandre Grigolli a projetar e construir a Matriz Sagrada Família, e da Catequese, que, além de emanar das pinturas da igreja, encontrou eco no trabalho do Pe. Jordélio, desenvolvido a partir da psicopedagogia catequética.

Mais do que um museu, ele será um recanto de diálogo entre educação da fé e arte, por meio de formação catequética permanente para todos aqueles que o visitarem e nele compartilharem de seus espaços e de suas diversas formas de expressão.

Fundamental   registrar que foram preservadas intactas as paredes externas do templo, que se tornaram paredes internas do museu, mostradas sob a forma original de tijolos ao natural e aparentes. Em vários deles é possível ver

Encontro Internacional da Juventude Estigmatina (EIJE), em 2013



Acervo/Paróquia Sagrada Família



Acervo/Congregação Estigmatina

Pe. Rogério de Melo

Seminário Nacional de Iniciação à Vida Cristã - CNBB, em 2014



Foto/Revista Juventude

e ler identificação com letras que nos remetem às iniciais das famílias proprietárias de olarias e fundadoras da nossa cidade. Quatro espaços principais se destacam no museu:

Querigma (1º. Anúncio): “Por que procurais entre os mortos, aquele que está vivo?” (Lucas, 24, 5);

Catequese: Exposições temporárias; obra definitiva: “Chuva do Advento”, de Cláudio Pastro;

Iluminação e Purificação (Psicopedagogia Catequética): Estágios da fé ao longo da vida.

Mistagogia (Mistério): O visitante finaliza o itinerário sendo inserido no centro e coração da fé.

No final de 2016, o Pe. Jordélio Siles Ledo deixa a Matriz Sagrada Família e, em 2 de janeiro de 2017, assume como Pároco o Pe. Rogério de Melo.

Chega ele com propostas, tais como: a integração das pastorais, movimentos, grupos de música e de oração; atrair jovens à participação na paróquia e resignificar o dízimo em seu conceito sagrado, como parte integrante da relação entre criatura e Criador, e a melhor forma de se retribuir por tudo o que de graça recebemos.

Esses objetivos, uns modernos, outros tradicionais, já ganharam exemplos práticos em abril de 2017, durante a Semana Santa, quando houve a junção de corais nas celebrações e procissão do encontro, resgatando uma antiga tradição, cuja conotação nova é justamente a maior união entre os paroquianos. Auguramos êxito ao recém-chegado Pastor da Matriz Sagrada Família.

Conclusão – Parece que a história de nossa querida Matriz Sagrada Família se renova a cada **40 anos**, ou quer provar que a vida começa ou recomeça aos **40!**

1937: inauguração da igreja;

1977: sede social;

2017: museu.

As informações aqui contidas podem ser assim resumidas: a parte histórica, especialmente, do tempo da inauguração da Matriz Nova e até um passado não tão recente, foi fruto de pesquisa nos Livros de Tombo da Matriz; outra parte do que se relatou foi obtida a partir dos vários artigos das edições da Revista *Raízes*, da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, e, finalmente, quem escreveu este artigo fez parte da vida da Matriz Velha, durante dez anos, da vida da Matriz Nova e Sagrada Família, há 63 anos, e, no futuro, possivelmente, fará parte do museu, vivo ou morto! **R**

JOÃO TARCÍSIO MARIANI

É CONSULTOR DE EMPRESAS E MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL.

Caio Bruno

Acervo/ Prefeitura Municipal de São C



Construído com o objetivo de redirecionar o fluxo administrativo e contribuir com o desenvolvimento econômico de uma parte da cidade, o Palácio da Cerâmica - Prefeito Dr. Ângelo Raphael Pellegrino chega aos 25 anos de sua inauguração, em 29 de agosto de 2017, marcado pela consolidação como grande centro de poder e atividades do Poder Executivo Municipal, seja por questões políticas ou por eventos realizados no local, que ensejam a presença do povo junto aos governantes.

Sua história tem início no alvorecer da década de 1990. Na ocasião, a Prefeitura de São Caetano ocupava o Paço Municipal da Avenida Goiás, n.º 600, inaugurado em 1961, no final da primeira gestão de Oswaldo Samuel Massei. Idealizado pelo escritório do arquiteto Zenon Lotufo, o projeto original de 1959 previa dois prédios em que se abrigariam, além do Executivo, o Legislativo, o Judiciário e uma biblioteca pública. Por questões financeiras, apenas uma das edificações foi construída e nela abrigando, além do Gabinete do Prefeito e de diversos setores da Prefeitura, também a Câmara Municipal.

Palácio da Cerâmica completa 25 anos

Três décadas depois, o prédio já não suportava a demanda administrativa e de serviços que a população necessitava. Afinal, a cidade crescera em tudo. Número de habitantes, de ruas e a própria configuração de poder público se alterou, ampliando seus departamentos. Era a hora de se pensar na construção de um novo centro administrativo. O velho Paço da Goiás ficara pequeno demais.

O local - Naquele período, havia na Administração sul-são-caetanense um trabalho voltado à modernização e revitalização do eixo compreendido pelos bairros Nova Gerty, São José e Cerâmica. Esse tempo é marcado por uma série de obras como o Pronto Socorro da Vila Gerty

Palácio da Cerâmica, em foto de 2017



Área chamada antigamente de “Buracão da Cerâmica”, de onde era extraída a argila para servir à Cerâmica São Caetano. Posteriormente, no local, foi construído o Espaço Verde Chico Mendes e o Palácio da Cerâmica. Vemos neste foto, de 1963, quatro estudantes do Ginásio Barão do Rio Branco: Valter Pinho Santi, Nivaldo José Santi, José Viudes Parra e Dárcio Poveda



Primeira fase inicial das obras do Palácio da Cerâmica, em outubro de 1991



Em maio de 1992, as obras do novo Paço já estavam em estágio avançado

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

(atual Centro Policlínico Gentil Rstom), o Centro Integrado de Saúde e Educação João Nicolau Braido, a ampliação da Avenida Antônio da Fonseca Martins, a criação da Escola Municipal de Ecologia Presidente Jânio da Silva Quadros e o Centro de Lazer, Esportes e Recreação Senador José Ermírio de Moraes.

Instalado no chamado Buracão da Cerâmica (uma extensa área de onde a Cerâmica São Caetano retirava argila para a sua produção) e inaugurado no fim dos anos 1980, esse centro é mais conhecido como Espaço Verde Chico Mendes. Isso porque, em 1989, foi criado, no interior do local, espaço em homenagem ao seringueiro e líder sindical, Francisco Alves Mendes Filho (o Chico Mendes), assassinado em 1988.

Ainda nas redondezas do parque, em área localizada um pouco acima do centro recreativo, próximo à Rua Eduardo Prado, havia um descampado utilizado como “campo” de futebol pelo Internacional Futebol Clube e que também acumulava entulho. Eis o local e aí começava a vida do novo Paço da cidade.

Nasce a nova Prefeitura - No dia 26 de janeiro de 1991, em matéria intitulada “Bairro São José Rumo ao Progresso”, o *Jornal de São Caetano*, mais famoso periódico municipal da época, relatou timidamente a construção do futuro Palácio da Cerâmica em nota de rodapé e sem detalhes.

Estartalhaço mesmo começou a ser feito quando da decisão definitiva de se erguer a edificação e das conversas da Prefeitura com a comunidade local. Na edição de 3 de abril, veio a confirmação na matéria: “Está nascendo um novo paço na Rua Eduardo Prado”.

Informações confirmadas no jornal de 20 de abril, que, com letras garrafais, anunciava: “NOVO PAÇO OCUPARÁ CAMPO DE FUTEBOL”. Na reportagem, o prefeito Luiz Olinto Tortorello (1937-2004) dava mais detalhes sobre a obra, garantiu que nenhuma árvore do Centro de Lazer, Esportes e Recreação Senador José Ermírio de Moraes - Espaço Verde Chico Mendes seria derrubada e sim, mais exemplares plantados durante o paisagismo, já que seria erguido em área inóspita

Com projeto assinado pelo arquiteto Euclides Rocco Junior, a obra foi iniciada em maio de 1991. Com o custo de Cr\$ 450 milhões, contava com visual arrojado e era composta de um prédio maior de dois pavimentos, onde se localizaria o Gabinete do Prefeito e assessorias e outros blocos térreos, a fim de abrigar secretarias e departamentos. Foi inteiramente financiada por recursos próprios da municipalidade e tinha prazo de entrega para julho de 1992, mês de aniversário de São Caetano.

Problemas no cronograma da obra, entretanto, adiaram a inauguração em um mês, mesmo com os primeiros setores deixando o Paço da Avenida Goiás e já se instalando no novo local, em junho.

Em 19 de agosto de 1992, o prefeito Tortorello, por meio do decreto nº 6828, dá o nome de Palácio da Cerâmica ao novo centro administrativo da Prefeitura. Segundo o documento, a nomenclatura seria dada em razão das “primeiras atividades fabris da cidade, do local estabelecido ser antes fonte de matéria prima das indústrias de cerâmica” e, por fim, “o fato de que a evocação do passado relativo ao desenvolvimento econômico e social da cidade é uma justa homenagem aos pioneiros trabalhadores do município”.

Finalizado e nomeado, no sábado, 29 de agosto daquele ano, às 10h, foi inaugurado o Palácio da Cerâmica em grande e pomposa festa aberta ao povo com a presença de cinco mil pessoas. A fita inaugural da obra foi descerrada pelo ex-prefeito Hermógenes Walter Braido (1927-2008), pelo prefeito Tortorello, seu vice João Tassarini e por Euclides Rocco.

O arquiteto, aliás, classificou o equipamento como “sinérgico”. “O projeto não pode ser interpretado fora do contexto global de mobilidade urbana. Trata-se de obra que busca integrar meio ambiente, paisagismo urbano e descentralização administrativa”, explicou.

No complexo, foi hasteada bandeira do município com 18 m², a maior já hasteada na cidade. Ao lado do espelho d’água, uma escultura simbolizando a harmonia dos três poderes e, na fachada do prédio principal, painéis do escultor e muralista Adélio Sarro



Inauguração do Palácio da Cerâmica, em 29 de agosto de 1992, contou com a presença de autoridades e população



Vista aérea do complexo administrativo nos anos 1990



Delegação Italiana de Vittorio Veneto no Palácio da Cerâmica, por ocasião de sua visita a São Caetano do Sul, em 1993. Na foto, entre outros, o prefeito Antônio José Dall’Anese



...ssa em homenagem ao Dia das Mães em 1998, na Prefeitura



...comemoração dos 50 anos da autonomia da cidade, em 1998, foi inaugurado o busto do primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino. Vemos na foto: Ângelo Raphael Pellegrino Netto, Ivo Pellegrino, Dr. Silvio Torres, Linda Torres, Gersio Sartori (Presidente da Câmara) e Maria Zeneide Fernandes Sartori



...Palácio da Cerâmica sempre foi palco de celebrações de datas solenes. Nesta foto, comemoração do Dia da Bandeira, em 1999

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

Arquivo/Fundação Pro-Memória de São Caetano do Sul

retratando alguns dos momentos dos então 115 anos de existência de São Caetano.

A primeira audiência pública do Palácio da Cerâmica foi na segunda-feira, 31 de agosto, quando integrantes do comércio do Bairro São José foram recebidos pelo prefeito.

Ainda em 1992, no fim de seu primeiro mandato, no dia 2 de dezembro, Tortorello publicou o decreto nº. 6934 acrescentando o nome do primeiro prefeito de São Caetano ao novo Paço, sendo chamado oficialmente desde então de Palácio da Cerâmica – Prefeito Dr. Ângelo Raphael Pellegrino. “Reverenciamos o primeiro alcaide municipal porque é justo. A tradição impõe que perpetuemos os grandes nomes que ajudaram a escrever a nossa história”, diz a placa afixada na entrada do prédio.

Em 24 de outubro de 1998, no cinquentenário da autonomia da cidade, foi afixado um busto de Pellegrino no início da rampa do prédio principal.

Centro Cívico - Nesse um quarto de século de existência, o Paço já está abrigando a oitava gestão municipal, além de ser palco de atividades que demonstram a institucionalidade sul-são-caetanense, como recepções a governantes e delegações, bem como solenidades alusivas a datas comemorativas e missas campais.

O projeto original passou por adaptações visando maior acessibilidade na década de 2000. Nas dependências do Palácio, circulam diariamente centenas de pessoas.

Atualmente, o Palácio da Cerâmica – Prefeito Dr. Ângelo Raphael Pellegrino abriga, além do Gabinete do Prefeito, a Corregedoria Municipal, a Procuradoria do Município e as secretarias municipais de Assuntos Jurídicos, Fazenda, Governo, Obras e Habitação, Planejamento e Gestão e seus departamentos, que totalizam 300 funcionários, além de uma agência bancária e posto da Guarda Civil Municipal. É, sem sombra de dúvida, um verdadeiro centro cívico. **R**

CAIO BRUNO

É JORNALISTA FORMADO PELA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL, COM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM GESTÃO E CRISE EM REDES SOCIAIS PELO SENAC-SP E CURSOS LIVRES NA ÁREA DE GESTÃO CULTURAL. ATUALMENTE É SUPERVISOR DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL.

Marcos Massolini

Carvoaria Flórida: passado, presente e futuro de uma empresa familiar

Em uma tarde quente de verão, no início do ano, andando pelo Bairro Barcelona, deparei-me com uma placa em um imóvel da Rua Flórida, que me deixou encafifado: “Carvoaria Flórida mudou-se para...”. Nem bem acabei de ler os dizeres e lembranças saudosas invadiram imediatamente meus pensamentos. Exatamente naquela casa, nos anos 1970 e 1980, meus tios, pais e avós compravam habitualmente carvão, item crucial para nossos convescotes de finais de semana, à beira da Represa Billings, em São Bernardo, mais especificamente no Billings Country Clube, local de lazer onde minha família era sócia. Resolvi me aproximar e percebi que as características do imóvel estavam bem preservadas, mantendo, inclusive, o caminho lateral de cascalho que servia de acesso para o grande galpão dos fundos. Eu me lembro nitidamente de adentrar a pé aquela passagem no início dos anos 1970 e, nessa minha remota memória, eu devia contar com cinco ou seis anos. Coincidentemente, a mesma época em que eu frequentava a casa vizinha à carvoaria, pertencente à família Jankauskas, para brincar com meu colega de pré-escola Rogério, já falecido.

Com essa avalanche de lembranças na cabeça, resolvi saber mais sobre o que estava acontecendo e foi este impulso que acabou servindo de subsídio para este artigo.

tecendo e foi este impulso que acabou servindo de subsídio para este artigo.

Marilene Dezena foi quem atendeu ao toque da campanha na residência da Rua Flórida. Filha de Antonio Dezena, fundador da Carvoaria Flórida, viveu a infância em meio ao carvão. Ainda bebê, vestia macacãozinho feito a partir dos sacos de estopa que embalavam o carvão e tinha sua cama montada no meio da produção e ensacamento! Menor de idade, começou a trabalhar como da-



Antonio Dezena (de camisa xadrez) com funcionários, nos primórdios da carvoaria



Antonio Dezena (à direita) e cliente ao lado da pequena Marilene Dezena e primas



Antonio e Marilene Dezena com funcionários na produção do carvão

tilógrafa e em outras funções em empregos fora da carvoaria da família e, a partir dos 18 anos, seguiu uma profícua carreira na parte financeira como economista. Na empresa Copas, de adubos, ficou 21 anos e chegou à diretora financeira. Depois foi para a Metalma, das Empresas Matarazzo, em Cotia, até voltar para São Caetano, trabalhando 14 anos no Hospital Beneficência Portuguesa, na área financeira com a equipe responsável pela recuperação econômica da instituição de saúde. Segundo Marilene, seu pai era descendente de italianos, nascido em uma fazenda em Águas da Prata, interior de São Paulo. Eram nove irmãos e vieram de lá para São Caetano aproximadamente em 1939. A família se instalou na Rua Capeberibe, na época um mato só. Cada um tinha a sua atividade. Antonio já tinha trabalhado em um armazém da família no interior, pertencente ao seu avô, e essa experiência fez com que, anos depois, seguisse o caminho do comércio. Logo, conseguiu um bom emprego na Laminação Nacional de Metais, mas por conta de um problema sério de saúde, síndrome do pânico, termo tão mencionado e estudado hoje em dia, mas que não

era sequer conhecido na época, não podia mais trabalhar em local fechado. A sua grande sorte é que conheceu, em seguida, Rosa Secco, amor de toda vida, com quem se casou em 1945 e que lhe deu o apoio emocional necessário desde o início. Foi uma fase bem difícil, sem trabalho fixo, com a filha Marilene recém-nascida, até que conheceu o senhor José Ricci e, em sociedade com ele, decidiu montar uma carvoaria em um barracãozinho localizado na Rua Alegre (no início da rua, próximo de onde hoje se encontra uma Igreja Batista). Antonio e Rosa foram morar na casa do fundo do senhor Fortunato, próxima à carvoaria, mas, como não tinham com quem deixar a pequena Marilene, levavam-na todo dia para o trabalho. Daí sua infância passada entre brincadeiras e traquinagens ao redor de pás, montanhas negras e carroças de entrega estacionadas. Nessa fase inicial, na virada dos anos 1940 para a década de 1950, se entregava o carvão de carroça ou coche. Mas logo a sociedade terminou e Antonio começou a construir uma nova carvoaria na Rua Flórida. Com a ajuda do pai, comprou um caminhão grande e conseguiu também um motorista. O início foi promissor e logo já eram dois caminhões na frota. Marilene menciona que seu pai foi um ótimo comerciante, disposto e determinado, mas sempre com sua mãe por detrás, como um porto seguro, responsável pelos compromissos cotidianos. E como Marilene foi estudar e trabalhar desde muito cedo, Patricia, filha da funcionária da carvoaria, Dionísia Spoladore, acabou convivendo mais com o casal, ficando bem próxima e ajudando desde muito nova na empresa. Nas entregas, de caminhonete, ela sempre ia junto, principalmente em encomendas para a Frangolândia, no Rudge Ramos, mas também para várias regiões do ABC. Com o passar do tempo, a carvoaria se tornou um local de referência para os moradores próximos e clientes que se tornavam assíduos. Não chegou a virar um negócio muito grande – o capital sempre foi pequeno e, propositadamente, o perfil familiar



Foto/Cleto Viek e Vinícius Nakashima

As sócias Patricia Spoladore (à esquerda) e Marilene Dezena, em foto de abril de 2017



Foto/Cleto Viek e Vinícius Nakashima

Carvoaria Flórida em seu novo endereço (Alameda São Caetano, nº 1.372). Foto de abril de 2017

acabou se tornando sua marca registrada. Nos últimos tempos, a produção própria foi interrompida e a carvoaria passou a revender apenas o produto. O atendimento em si sempre foi muito casual: o cliente, geralmente tradicional, entrava com o próprio carro, pegava no galpão, pagava lá em cima na casa, sempre muito à vontade. A terceira geração de clientes já estava frequentando ultimamente o endereço. Neste ínterim, percebeu-se uma mudança do perfil da clientela que veio morar em São Caetano. Depois do boom de prédios, algumas das famílias antigas saíram, deixaram os imóveis para os filhos e muitos deles foram para o interior, embora dentro dessa nova realidade sempre houvesse um novo cliente com alguma indicação: “Ah, meu pai sempre vinha... Meu avô indicou”. Propaganda mesmo nunca foi feita, era na base do boca a boca mesmo. Por conta do senhor Antonio nunca ter o costume de passear nos fins de semana, a carvoaria se tornou um comércio nada comum, abrindo aos domingos e feriados, deixando, como diz Marilene, “a freguesia mal acostumada”. Abria até no Natal!

Senhor Antonio sempre ali, sentadinho, em

sua cadeira predileta, atento, solícito, observando tudo à volta. No seu íntimo, sabia que seu negócio atravessara décadas mantendo o mesmo espírito acolhedor e isso aquecia sua alma. Sempre comentou que queria trabalhar na carvoaria até o final da vida e assim foi. Dona Rosa faleceu no final dos anos 1990. Muitos achavam que ele não aguentaria o baque por não ter mais por perto seu alento e escudo, mas continuou firme e viveu ainda por oito anos, falecendo em 2006. Um ano antes, passou a empresa para o nome de Marilene e Patricia. Dona Dionísia prosseguiu com seu trabalho incansável de atendimento no dia a dia, ajudando Patricia no que podia, até seu falecimento em 2009. Marilene lembra que, graças ao empenho integral de dona Dionísia, ela e Patricia ainda conseguiram passear e viajar com certa frequência nessa fase, mas, na sequência, só com as duas tocando o negócio – em tempos passados a casa chegou a ter oito moradores – e com a concretização da venda dos terrenos vizinhos para um futuro empreendimento, a vontade sempre resistente de permanecer na residência da Rua Flórida, construída em 1954, deixou de ter sentido. A decisão tomada pelas sócias foi prosseguir com o tradicional negócio em um novo endereço. A mudança foi para o número 1.372 da Alameda São Caetano, mesma rua onde foram morar, e, além da lenha e do carvão já empacotado, agregaram itens como gelo, bebida e acessórios para churrasco. A casa, também antiga, mantém o diferencial do estacionamento próprio e exibe na fachada com orgulho o nome tradicional criado pelo senhor Antonio naquele longínquo início dos anos 1950: “Carvoaria Flórida”. Com certeza, seu ímpeto empreendedor e sua força de vontade envolverão o novo endereço com longevidade e prosperidade. **R**

MARCOS MASSOLINI

É JORNALISTA E ESCRITOR. EM 2001, LANÇOU, DE FORMA INDEPENDENTE, O LIVRO *BORBOLETAS ABISSAIS*. MANTÉM O BLOG ALMANAQUE DO MALU DESDE 2009 E, EM 2015, LANÇOU SEU SEGUNDO VOLUME DE POESIAS, *AURA DE HERÓIS*.

A vida e a música de Elpídio Moré



Foto: Antonio Reginaldo Carioni (EPACCS)

Quem passa pela Avenida Presidente Kennedy, em São Caetano, altura do número 2.500, nas noites de quarta-feira, já deve ter notado, em um bar-restaurant das redondezas, um senhor cantando solitariamente com seu violão.

O repertório varia entre composições próprias e clássicos da Música Popular Brasileira (MPB) como as canções de Roberto Carlos, Tom Jobim, Tanguara e Altemar Dutra. Em uma dessas quartas, ao sair do trabalho, no trajeto nosso de cada dia, cedi à curiosidade e decidi esquecer por uns momentos o trânsito da hora do rush e ir conhecer um pouco mais daquele velho artista de cabelos raros e brancos, olhos azuis e voz empastada, em tom grave, como era característico dos astros de outrora da parada de sucesso nacional.

Ali descobri, entre uma conversa e outra, tratar-se de uma personalidade de nossa cidade e de um tempo passado que insiste – felizmente – em permanecer vivo. Com vocês, a história de Elpídio Moré. Um brasileiro como tantos outros, que em sua vida personificou a batalha pelo dia a dia, o sonho do estrelato e o sangue de artista correndo em suas veias 24 horas por dia.

Elpídio Moré na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em 2017

Infância e juventude - Nascido em 28 de janeiro de 1942, em Olímpia (435 km de São Paulo), Elpídio é o penúltimo de 14 filhos do casal Genoefa e Jacinto Moré. Quando veio ao mundo, seus pais já estavam com certa idade. Ele com 45, ela com 42 e ambos agricultores. Toda família trabalhava na roça, plantando café, arroz, feijão, milho e amendoim. Eram os populares meeiros, ou seja, arrendatários de terra e dividiam meio a meio a colheita com o proprietário do local. Nosso personagem iniciou a lida na lavoura cedo, aos sete anos, e, dessa época, traz doces recordações de um Brasil rural e ingênuo.

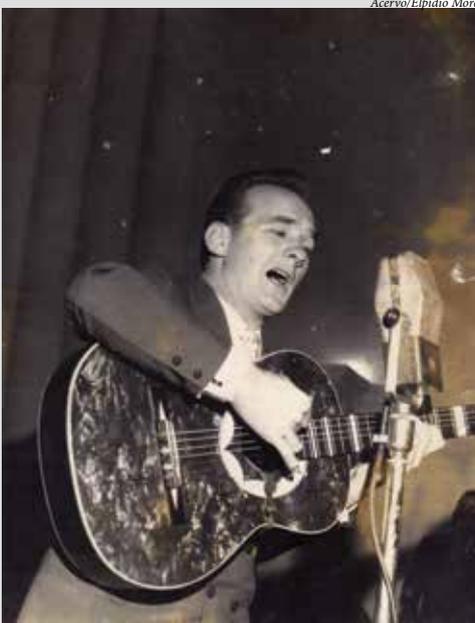
Ainda guardo o sabor das frutas e das hortaliças do pomar e da horta, das brincadeiras com meus irmãos nas horas de folga, o mato alto, o riacho, a capela e a escola. O primeiro sorvete que comi foi com oito anos, nunca tinha experimentado nada igual. Foi em uma festa na capela da vila, quando veio um carrinho de doces da cidade.



Acervo/Elpídio Moré
Elpídio Moré
aos 12 anos,
em 1954



Acervo/Elpídio Moré
No fim dos
anos 1950,
com o colega
Valdir,
formou
a dupla
sertaneja
Romance e
Rodeio



Acervo/Elpídio Moré
Em
apresentação
na Rádio
Cacique, em
São Caetano,
nos anos
1960

A vida na roça durou pouco para Elpídio. Cansados do trabalho pesado, os irmãos mais velhos pressionaram os pais a virem para São Paulo. Era 1951, ano em que Getúlio Vargas assumiria novamente a Presidência da República. Uma euforia tomava conta dos grandes centros. A capital paulista, claro, era um Eldorado.

Estabelecidos no bairro operário de São João Clímaco, a família logo se firmou em empregos na parte fabril. Nessa época, o pré-adolescente Elpídio se dividia entre a escola e o ofício de aprendiz de engraxate e de padeiro. É desse período que surge a grande paixão de sua vida. A música.

Meu pai gostava muito de moda de viola e meu irmão chamado Hilário tocava aquelas velhas canções de nossa terra. Eu ficava vidrado e com vontade de tocar, mas não me era permitido, pois tinha medo que eu quebrasse o instrumento. Um belo dia, quando ele saiu, peguei o violão e comecei a tocar com algumas posições que memorizei ao assistir suas apresentações. Assim que chegou em casa e me flagrou tocando, ele deu os primeiros ensinamentos e assim aprendi violão.

Violonista amador e metido a cantor, Elpídio logo começou a se apresentar para a família e amigos na rua em que morava, um deles era Valdir, que já cantava em conjunto sertanejo. Depois que esse conjunto foi desfeito, o jovem de Olímpia foi convidado pelo amigo Valdir para formar novo dueto. Assim nasce a dupla Romance e Rodeio.

O artista - Em ritmo frenético de ensaios diários de horas, às vezes cantando cinco vezes a mesma música até ficar ideal, Elpídio e Valdir, ou melhor, Romance e Rodeio iniciaram a carreira artística em apresentações locais e comunitárias. A dupla teve duração efêmera e logo Elpídio es-

tava em carreira solo, trocando seu sobrenome de nascença Moré pelo artístico Garcia e fazendo exibições nos programas de calouros de algumas rádios da época, como a Clube de Santo André e a Cacique da nossa São Caetano.

Ao violão ou acompanhado por orquestra, o repertório apresentado era o “quente” daquela época. Boleros, músicas latinas e italianas e os nascentes rock and roll e bossa nova. É dessa época, em 1960, seu casamento com uma jovem moradora do Bairro Barcelona e que seria sua companheira até os dias de hoje, Terezinha.

Aliás, o seu enlace gerou uma das lembranças mais fortes de toda a vida, quando as duas

em uma semana, fui e, como estava recém-casado, fui alvo das brincadeiras da querida Hebe. No fim das contas, participei e levei o prêmio para casa.

O ano de 1960 marcou também a vinda de Elpídio para São Caetano do Sul. A princípio nos fundos da casa da sogra, na Rua Oriente, próximo à Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Nessas quase seis décadas, o sul-são-caetanense de coração passou também por outros endereços nos bairros Barcelona e Santa Maria, sempre trazendo na memória histórias da acolhedora cidade.



Acervo/Elpídio Moré



Acervo/Elpídio Moré



Acervo/Elpídio Moré

fotos da esquerda para a direita:

acompanhando a cantora Dalva e Oliveira em uma apresentação nos anos 1960

do lado do maestro Augustinho Cáccaro (ao centro de óculos paletó escuro), no início dos anos 1970

Elpídio durante a apresentação musical em julho de 1982

trajetórias – pessoal e artística – se entrelaçaram. Foi durante uma participação no programa da apresentadora Hebe Camargo (1929-2012) ainda na antiga TV Paulista (atual TV Globo). Elpídio participava da atração de calouros, que eliminava semana após semana os candidatos mais fracos. O funil ia se estreitando e Elpídio chegou à grande final.

Acontece que o programa era no dia do meu casamento. Impossível ir evidentemente. Comuniquei para a produção e adiaram a final

Lembro muito do ar pacato que tínhamos, da Goiás ainda não duplicada, dos descampados que havia em que íamos descansar e brincar nos fins de semana e as amizades que fiz e que ainda permanecem.

Em paralelo com a música, estava sempre o trabalho. Conferente, supervisor e área mecânica, lá estava ele nos expedientes que consumiam o dia todo para, enfim, sustentar e dar do melhor para dona Terezinha e para os filhos que vieram. Marcos em 1963 e Sergio em 1968.

Quase estrelato - O ano de 1969 marcou uma guinada na vida de Elpídio e também na do país. Enquanto o Brasil vivia sob o regime do recém-decretado Ato Institucional número cinco, que cerceava liberdades, e sob a presidência da dupla de generais Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, o olimpiense continuava na vida artística, se apresentando na noite paulista, vivendo a efervescência cultural da época e comparecendo aos famosos festivais de música que ocorriam no período. Foi em um desses que ele percebeu que a coisa não estava boa para quem gostava de ir contra a corrente.

Particpei de um festival universitário de MPB em Santos, promovido pelo jornal *A Tribuna*, no final de 1969. Na plateia do ginásio municipal, três mil pessoas. Cantei uma composição de minha autoria chamada “A voz do povo é a voz de Deus”, em que criticava alguns costumes da época, inclusive políticos. Para quê? Fiquei entre as primeiras posições, mas assim que descí do palco fui detido pela polícia para interrogatório. A sorte é que havia muitos acadêmicos de direito e advogados que me auxiliaram. A canção foi censurada e eu liberado.

Poucos anos após o incidente, a vida de Elpídio continuava no tripé família-trabalho-música. Filhos se tornando pré-adolescentes, o emprego agora era numa multinacional e, nas artes, a progressão. Era integrante da famosa orquestra do Maestro Augustinho Zaccaro (1948-2003) e também se apresentava solo. Em um desses shows, veio aquela, que ele considera a oportunidade de sua vida.

Em 1974 me apresentei em no Bairro Rudge Ramos em São Bernardo do Campo e lá estava um grupo de senhoras. Uma delas me convidou para cantar em sua casa em um jantar com seu marido, que logo descobri se tratar de certo diretor da gravadora Continental. Chegando lá, me apresentei, ele gostou muito e marcamos um teste. Fui muito bem na au-

dição e após alguns dias sou chamado pelo executivo que me dá a notícia de que iria gravar o primeiro disco com uma música feita sob medida para estourar. Como meu timbre era parecido com o de Altemar Dutra (1940-1983), o objetivo era fazer algo semelhante, já que ele era de companhia concorrente. Pois bem. No dia agendado para a gravação, talvez pelo nervosismo e ansiedade, acordei totalmente sem voz. Fiz gargarejo, compressa, tomei remédio, enfim, diversas tentativas de melhora, mas nada feito. Quando cheguei na Continental, obviamente me mandaram voltar dentro de uns dias. Ao retornar, o diretor havia se transferido para a gravadora de Altemar Dutra e levado a música para ele gravar. A canção era ‘A Pretendida’, de Pepe Avila, e acabou se tornando um grande sucesso na voz do cantor.

Ser artista não é opção - Depois desse baque e com o avançar da idade e das questões da vida, a busca pela fama foi cessando aos poucos. No mesmo ano de 1974, comandou, na Rádio Cacique, o programa “Música e Ternura Dentro da Noite”. Em 1982, participou de um festival em Belo Horizonte (MG) e se apresentou para cinco mil pessoas. Veio a aposentadoria profissional, mas nunca a musical.

Elpídio se apresenta até hoje pela noite. Por hobby, ressalte-se. Atualmente é visto nas noites de quarta-feira, como já foi dito, no bar-restaurant de seu filho, na Avenida Presidente Kennedy, além de participar de “canjas” de amigos. Nesses mais de 60 anos de estrada, contabiliza quase uma centena de composições próprias.

Não me arrependo de nada, a vida toma caminhos que até os mais crédulos duvidam, tinha que ser assim mesmo. Da forma que foi. Não há muita opção.

É como o escritor francês Anatole France, Nobel de Literatura de 1921, disse, certa vez: “O artista deve gostar da vida e mostrar-nos que ela é bonita. Se não fosse ele, duvidaríamos disso”. (Caio Bruno) 

Luiz Domingos Romano

Massagista Mario Romano

Mãos que fizeram história

Tudo começou em 24 de agosto de 1952, na cidade de Extrema (MG). O então Clube Atlético Tamoyo, de São Caetano do Sul, disputava um jogo de futebol amistoso contra a equipe do Extrema F.C.

Como sempre, Mario Romano acompanhava o Tamoyo, por ser aficcionado pelo futebol, o qual sonhava ser um bom jogador, mas não passava de um sonho, pois, na realidade, sabia que era um péssimo boleiro.

Por ter sido um jogo violento, mesmo sem entender nada de enfermagem ou primeiros socorros, Mario Romano se fez de massagista, atendendo os jogadores que tiveram algum tipo de contusão.

Naquele dia, ele percebeu que seus pés não obedeciam com destreza o drible da bola, mas que suas mãos tinham o dom mágico de aliviar as dores dos músculos e nervos dos atletas. Foi o início de sua carreira como massagista.

Para o Tamoyo, que venceu a partida, foi uma vitória a mais, entretanto para Romano, o jogo representou uma definição de vida, pois ele seguiu a profissão durante 50 anos.



Mario Romano foi muito conhecido e querido pela sua competência e dedicação, em todo o ABC e Grande São Paulo.

Prestou seus serviços em vários clubes de futebol da região, tanto amadores quanto profissionais. Também marcou presença, por mais de 15 anos, nos jogos do Litoral e Abertos do Interior, sempre defendendo a cidade de São Caetano do Sul.

Foi massagista das seleções paulista e brasileira de basquetebol masculino e feminino.

Por último, integrou a equipe de futebol do Escreto do Rádio, da Rádio Bandeirantes, durante mais de dez anos, equipe esta comandada pelo saudoso locutor esportivo Fiori Giglioti (1926-2006).

Na sua brilhante carreira como massagista esportivo, ganhou muitos títulos e acumulou troféus, medalhas e diplomas de honra ao mérito.

Em 1997, o massagista recebeu o título de Cidadão Emérito, honraria concedida pela Câmara Municipal de São Caetano do Sul. Mario Romano faleceu em 2002, aos 80 anos. **R**

LUIZ DOMINGOS ROMANO

É DESIGNER NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO VISUAL E ARTES GRÁFICAS, COLECIONADOR, PESQUISADOR E MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL.



3



4



5



6



7



8

EQUIPES ONDE PRESTOU SERVIÇOS

C. A. Tamoyo (posteriormente, Clube Recreativo Esportivo Tamoyo), General Motors E.C. (posteriormente, Associação Desportiva Classista General Motors), A.A. Alumínio do Brasil, Novo Mundo Vemag F.C., S.E. Irmãos Romano (São Bernardo do Campo), Vera Cruz F.C., C.A. Monte Alegre, Paulistano F.C., Porcelana Rex F.C., E.C. Torino, Transauto F.C., Seleção Amadora de Futebol de São Caetano do Sul, Seleção de Brancos e Negros, Atlético Vila Alpina, Grêmio Recreativo ISAM (Santo André), São Caetano E.C., Seleção Paulista de Basquetebol Masculino, Rádio Cacique, Colégio Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho (hoje Escola Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho), Santos F.C., A.A. Alvi-Celeste, Barcelona F.C., A.A. Casas Bahia, Rádio Diário do Grande ABC, Metalúrgica Dall'Anese F.C., Seleção da Imprensa do ABC, G.R.E. Luís Gama e Escreta do Rádio (Rádio Bandeirantes).

1 O massagista Mario Romano
Acervo/Luiz Domingos Romano

Equipe do General Motors Esporte Clube (1954-1955). Em pé, a partir da esquerda, Mario Venelli (técnico), Piaia, Renato, Elias (Espanhol), Fábio, Milton (Nhenha), Luiz (Biza) e Mario Romano (massagista). Agachados, a partir da esquerda, Vilmar, Abílio, Durvalino, Botega e Nininho
Acervo/Luiz Domingos Romano

Equipe principal de basquete do São Caetano Esporte Clube, em 1966. Em pé, a partir da esquerda, Arthur Laviaguerre, Mario Romano, Dante (o quarto, na fileira), Laerte, Claudio Musumeci e Jaime Pereira. Entre os que aparecem agachados, foram identificados, Flávio (o primeiro, a partir da esquerda), Vicente (o penúltimo) e Paulo Agrela
Acervo/Luiz Domingos Romano

Mario Romano recebe homenagem do prefeito Oswaldo Samuel Massei no campo do E.C. Torino, em maio de 1969
Acervo/Luiz Domingos Romano

Uma das equipes pelas quais o massagista Mario Romano passou foi a das Casas Bahia. Foto de 1971
Acervo/Luiz Domingos Romano

O Clube Atlético Tamoyo foi outra equipe à qual Mario Romano prestou serviços como massagista. Nesta imagem, aparece o time campeão da Liga Sancaetanense de Futebol, em 1971. Em pé, a partir da esquerda, Rato (Bérgamo), Sebastião Toledo, Taidão, Peru, Joel, Vagner, Zeca, Antero, Neo e Mario Romano. Agachados, a partir da esquerda, Zé Malandro, Fernando, Paulinho, Sauá, Canhoto, Zé Pretinho, Carlão, Eduardo e Geraldinho
Acervo/Luiz Domingos Romano

Homenagem do então prefeito Antonio José Dall'Anese a Mario Romano, em 1993, por seus 41 anos de serviços prestados como massagista
Acervo/Luiz Domingos Romano

8 Mario Romano atendendo em seu consultório
Acervo/Luiz Domingos Romano

Logotipo comemorativo aos 50 anos de atuação de Mario Romano como massagista
Acervo/Luiz Domingos Romano



Zé da Shalako, da aventura ao empreendedorismo



“**S**halako”, um nome ligado à aventura! Sean Connery e Brigitte Bardot são os astros deste faroeste cheio de emoções. O protagonista de nossa história chama-se José Antonio Montilha, que se tornou conhecido por Zé da Shalako, influenciado pelo cartaz do filme, exposto na loja de discos de sua irmã, Cidinha Chaparral. O filme é de 1968 e sua loja foi inaugurada no dia 1º de agosto de 1970, quando Zé da Shalako tinha apenas 19 anos.

Zé, como gosta de ser chamado, desde muito cedo foi um comerciante. Ainda garoto vendia sacolas de palha, enquanto seu pai, José Montilha, trabalhava como vendedor ambulante de roupas. Natural de Birigui, nasceu em 1951 e, quando contava com três anos, mudou-se com sua família para São Caetano do Sul. Estudou na Escola Padre Luiz Capra (hoje Escola Municipal de Ensino Fundamen-

tal – EMEF), na antiga Vila Gerty (atual Bairro Nova Gerty), mas o trabalho foi mais forte que a dedicação aos estudos, e com vontade de crescer no comércio, percorria bairros e ruas da cidade vendendo suas cestas, influenciado pelo trabalho ambulante do pai. Nessa época, a família morava na Rua Lourdes (Bairro Nova Gerty), numa casa em cujo quintal eram criados porquinhos e aves. Filho de uma família numerosa, com nove irmãos (Ana Maria, Adelino, Alzira, Laura, Deolina, Osvaldo, Aparecida, Claudemir e Marli Dalva), sua mãe, Maria Fernandes Montilha, dedicava-se à casa e à família.

Sempre com a determinação de crescer, Zé fundou a loja, em 1970, chamando-a de Shalako Shoes, nome que permaneceu até 1989, quando, após uma reforma, passou a chamar-se Shalako Calçados, hoje com 47 anos de existência no mesmo local, na Rua Visconde de Inhaúma, no Bairro Nova Gerty.

A loja era ponto de encontro de jovens e, como roqueiro e frequentador dos agitados bailes da Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acasc) e do Clube da Cerâmica, Zé reuniu um grupo de amigos e criou a escuderia Shalako, participando de gincanas que movimentaram a cidade. Iniciativa da segunda gestão do prefeito Hermógenes Walter Braido (1973-1977), tais gincanas tinham a finalidade de arrecadar fundos para entidades de São Caetano. A luta entre





as escuderias para cumprirem as provas mobilizava a juventude da época, que realizava tarefas difíceis, rivalizando-se para conseguir completar os desafios.

Casou-se em 1976 e os frutos do casamento são seus filhos Helber e Larissa Montilha. Do seu pai guarda grandes lembranças. Em homenagem a ele, falecido em 1978, foi dado à estação de ônibus do Bairro Nova Gerty o nome de José Montilha, em 2008.

Zé, por diversas ocasiões, foi diretor da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (Aciscs), atuando de forma marcante para o desenvolvimento comercial da cidade.

Sempre participando de atividades sociais, foi um dos criadores da escola de samba Acadêmicos de Vila Gerty, hoje extinta. Torcedor do antigo Saad Esporte Clube, costumava presentear os jogadores com pares de sapato, com o intuito de incentivá-los sempre que o time ganhava, escolhendo o jogador que fez o gol ou então aquele eleito como melhor em campo, em determinada partida.

Hoje Zé da Shalako, juntamente com seu filho Helber, dirige a loja com muita alegria e disposição, viajando a cada estação para participar de feiras de calçados, mantendo seu comércio sempre renovado, acompanhando as tendências do setor. (Cristina Ortega) 



Zé da Shalako com seu filho Helber no interior da loja de calçados, em foto de maio de 2017



Escuderia Shalako comemorando o cumprimento de um desafio. Década de 1970



Acervo/José Antonio Montilha



Acervo/José Antonio Montilha

Zé da Shalako presentando com um par de sapatos o técnico do Saad Esporte Clube, José Duarte, em 1975

Os pais de Zé da Shalako, José Montilha e Maria Fernanda Montilha



Acervo/José Antonio Montilha

Foto tirada no interior de sua loja, na década de 1970

Zé da Shalako com os filhos Helber e Larissa, nos anos 2000



Acervo/José Antonio Montilha

Raimundo da Cunha Leite, o “embaixador dos baianos” em São Caetano

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Posse de Raimundo da Cunha Leite como diretor do então Serviço Municipal de Trânsito, em 1957. A partir da esquerda, prefeito Oswaldo Samuel Massei, guarda Artur Peta, Raimundo da Cunha Leite, Mauro Corvello, Urbano Lopes da Silva, e os vereadores João Anhô e Nilo Ribeiro de Figueiredo



Uma pessoa amável e educada. Esta é a imagem que guardarei de Raimundo da Cunha Leite. Tive bastante contato com ele durante o início de minha pesquisa de Mestrado em História, defendida em 2012, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na qualidade de um dos fundadores e diretores da Sociedade Beneficente Brasil Unido (instituição criada em 1950 para prestar auxílio aos migrantes nordestinos instalados em São Caetano), tema daquela minha pesquisa, Cunha Leite me forneceu fontes e relatos preciosos. Exercia uma respeitável liderança junto à comunidade nordestina da cidade, a qual sempre se dispôs a ajudar, fato que lhe rendeu o apelido carinhoso de “embaixador dos baianos”, na General Motors, onde ingressara em 1947, na função de apontador. Como homem público, teve uma trajetória política marcante, que extrapolou os limites do território sul-são-caetanense, chegando a Brasília, quando eleito deputado federal para o mandato de 1983 a 1987. Em São Caetano, foi vereador em duas legislaturas (1961-1965 e 1965-1969) e prefeito municipal (1977-1982). Muitas páginas seriam necessárias para o registro não só de episódios de sua vida pública, mas também de acontecimentos de sua vida como cidadão e pai de família. Entre-

tanto, optei por reservar um espaço maior, nesta singela homenagem que *Raízes* lhe presta, a um aspecto em especial de sua caminhada, por entender que o mesmo entremeou sua biografia e o próprio cenário histórico do município de São Caetano, em uma época de efervescência industrial e urbana. O aspecto em questão é, justamente, o relacionado à sua condição de migrante nordestino, detalhadamente relatado no livro autobiográfico intitulado *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, que compreende um período de sete décadas, dentro de sua caminhada. Em virtude da riqueza de seu teor, o mencionado relato constitui importante fonte para a temática das migrações, o que o inseriu nas discussões daquela minha pesquisa de Mestrado. Antes, porém, da concretização da referida pesquisa, a trajetória de Raimundo da Cunha Leite como migrante nordestino fora apresentada na edição de número 39 da Revista *Raízes* (jul. 2009), que traz como assunto principal a presença nordestina em São Caetano do Sul.

Pelas razões expostas, entendo que o lado migrante de Cunha Leite deve, mais uma vez, ser mostrado, a partir de sua própria fala, ao público, que, assim, relembrará momentos marcantes dessa história. Para os que ainda não a conhecem, eis a oportunidade. Lembrando que trechos de seu depoimento



foram também absorvidos pelo livro *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*. Fruto de minha pesquisa de Mestrado, o mencionado trabalho foi publicado, em 2015, pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Infância e adolescência (Rancharia e Jurema) – [...] Assim o tempo ia passando, as coisas cada vez mais difíceis em razão das repetidas secas que a cada ano iam-se sucedendo, tornando a vida em Jurema insuportável para os seus moradores, isso no início da década de trinta, daí a idéia da fuga em busca de trabalho crescendo cada vez mais entre os homens [...]

Já a esse tempo São Paulo era a nova canaã anunciada, pois a demanda de mão de obra para a cultura do café e depois do algodão em São Paulo se fazia presente e por isso mesmo a mão de obra de fora começa a ser bem recebida, principalmente vinda do norte e nordeste brasileiro. Mão de obra barata e de positivos resultados para os fazendeiros e grandes industriais paulistas. A vinda do nordestino para o sul era um achado... Assim nasceu o grande êxodo do nortista e nordestino para os estados do sul, particularmente São Paulo.

[...]

Foi então que no fim do ano de 1938, por ocasião das férias, chegava a Jurema o meu tio Sinhozinho (Manoel da Cunha Barbosa), que já há muito tempo morava no interior de São Paulo, na cidade de Colina, [...], e nessa oportunidade acabou por convencer meu pai a vir-se aventurar em São Paulo. Até porque outros parentes, como o tio Doda (Zeferino Cunha), chefe de numerosa família, o barbeiro José Augusto, Donana Cunha (Ana) e muitos outros já

estavam de malas prontas para embarcar para São Paulo. Já naqueles tempos, era de bom alvitre atender-se ao convite de algum amigo e, principalmente, um parente que morasse em São Paulo para vir para cá. E foi o que aconteceu com meu pai e com o tio Doda; este, a convite do seu irmão Joãozinho (João Cunha), de há muito morando em Olímpia.

Daí, que o seu Antonio Leite tomou a decisão de vir também para São Paulo e, com ele, o seu “Mundeira” [Raimundo da Cunha Leite], à essa altura beirando os seus 16 anos de idade. [...] Entretanto, a idéia do seu Leite só veio a se concretizar em meados do ano de 1939, resultando daí que os demais companheiros de viagem: - Doda, Zé Augusto e Donana - acabassem por transferir sua viagem para essa época, formando assim um só grupo.

Viagem para São Paulo – [...] o certo é que meu pai resolveu trazer-me com ele para São Paulo. Para a minha idade, lógico que a vinda para o sul não me dizia muito, a não ser as delícias que se anunciavam com a grande viagem

pelo Rio São Francisco (o Velho Chico), principalmente porque, juntamente comigo, viajaria um grupo de meninos da minha idade, que eram os primos Domingos, Raimundo, Arnaldo, Edicilvio, Clemente, Lourival e ainda a prima Alice, todos filhos dos tios Doda e Izabel, meus companheiros de infância na Jurema. [...]

Finalmente o grande dia chegou: 03 de junho de 1939, tinha início a longa e tão sonhada viagem!

Como de costume, o trem da “Leste Brasileiro” passava em Jurema entre 15 e 16 horas com destino a Juazeiro, de onde embarcávamos no Vapor (Gaiolas de São Francisco) com destino a São Paulo, navegando cerca de 1.221 quilômetros rio acima até

Crédito/CUNHA LEITE, Raimundo da. Memórias - Raimundo da Cunha Leite (1923-1993). São Paulo: São Caetano do Sul: Alendaarte Editora, 2002, p. 66
Reprodução fotográfica/Antônio Roginaldo Canhoni (FPMSCS)



Raimundo da Cunha Leite com a esposa Maria Dulce Cerqueira Leite e os filhos Luiz Antonio (camisa listrada), Eduardo e Mara, em foto de 1976

chegarmos a Pirapora, no Estado de Minas Gerais e onde, via férrea, embarcaríamos para São Paulo, numa viagem de três dias.

[...]

A chegada a Juazeiro se deu por volta das 18 horas daquele dia e, ali chegando, cada um procurou alugar-se na casa de parentes, aguardando ansiosamente o embarque no “vaporzinho” do dia seguinte.

Às 17 horas daquele dia 4 de junho de 1939 chegávamos ao Cais do Porto de Juazeiro, onde, serenamente, nos aguardava o “Otávio Carneiro” [...]

O Vapor “Otávio Carneiro”, como os demais “gaiolas” do São Francisco, constituía-se de duas classes de passageiros: a primeira classe se destinava aos passageiros de boa posse financeira, [...], sendo a segunda classe, que ficava no convés do navio, destinado aos mais pobres, [...], principalmente, aos migrantes que se destinavam ao sul do país, mais particularmente São Paulo. [...]

Desatadas as amarras, que o prendiam ao cais do porto, o “vaporzinho” empreendia sua caminhada, deslanchando rio acima com destino a Pirapora [...]

Numa certa tarde, já escurecendo, [...], dei pela falta de meu pai no navio. Muito assustado, dei o alarme: meu pai caiu no rio!!! [...] Foi um Deus nos acuda. E o mais que fosse interrogado não sabia eu dar melhores detalhes como isso teria acontecido. Foi quando, diante daquele alvoroço todo, eis que meu pai saía do porão da “Chata”, grande embarcação que viajava atrelada ao Vapor para o transporte de carga, onde ele e outros companheiros de viagem ali se encontravam jogando baralho num simples lazer de viagem. Daí em diante, é claro, as minhas observações relacionadas à viagem eram vistas com certa desconfiança...

Assim foram longos 18 dias e noites de Juazeiro até Pirapora, uma verdadeira odisséia...

Após este período [...] o “Otávio Carneiro” chegou a Pirapora. Ancorado ao cais do porto dá-se o desembarque dos seus indômitos passageiros, de onde seguem para o local já previamente destinado: um

enorme “barracão” (grande alojamento) especialmente reservado aos migrantes com destino ao sul do país. A partir daí todos passariam a ficar aos cuidados do Serviço de Imigração, até o dia do embarque para São Paulo. [...]

Naquele imenso “barracão”, [...], dormia-se sobre esteiras de palha estendidas ao chão e se alimentava como podia, vez que móveis e utensílios de casa não existiam. [...]

E ali ficava aquela multidão de desvalidos, até o dia em que chegasse o trem da “Central do Brasil” (Minas/São Paulo) que levaria os migrantes com destino a São Paulo. Uma vez cadastrados pelo Serviço de Imigração, aquela pobre gente era submetida a exames médicos de variados tipos, e só depois de serem considerados satisfatórios era que se tinha a competente autorização de embarque por parte do Serviço de Imigração. Os que não conseguiam o atestado de saúde e não tinham condições de custear suas passagens ficavam entregues à própria sorte. [...]

E foi aí que, chegando a Pirapora, fomos surpreendidos com a notícia de que as passagens gratuitas do trem haviam sido suspensas pelo Serviço de Imigração [...]

[...] o pouco dinheiro que meu pai tinha mal dava para nos alimentar por alguns dias, não dispondo, portanto, recursos para pagar as passagens. Diante disso, os demais companheiros de viagem, [...] seguiram viagem e eu e meu pai, juntamente com um rapaz (o Déba), ficamos em Pirapora à espera de que o tio Doda, chegando ao seu destino final, que era a cidade de Olímpia, fizesse chegar ao conhecimento do tio Sinhozinho a nossa desdita e, com isso, nos mandasse o dinheiro necessário para o pagamento das passagens e assim continuar a nossa viagem. [...]

Em Pirapora quase não existia trabalho, pois a mão de obra do migrante era abundante, tornando assim escassa a oferta enquanto era grande a procura. [...]

E foi aí que surgiu a grande idéia: tocar e cantar à noite para poder comer no dia seguinte!!!

O jovem Déba era exímio tocador de Pífano (Flauta feita de bambu e muito comum no sertão da Bahia) e, à noite, promovia no alojamento onde estávamos arranchados, memoráveis tocatas. Ao acompanhá-lo lá estava eu repicando uma pequena lata de ferramenta do flandheiro Antonio Leite e fazendo ainda as vezes do vocalista da dupla. Assim varávamos madrugada adentro, para deleite dos demais sofridos companheiros de “barracão”. Antigas modinhas sertanejas, falando de coisas e figuras típicas do sertão, principalmente aquelas que discorriam sobre as bravatas e lances romanescos do cangaceiro Lampião [...]

Num certo dia o proprietário de “casas de raparigas” existentes no cais de Pirapora tomou conhecimento da existência da festejada dupla e em pouco tempo a mesma estava “contratada” para cantar à noite nos seus “rendez-vous”[...] Com os trocados recebidos do dono da casa [...] comprávamos peixes secos e curtidos no sal: curimatás, matrinchans e outras espécies naturais do “Velho Chico”, que, após fritos ou cozidos, eram comidos com farinha de mandioca. [...]

Assim fomos levando a nossa vida em Pirapora, até o dia em que nos chegou o socorro pedido ao tio Manoel Cunha Barbosa (Sinhozinho), e dois ou três dias depois estávamos finalmente embarcando para São Paulo [...]

Chegada a São Paulo - Depois de viajar de trem dias e noites, estafados, chegamos à Estação Presidente Roosevelt (Estação do Norte) por volta das nove horas da manhã de um dia do mês de julho de 1939.

[...]

Feito o desembarque [...], os “baianos” que vinham de Minas Gerais foram chamados pelo Guarda de Trem a formarem um só grupo e como boiada a segui-lo pela Rua Dr. Almeida Lima e Av. Visconde de Parnaíba até a Casa de Imigração [...] Ali ficamos por alguns dias, e à guisa de indispensável triagem, fomos todos submetidos a vexatórios exames médicos, pois, para as autoridades sanitárias do Estado, todo nordestino era portador de doenças transmissíveis, prin-

cipalmente a esquistossomose. Daí o “estágio” para seguir viagem para o interior do Estado.

Embora meu pai quando decidiu vir para São Paulo o destino fosse mesmo São Caetano, uma vez na Casa de Imigração, não lhe restou escolha se não ir para o interior e assim acabamos por escolher Colina, cidade onde morava o tio Manoel Cunha (Sinhozinho). E para lá fomos, embora que por pouco tempo, pois o que queríamos mesmo, era vir para São Caetano.

Chegada a São Caetano e início de uma nova vida - Início do mês de novembro de 1939. Por volta de dez horas da manhã, estava eu e meu pai em São Caetano [...]

Chegando à Estação do trem da S.P.R. – São Paulo Railway - , mala às costas, rumamos pela Rua Perrella, [...], à procura do nº 389, onde se localizava a Pensão da Dona Jovem, [...] Além de ser a única pensão para rapazes, a pensão de Dona Jovem e seu Antonio Duarte, baianos, chegados no ano de 1934, era [...] a casa dos “baianos”[...] principalmente aqueles vindos da região de Juazeiro, de onde o casal era originário.

É possível que o casal Geovanina (Dona Jovem) e Antonio Duarte, acompanhado de suas duas filhas, Maria de Lourdes e Maria Dulce [que viria a se tornar esposa de Cunha Leite], tenham sido os primeiros baianos a chegar a São Caetano [...]

Sendo eu e meu pai conhecidos do casal, e ainda parentes, fomos recebidos na Pensão com grande festa e alegria. [...]

Feitos os primeiros contatos com a cidade, o velho Antonio Leite saiu à procura de trabalho [...] Exatamente nessa época se dava início ao calçamento da Rua Perrella com paralelepípedos e com isso abriam-se vagas para quem quisesse trabalhar como calceteiro. Mais cedo do que se pensava, então, meu pai estava empregado [...] Quanto a mim, [...], tinha que aguardar mais algum tempo para começar a trabalhar. Enquanto isso, [...], fui entregue aos cuidados de um parente que tinha um Bar e Restaurante ali



Raimundo da Cunha Leite (o antepenúltimo, em pé, a partir da esquerda), em foto durante o seu primeiro mandato como vereador, correspondente à quarta legislatura municipal (1961-1965). Em pé, a partir da esquerda, os vereadores Nilo de Figueiredo, João Azzi, José Agostinho Leal, Lavinho de Carvalho e Sebastião Múlvica. Na sequência, Alcindo Pereira e José Olanda, funcionários da Câmara, João Rodrigues, então seu diretor jurídico (após Cunha Leite), e o vereador Júlio de Azevedo. Sentados, os vereadores Nestor Borges (à esquerda) e Cezário Migliani

Arquivo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Em 1977, primeiro ano do mandato do prefeito Raimundo da Cunha Leite, a cidade comemorou seu 1º. Centenário. Dentre os eventos que integraram a programação dos festejos, encontra-se o desfile dos alunos das escolas do município, realizado na Avenida Goiás. Durante esse evento, Cunha Leite recebeu o carinho de estudantes e representantes dos estabelecimentos de ensino

Arquivo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Em cerimônia de reabertura do Museu Histórico Municipal, no dia 16 de agosto de 1977. Em destaque, Raimundo da Cunha Leite, Dolores Massei e Maria Dulce Cerqueira Leite

na Rua Américo Brasiliense esquina da Rua Antonio Bento [...]

O parente em questão [...] era Bernardino Borges, radicado em São Caetano já há muitos anos e figura bastante influente no comércio e na sociedade local.

[...]

Ocorre que naquele ano de 1939, [...], São Paulo vivia o ciclo do “ouro branco”, a cultura do algodão [...] Por isso, além de Matarazzo, Cerâmica São Caetano e Mecânica, quem maior número de emprego oferecia aos nordestinos recém-chegados e sem qualificação profissional, [...] era a Reprendagem e Armazenagem de Algodão, do grupo Anderson Clayton, depois Fidelidade S/A., localizada ali no final da Rua João Pessoa. Foi ali o segundo emprego do meu pai, como vigia noturno. Quanto a mim, ainda teria que aguardar um pouco mais para deixar de ser o ajudante de cozinha e meio garçom no restaurante [do parente Bernardino Borges] que servia comida aos empregados da Reprendagem, “Gazemira”- Cotonifício São Paulo – e Usina Colombina [...]

O operário - Sendo a Reprendagem e Armazenagem de Algodão o local de trabalho dos “baianos” recém-chegados a São Caetano, e graças à intermediação do meu primo João Rodrigues, na época alto funcionário da empresa, lá fui eu também trabalhar na Reprendagem; ali ingressando no dia 7 de maio de 1940 e onde fiquei até o dia 18 de julho de 1946. Menino ainda, [...], me foi dada incumbência, de que com um carrinho de mão e a ele atrelado um cesto de vime, recolher aparas de algodão espalhadas pelo chão. Com um salário de oitocentos réis por hora, e para uma tarefa até certo ponto muito fácil, eu me sentia feliz e muito bem pago. Mas a minha luta era alcançar novas funções, o que não demorou muito e me permitiu até melhorar de salário [...]

De catador de algodão fui “promovido” à função de marcador de fardos, que consistia em, munido de várias chapas de zinco perfuradas com os nomes das cidades às quais se destinavam os fardos

prensados e com uma escova dessas de lustrar sapatos, gravar com tinta azul ou preta os nomes dos locais aos quais se destinavam os fardos de algodão. [...]

Dali fui guindado a outras funções, algumas até de grande destaque, como conferente e ajudante de feitor.

Outras reminiscências - E as reminiscências de Raimundo da Cunha Leite, quanto à sua vida profissional, não pararam, obviamente, por aí. Em seu livro autobiográfico, há também detalhes sobre o período em que trabalhou na General Motors (1947-1955), além de informações a respeito das funções exercidas como secretário e, depois, como diretor do jornal *A Folha*, e acerca ainda de sua passagem por outros órgãos de imprensa, como *Folha do Povo*, *A Semana* e *Jornal de São Caetano*. Sua atuação à frente do então Serviço Municipal de Trânsito, durante o primeiro mandato do prefeito Oswaldo Samuel Massei (1957-1961), também foi lembrada por ele.

No que diz respeito à sua carreira política, Cunha Leite divulgou um panorama de suas principais realizações no decorrer das duas legislaturas como vereador e durante o mandato como chefe do Executivo Municipal, lembrando também do período de sua atuação como deputado federal.

Sob o lema “Cruzada de amor à cidade”, sua gestão municipal foi marcada, dentre outras, pelas seguintes iniciativas: reforma e ampliação de 21 dos 26 estabelecimentos da rede estadual de ensino; reforma e ampliação de 19 das 26 escolas da rede municipal; construção de três parques infantis, que, durante sua administração, foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); reabertura do Museu Histórico Municipal; construção de dois postos de puericultura; reforma e ampliação do Pronto Socorro Municipal, implantação do Serviço de Vigilância Sanitária e Zoonose; repavimentamento asfáltico em um terço das ruas da cidade; implantação de 120 mil metros quadrados de área verde e plantio de 35 mil árvores, além de outros

empreendimentos e realizações.

Muitas outras reminiscências poderiam ser aqui apresentadas, mas prefiro encerrar esta modesta homenagem com os dizeres do próprio Cunha Leite, na última página de sua autobiografia: “O meu futuro, que não sei se será longo ou próximo, o entrego a Deus e o final da minha história certamente caberá a outros contá-la...” Raimundo da Cunha Leite faleceu no dia 23 de abril de 2017, aos 93 anos. Que sua previsão se confirme, Dr. Raimundo, e que outros possam contar a sua história. **(Cristina Toledo de Carvalho)** 

Em sua edição de 9 de junho de 1973, o *Jornal de São Caetano* trouxe uma nota com algumas informações biográficas de Raimundo da Cunha Leite, por ocasião da aprovação da proposição, do vereador José Agostinho Leal, relativa à outorga de título de cidadão sul-são-caetanense, honraria recebida por Cunha Leite no dia 24 de agosto de 1974. Na sequência, a transcrição do referido texto:

O advogado Raimundo da Cunha Leite, ex-vereador, receberá brevemente o título de Cidadão Sulsancaetanense. Projeto de decreto legislativo neste sentido já foi aprovado pela Câmara, por iniciativa do vereador José Agostinho Leal. Nasceu na cidade de Rancharia, no Estado da Bahia [em 2 de setembro de 1923], vindo para São Caetano do Sul com 15 anos de idade. Trabalhando durante o dia e estudando à noite, completou o curso primário e a Escola Técnica de Comércio [...] Mais tarde [...] voltou aos bancos escolares, sempre trabalhando nos mais diversos afazeres, até formar-se advogado. Casado com dona Dulce Cerqueira Leite, possui três filhos: Mara, Luiz Antonio e Eduardo. Foi dirigente do extinto PTN e, depois, do MDB, militando na política de São Caetano durante vários anos, exercendo a função de vereador e várias outras, de confiança, no serviço público municipal.

CIDADÃO Sulsancaetanense: Raimundo da Cunha Leite. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XXVII, n. 1.784, p. 5, 9 jun. 1973.

Primavera de 1942. No dia 3 de outubro nasce, em São Caetano do Sul, uma menina loira, de olhos azuis, de nome Maria Teresinha, carinhosamente chamada pelos parentes de “Tire”. Tratava-se da primeira filha de Narciso Dario e Mafalda Morselli Dario. Seu pai era diretor comercial na extinta Indústrias Aliberti. Moravam na Rua 28 de Julho, no Bairro da Fundação, onde também a família, mais precisamente sua avó (nonna), Joana Morselli, tinha um depósito de bebidas da Brahma. Depois vieram seus irmãos, Leila Dario Foroni e João José Dario.

Maria Teresinha Dario Fiorotti, em foto de 10 de julho de 2012

A guerreira da educação, professora Maria Teresinha Dario Fiorotti



Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti

Maria Teresinha fez o antigo curso primário no Grupo Escolar Senador Flaquer, também no Bairro da Fundação. No então Instituto de Educação Cel. Bonifácio de Carvalho (atual Escola Estadual Cel. Bonifácio de Carvalho) fez o ginásio, formando-se em 1959.

Jovem, bonita e expansiva, adorava dançar no Clube Comercial, sempre na companhia de sua avó e de sua mãe, família que mantinha rigidez nos comportamentos sociais, nas amizades e, principalmente, nos estudos.

Chegou a idade do namoro e Teresinha conhece Lauro Giacomo Fiorotti, que, posteriormente, veio a tornar-se seu marido. Mas, antes do casamento, um longo caminho teve de ser percorrido pelo casal. O tio de Lauro Fiorotti, Henrique Lorenzini, era dono de uma oficina mecânica na Rua Baraldi e, por isso, ia sempre à casa da família Dario para fazer consertos nos caminhões do depósito da Brahma. Nessas idas, era acompanhado pelo sobrinho Lauro (também mecânico), que aproveitava a oportunidade para



Família Dario.
Da esquerda para a direita, em pé, os irmãos Leila, João José e Maria Teresinha. Os pais Mafalda Morselli Dario e Narciso Dario. Foto de 13 de maio de 1954

Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti



Maria Teresinha aos dois anos de idade. Foto da década de 1940

Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti



Colação de grau do Curso Normal, em 1961. Na foto, Maria Teresinha aparece homenageando o então prefeito Oswaldo Samuel Massei

Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti



Maria Teresinha e Lauro Fiorotti durante o baile de formatura dos alunos do Curso Normal do Instituto de Educação Cel. Bonifácio de Carvalho, em 1969

Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti

conversar ou marcar um encontro com Teresinha nos bailes do Clube Comercial.

A avó e a mãe, bem como as primas, eram companhias constantes nesses bailes e nas festas familiares. O primeiro encontro do casal deu-se na primeira sessão do Cine Vitória, com o consentimento da família. Sem a presença da mãe ou da avó, só podiam frequentar a missa das oito horas na Matriz Velha.

Em 1961, Teresinha formou-se no Curso Normal, tornando-se professora. No ano seguinte, mais precisamente no dia 10 de julho, ocorreu na Igreja Matriz Sagrada Família seu casamento com Lauro Fiorotti. A primeira residência do casal foi na Rua Maximiliano Lorenzini. Dessa união, nasceram seus dois filhos: Paulo Sérgio

Fiorotti, falecido em 1977, e Rose Magda Fiorotti, nutricionista e especialista em nutrição escolar, casada com Filinto de Almeida Teixeira, advogado.

A formação acadêmica de Teresinha estendeu-se para a licenciatura em Matemática, especialização em Estatística e Pedagogia, com habilitações em Inspeção e Supervisão Escolar, e pós-graduação nas áreas de Administração Escolar e Administração Hospitalar.

Sua primeira atividade profissional, na área da educação, foi na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Emílio Carlos, e, na sequência, a atuação nas EMEIs Antonio de Oliveira e Fortunato Ricci. Foi também professora no Externato Santo Antonio e Instituto Nossa Senhora da Glória. Lecionou ainda em diversas escolas de primeiro e segundo graus, das quais Padre Luiz Capra (hoje Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF).

Como diretora, além desta última escola, atuou também frente aos estabelecimentos Anacleto Campanella (atualmente EMEF) e Matheus Constantino (hoje Escola Municipal Integrada – EMI). Em 1989, Teresinha Fiorotti assumiu a direção do antigo Centro Interescolar Professora Alcina Dantas Feijão (atual Escola Municipal de Ensino – EME - Professora Alcina Dantas Feijão), onde desenvolveu um trabalho de crescimento na área escolar, quando foi criado um Centro de Processamento de Dados com computadores e impressoras utilizados por todos os alunos do então 2º Grau, sendo a primeira escola técnica a introduzir aulas de informática, informatizando, inclusive, a secretaria, a área de contabilidade e departamento pessoal. Nessa época, ênfase foi dada à Banda Marcial, que contava com 68 integrantes.

No seu currículo, podemos destacar ainda o cargo de supervisora de Ensino da 15ª. Delega-

ria Teresinha
quadra da
É Professora
ina Dantas
ião, quando
diretora da
ola. Foto da
ada de 1990

ria Teresinha
n o marido
uro Giacomo
rotti e a filha
se Magda
rotti Teixeira,
foto de 2014

Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti



Acervo/Lauro Giacomo Fiorotti



cia de Ensino da Capital, professora titular da cadeira de Estrutura e Funcionamento de Ensino da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), além de docente de Estatística nesta mesma instituição.

Na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, exerceu o cargo de presidente entre 2011 e 2012, promovendo exposições, palestras, além de ter dado continuidade aos projetos Revelando o Passado e Álbum e Família, bem como à Revista *Raízes*.

Dentre outras funções exercidas, não podemos deixar de mencionar a presidência do Conselho Municipal de Cultura (Concult), em 2014. Seu último trabalho foi junto ao Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação (Cecape) Dra. Zilda Arns. Foi ainda integrante do Conselho Curador da Fundação das Artes.

No que diz respeito ao seu lado pessoal, abraçava a vida com a mesma intensidade observada no âmbito profissional. Vaidosa, nunca perdeu o gosto pelos bailes que, desde a juventude, acompanhou-a. Frequentava, com assiduidade, o grupo Renascença, sediado no Centro Integrado de Saúde e Educação da Terceira Idade (CISE) João Nicolau Braido, na companhia do marido e de amigos, como Sofia e Clayton Barontini, Maria José e Dirceu Alvarenga, Maria e Joaquim Vieira, Cleide e João Furlan.

Como mulher, destacamos seu caráter forte, porém de alma e coração grandes. Era organizada e disciplinada em tudo o que fazia, com muita garra, coragem e disposição para enfrentar qualquer desafio que lhe fosse imposto.

Feçam-se os luminosos olhos azuis! Maria Teresinha Dario Fiorotti faleceu no dia 6 de abril de 2016, deixando muitas saudades, mas também lembranças junto aos seus alunos, colegas de trabalho e aos muitos amigos que cultivou na vida. **(Cristina Ortega) R**

É ... mais um grande ícone da educação nos deixa órfãos de ensinamentos, cultura, conhecimento e sabedoria, pois esses são alguns de seus atributos. Além de ser muito competente, ela era justa. Professora Maria Teresinha Dario Fiorotti, seu nome, sua trajetória, seu profissionalismo e seus ensinamentos ficarão para sempre cravados na história da educação como exemplos a serem seguidos e aprendidos. Aprendi muito com a senhora em muitos âmbitos e várias questões nos lugares que trabalhamos juntas e comigo, carregarei para sempre os seus conselhos, que não foram poucos ... Erramos em alguns momentos, mas acertamos muito mais e isso nos levou a uma grande amizade que durava até hoje. Saiba que tenho um grande orgulho de dirigir uma escola que leva o nome do seu amado filho (batemos o recorde de quatro mil alunos dentro dela). Obrigada por tudo que representou e sempre representará em nossa cidade, em nossa história e, principalmente, na educação do município. Descanse na paz do Criador.

Professora Romana Gesuele,
diretora da Escola Municipal de Idiomas
Paulo Sérgio Fiorotti, 6 de abril de 2016.

Cláudio Feldman

Aron Feldman: artesão de imagens

Crédito/historiadomarcelodepaiva.blogspot.com.br



Aron e Cláudio Feldman nas filmagens de *A febre nossa de cada dia*

Aron Feldman trabalhou na roça até os 16 anos, quando a família resolveu mudar-se para Bauru (SP), cidade que progredia graças ao nó ferroviário Noroeste, Paulista e Sorocabana.

Embora só tivesse cursado o primário, ele era um curioso autodidata, devorador de livros. O futuro cineasta só assistiu ao seu primeiro filme em Bauru, aos 16 anos, e ficou encantado. Ingenuamente pensou em produzir um, mas, por falta de recursos e técnica, contentou-se em comprar, tempos depois, a prestações, uma máquina fotográfica.

Com o tempo, adestrou-se em captar imagens de pessoas e coisas daquele município. Embora, como o restante da família, sobrevivesse por meio do comércio, também começou a ganhar algum dinheiro,

Aron Feldman nasceu em Quatro Irmãos (RS), em dezembro de 1919. Sua família era composta de imigrantes judeus da Ucrânia que, um pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fugiram da miséria e do antissemitismo, muito comuns sob o regime do czar Nicolau.

Isto foi possível graças ao projeto do filantropo Barão de Hirsh de resgatar judeus da Europa, ameaçados de diversas maneiras, e fixá-los em colônias agrícolas na América do Sul. O riquíssimo idealista dignificava-os com terras e instrumentos para cultivá-las.

paralelamente, com retratos. Quando seu primeiro filho, Cláudio, nasceu, em 1944, já era um fotógrafo experimentado.

Como Bauru era um celeiro de bons fotógrafos (a maioria, japoneses), Aron Feldman, com o apoio destes companheiros, fundou o Foto-cine Clube local, tornando-se o seu presidente até 1958.

Todos os anos, a associação organizava salões de arte fotográfica tanto nacionais quanto estrangeiros, com intenso intercâmbio entre o Brasil e o exterior. Graças a isto, as fotos de Feldman correram o mundo, sendo exibidas em todos os continentes. Foi o primeiro fotógrafo brasileiro a ser exposto na Índia e em Cuba, além de ser premiado em Viena (Áustria).

Em 1958, graças a uma câmera emprestada por um amigo, realizou seu primeiro filme experimental, *Pinceladas*. Nele, além de algumas panorâmicas de Bauru e

poses da família, também era contada a singela história de dois garotos que fugiam de casa para pescar. Os protagonistas eram seus filhos Cláudio e Sérgio. Um dos hábitos, aliás, que se repetiriam em outros filmes, era o de escalar membros da família como atores, para economizar na produção.

No final daquele ano, como a situação financeira da família, no comércio, não estava satisfatória, seus membros resolveram mudar-se para Santo André, aproveitando o boom do setor moveleiro de São Bernardo do Campo.

Após um ano e alguns meses de moradia no município andreense, Aron Feldman, já com câmera própria, rodou seu segundo filme, *Insô-*

nia. A película se referia a um jovem (seu filho Cláudio), que, perturbado pelos reflexos da vida agitada do cotidiano, tentava dormir e não conseguia, inundado por um turbilhão de imagens. Exibido no Foto-cineclube Bandeirantes, do qual Feldman era sócio, foi muito bem recebido pelos espectadores.

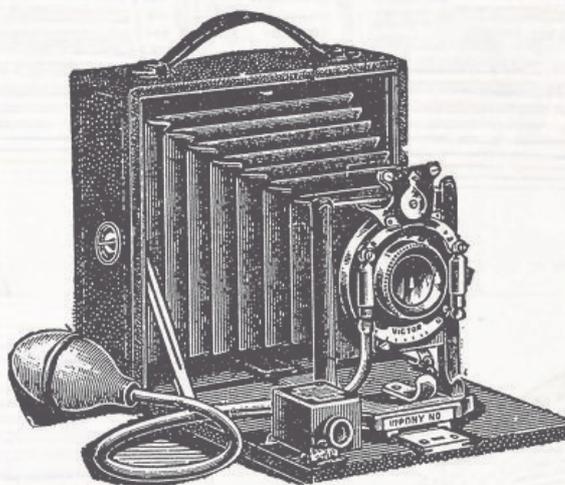
O seu filme seguinte, *Vida de vagabundo*, de 1961, foi protagonizado por seu filho Cláudio e sua sobrinha Jane, seguindo a linha chapliniana de crítica social e lirismo. Mas as películas vindas na sequência, *A grande bolada*, *Strip tease*, *O encanto de Morfeu* e *Presença da ausente*,

que traziam no elenco seus filhos Cláudio e Sérgio e as sobrinhas Jane e Dóris, eram produções desvinculadas da realidade social que o país atravessava, apresentando excesso de onirismo e muita ingenuidade nos roteiros, embora com habilidade técnica. Sofreram críticas por sua “alienação”

(palavra muito usada na época).

Mas, quando a situação política do Brasil, que culminou com o Golpe de Estado Militar, bateu à sua porta, Aron Feldman começou a despertar para um maior engajamento social em seus filmes. *Salvador* e *Ouro Preto*, dois documentários filmados às vésperas de 1964, já mostravam fragmentos cruéis da realidade, que os turistas destas duas cidades dificilmente percebiam.

Contudo, foi só com *Casqueiro* (1966) que Feldman atingiu o início de sua plena maturidade artística. O documentário, filiado ao Cinema Novo, expõe a vida das crianças que vendem siris e caranguejos na Via Anchieta e são reprimidas



pela Polícia Rodoviária. A rotina dos pescadores e catadores destes crustáceos, no mangue, também é mostrada.

O filme, que ganhou prêmio no Festival de Cinema de Fortaleza (CE), foi selecionado para a Mostra Cinematográfica de Hiroshima (Japão), cujo lema era de “Valores Humanos”. Aron Feldman arrebatou a medalha de ouro, entregue pelo cineasta Kaneto Shindo. Universidades americanas quiseram cópias do filme para exibi-las aos alunos como matéria de estudo sobre o Brasil, além de cineclubes da América Latina interessados na obra.

Um artigo da escritora Nair Lacerda, publicado no jornal *Tribuna*, de Santos, provocou a queda de um gabinete do Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa), devido à acusação de maus tratos a crianças pela Polícia Rodoviária, assunto abordado no premiado documentário *Casqueiro*.

A partir desta obra, Feldman empenhou-se o restante de sua existência a retratar a vida brasileira e seus problemas, utilizando roteiros principalmente de seu filho Cláudio, escritor que utiliza a sátira como arma contra a intolerância.

Abaixo, segue, cronologicamente, uma sinopse dos filmes de Aron Feldman:

- *A febre nossa de cada dia* (1968) - ano turbulento em todo o mundo, aqui, com o AI-5 - se refere a uma família de classe média da Grande São Paulo e seu fim de semana no litoral. A película mescla os atores em ambientes naturais, para dar maior autenticidade à trama. Os impasses da época são mostrados nas entrelinhas;

- *O mundo de Anônimo Jr.* (1972), com ro-

teiro de Cláudio Feldman, que também é o protagonista, mostra um louco, que foge do hospício, e vai morar em um túmulo de cemitério. O filme é uma metáfora sobre o Brasil da época, que se caracterizou por repressões e mortes, e foi impedido de chegar às telas pela censura e o Instituto Nacional de Cinema. Vários intelectuais saíram em defesa do filme proibido, como, por exemplo, Paulo Emílio Salles Gomes, mas nada adiantou. Seus deboches, típicos do Cinema Marginal, devem ter irritado os censores;

Aron Feldman ficou quatro anos sem filmar, só cobrindo suas dívidas. Alguns amigos cariocas, porém, resolveram apoiá-lo, para que realizasse o documentário *Mangue x Metrô*, que mostrava a destruição do casario histórico do Rio, incluindo a zona de meretrício do Mangue. O cineasta, infiltrado, filmou cenas inesquecíveis entre escombros e prostitutas, utilizando como fundo sonoro ruídos de máquinas de demolição, que parecem metralhadoras, e até, de modo irônico, a valsa *Danúbio Azul*.

Já não se fazem almas como antigamente é o primeiro filme de Feldman feito em estúdio, para retratar o céu, com anjinhos, nuvens, São Pedro, a voz de Deus, etc. É uma comédia escrita por seu filho Cláudio que mostra o maniqueísmo contemporâneo, de modo satírico;

Os filmes seguintes do cineasta, *O pacote* (1982) e *Mariana, Paraná e Greve* (1984), se referem a problemas operários do Grande ABC, como o desemprego e a greve. O primeiro, com roteiro de Cláudio Feldman, foi exibido em Gramado, e conta com atores teatrais de Santo André e São Paulo. O segundo recebeu total apoio da Prefeitura de Diadema, inclusive com atores

locais. É a estreia de Aron Feldman no uso do Super-8, para penetrar mais de perto no drama dos trabalhadores.

Após estas películas, Feldman sofreu um assalto e vários de seus equipamentos foram roubados. Resolveu, então, mudar para Belo Horizonte (MG), onde já residia seu filho Sérgio. Lá, realizou quatro filmes:

- *Vou ser ladrão* (1985) é um documentário sobre crianças de rua, que, entrevistadas pela filha do cineasta, Ida, falam de sua difícil existência. Um deles aponta como saída, no futuro, o título do filme;

- *Finito e infinito* (1987) é o único filme de Aron Feldman que lembra ficção científica, pois mostra o fim do mundo, pela bomba, e seus dois sobreviventes;

- *Odisseia de um cadáver* (1988) é um longa picaresco, cheio de humor negro, que conta a história de dois caipiras que encontram, no mato, o cadáver de uma moça estuprada e querem levá-lo à delegacia. Após mil peripécias, na distante viagem, conseguem entregar o corpo ao delegado que, inclusive, tem culpa no cartório, e coloca os capiaus atrás das grades. O roteiro é de Cláudio Feldman;

- *Estranhas criaturas* (1990) é a história de uma prostituta que, quando envelhece, é atacada por estranhos bichinhos mortíferos. Espécie de parábola sobre a AIDS, baseada em livro de Carlos Herculano Lopes, vencedor da Bienal Nestlé do ano anterior. O câmara deste filme, Fábio Carvalho, produziu um documentário, *O mundo de Aron Feldman*, que homenageia o cineasta, e ganhou o Festrio e outros festivais em todo o mundo.

Aron, doente do coração, resolveu voltar a Santo André, em 1991, para melhor tratamento de saúde e proximidade de parentes. Ainda conseguiu realizar duas obras:

- *Parceiros da folia* (1992), espécie de *book* sobre seus netos Bruno e Fani, que se iniciavam nas artes cênicas, é um cine-revista, com números musicais e esquetes cômicos;

- *Afogados* (1993), seu último filme. Com roteiro de Cláudio Feldman, enfoca a violência contemporânea, colagem que utiliza atores de Santo André e cenas extraídas da TV. Foi enviado ao Festival de Cinema de Hiroshima e, ao contrário de *Casqueiro*, só ganhou a medalha de bronze. O cineasta faleceu uma semana depois de receber a láurea.

Sua obra cinematográfica, que compreende 35 anos, recebeu diversas homenagens póstumas, que atestam que seu trabalho não está esquecido. A Prefeitura de Santo André criou a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) Aron Feldman, instituição multiartística que tem orientado diversas vocações. O Centro Cultural São Paulo e o Centro Cultural Banco do Brasil realizaram mostras concorridas sobre sua produção cinematográfica.

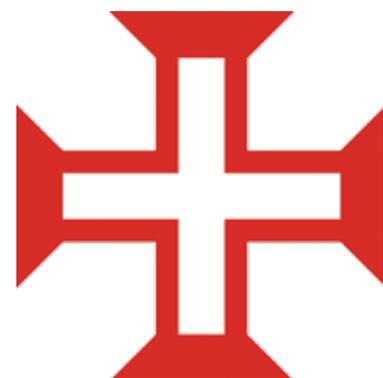
Alguns filmes, como *Casqueiro* e *O pacote*, saíram em DVDs, pela Bambu Filmes, e emissoras educativas, às vezes, produzem programas sobre o cineasta. Livros sobre cinema brasileiro, teses, palestras não se esquecem de quem, com poucos recursos e criatividade, conseguiu expressar-se com coragem e talento. **R**

CLÁUDIO FELDMAN

É ESCRITOR E PROFESSOR APOSENTADO.

Rodrigo Marzano Munari

Das marcas da devoção: catolicismo e espiritualidade na São Paulo colonial (séculos 16-19)



Código: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_de_Cristo

Insígnia da
Ordem de
Cristo

Muito antes de nelas se formar o município de São Caetano do Sul, as terras conhecidas como *Tijucucu*, como é sabido, foram ocupadas pelos empreendimentos dos monges da Ordem de São Bento, que na primeira metade do século 18 – mais precisamente entre 1717 e 1720 – edificaram ali uma capela em louvor a São Caetano. Em pouco tempo, o santo patrono do pão e do trabalho passou a designar também a fazenda de propriedade dos beneditinos, que

se dedicariam, sobretudo, à produção de telhas e tijolos para alimentar as edificações da região. Não é de se admirar que tais materiais fossem empregados, principalmente, na construção de conventos e igrejas da São Paulo colonial.

A província e particularmente sua capital respiravam uma atmosfera de religiosidade que hoje dificilmente poderia ser sentida. Todos os atos da vida cotidiana, do nascimento à morte, eram permeados por clérigos, regulares ou seculares, e por instituições religiosas católicas; nas igrejas, as procissões, as celebrações e festivi-

dades do calendário litúrgico eram devotadas à prática religiosa e à oração, mas eram também espaços e momentos de convívio, de sociabilidade, inclusive de entretenimento, ocasiões públicas propícias ao encontro, ao diálogo, à exibição de *status*, para as elites das localidades, e à reafirmação de contrastes entre pessoas social e juridicamente tão diferentes, que iam do senhor de grandes propriedades ao escravo, indivíduo destituído da propriedade de si mesmo.

O fato mais rico em consequências para o estabelecimento da Igreja Católica em terras brasileiras, como decorrência do processo de expansão portuguesa pelo Atlântico, foi a instituição do Padroado. Por meio da transferência, ratificada pela bula *Praeclara carissimi* de 1551,

do grão-mestrado da Ordem de Cristo – ordem religiosa e militar herdeira da dos Templários – aos monarcas portugueses, estes ficaram inteiramente encarregados pela organização da Igreja nas terras “descobertas”. Daí se depreende que, no Brasil, a Igreja tenha se tornado um mero braço do poder civil, do poder régio português, o que minimizou ao máximo possível a intervenção da Santa Sé nos negócios eclesiásti-

cos de suas possessões ultramarinas, apesar da influência exercida pela Igreja de Roma sobre a Companhia de Jesus, instituição que tão grande preponderância tivera sobre o Reino e suas colônias até a época do Marquês de Pombal, que enfim expulsaria os jesuítas de todos aqueles domínios (1759).

Como grão-mestre da Ordem de Cristo,

o rei português detinha para si o direito de cobrar o dízimo, imposto de caráter eclesiástico que recaía sobre a décima parte de qualquer produção. Competia ao rei de Portugal a criação de bispados e a nomeação de candidatos para ocupá-los, a construção de igrejas e a delimitação de jurisdições territoriais, a emissão de autorizações para

a fundação de ordens religiosas, conventos ou mosteiros. Em contrapartida, cabia à Coroa prover a manutenção do culto e do clero, especialmente do alto clero (bispos e outros dignitários), que, assim, não possuía nenhuma independência em relação ao Estado. Situação que persistirá durante todo o período colonial e não será diferente no Império, a Igreja no Brasil, nas palavras do historiador Caio Prado Júnior (2008:

Crédito/SOUZA, Ney de. (Org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 109
Reprodução fotográfica/Antonio Reginaldo Canhoni (FPMSCS)



Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em óleo de Louis Michael Van Loo, 1766 (Câmara Municipal de Oeiras)

330-331), “se tornara em simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular, seu funcionalismo”. Nessas condições é que surgiriam os “maus padres”, “negligentes, gananciosos e dissolutos”, como os descrevera Sérgio Buarque de Holanda com sua habitual maestria (1995: 119); homens que trilhavam, muitas vezes, a carreira eclesiástica como um modo de vida entre outros quaisquer, como uma profissão que lhes renderia proventos, e não como verdadeira vocação.

Na sociedade colonial, as obrigações civis não se distinguiam nitidamente das de cunho religioso. Como salienta Caio Prado, o homem de nosso passado colonial já encontrava, ao nascer, um conjunto de crenças e práticas que o acompanhariam até o fim da vida:

será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacerdote, praticará os demais sacramentos e frequentará festas e cerimônias religiosas com o mesmo espírito com que intervém nos fatos que chamaríamos hoje, em oposição, da sua vida civil. (2008: 326).

Havia, é certo, homens incrédulos e que não eram movidos por verdadeiros sentimentos religiosos ao participarem de tais atos; mas não lhes era facultado escapar ao cumprimento de seus deveres junto à Igreja, não só porque isso os exporia à mais dura reprovação pública – nada podia ser mais temível do que a excomunhão, a exclusão do grêmio da Igreja, que, vedando o acesso aos sacramentos, ainda excluía um indivíduo do convívio e da estima de seus semelhantes –, como também porque não era possível uma existência à margem da Igreja e da autoridade clerical, única autorizada a constatar o nasci-

mento – por intermédio do batismo – e a realizar casamentos, bem como decidir questões a eles relacionadas, como o divórcio. Sem contar o direito reconhecido nos clérigos de tomarem parte em assuntos de foro íntimo, na vida privada dos casais, na salvaguarda dos “bons costumes” e na educação dos filhos. (2008: 328).

Alguns visitantes estrangeiros que passaram pela Capitania de São Paulo, no início do século 19, notaram que os edifícios públicos mais importantes, que se destacavam com suas torres já à entrada da capital, cujo núcleo urbano situava-se num outeiro entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí – área escolhida pelos jesuítas para a fundação de sua primitiva capela, em

1554, origem da metrópole de hoje –, eram igrejas, conventos e mosteiros. O corpo eclesiástico da capital era considerável, com suas oito igrejas, dois conventos e três mosteiros. (2014: 41). O Mosteiro de São Bento, que, por essa época, administrava a Fazenda de São Caetano, era detentor de avultadas posses materiais e humanas: apenas em São Paulo, conforme os dados do censo de Daniel

Pedro Müller (1978: 251), feito em 1837, eram 71 moradas de casas na cidade, quatro fazendas, uma olaria, 107 escravos para rendimentos. Durante a primeira metade do 19, e mesmo após a Independência e a criação da Academia de Direito (1827), a capital e a província de São Paulo não perderam, senão ligeiramente, as suas feições urbanas de caráter colonial, apesar da movimentação crescente dos negócios e do comércio.

Daniel Kidder, missionário metodista norte-americano que esteve no Brasil na década de 1830, conta que, no primeiro dia subsequente ao de sua chegada a São Paulo, um domingo, ele tivera a oportunidade de visitar diversas de suas

*Havia, é certo,
homens incrédulos
e que não eram
movidos por
verdadeiros
sentimentos
religiosos ao
participarem de
tais atos;*

12 igrejas, aí incluídas as capelas dos conventos.

A catedral diocesana é bastante ampla, e, por ocasião de nossa visita cerca de vinte clérigos cantavam a missa. Era grande a assistência, com acentuada predominância de mulheres.

Não deixou de notar o mesmo missionário, entretanto, que “dois cavalheiros entretidos em animada palestra” ajoelhavam-se e levantavam-se alternativamente, “como se pudessem ao mesmo tempo orar e conversar”. A 25 de janeiro, ocorreram as solenidades da conversão de São Paulo, padroeiro da cidade e da província, cujos festejos foram profusamente anunciados, dias antes, por um edital do bispo, consistindo em: missa, sermão, procissão e exposição de relíquias. Nessa ocasião, “como sói acontecer nos púlpitos brasileiros, o padre recitou um sermão decorado”. As pessoas assentavam-se no piso de terra, de madeira ou mármore, a depender do templo, chão “às vezes juncado de folhas, outras vezes coberto com tábuas limpas”. O viajante dedicou especial atenção a um grupo de senhoras sentadas à *la turque*, todas juntas, sob mantilhas escuras que serviam de chapéu e xale. Embaixo das mantilhas, para o espanto de alguns estrangeiros, havia

“numerosos rostos de cor”. Kipper também nota que as filhas de São Paulo, além de não terem rivais “quanto à beleza e aos dotes que as exornam”, procuravam apurar-se no vestuário, e assim tanto as mulheres de poucos recursos como aquelas mais abastadas. As celebrações religiosas eram ocasiões em que comungavam do mesmo espaço e da mesma liturgia pessoas de condições muito diversas, numa espécie de “democracia espiritual” que, no entanto, não fazia desaparecer as imensas desigualdades daquela sociedade, mas antes as expunha ao olhar do público:

As classes inferiores exaurem seus recursos em adornos domingueiros e as senhoras capricham em bem vestir suas escravas. Às vezes o ouro e a pedraria adquiridos para refulgir nos salões são vistos cintilando pelas ruas, em curioso contraste com a pele negra das domésticas, efêmeras e humildes representantes da abastança da família. (1980: 209-211).

Estudando as páginas do *Registro Geral* e das *Atas da Câmara de São Paulo* para a primeira metade do século 19, Affonso Taunay observou a presença das “mesmas devoções principais de antanho”, dentre as quais se incluía o antigo e tradicional

recurso à intervenção de Nossa Senhora da Penha, em razão de calamidades e das mais diversas necessidades públicas que movessem o povo paulistano a procurar o socorro da Virgem. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1846, quando vai à Câmara dirigir-se, a 27 de outubro, ao Bispo Diocesano, endereçando-lhe uma representação de numerosos paulistanos, ao pedir a anuência do Prelado, a que

a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Penha de França fosse trasladada de seu santuário para a igreja do Colégio.

Não se tratava de epidemia e sim de preces *ad petendam pluviam* – para pedir chuva. (1977: 250). A Câmara se ocupava diuturnamente de negócios religiosos, sobretudo no que concerne à administração da parte material das igrejas paroquiais, assistidas pelos respectivos “fábriqueiros”; a Câmara também se apresentava incorporada em missas solenes ou de ações de graças, *tedeuns*, procissões, *réquiens*. Cuidar das tarefas relativas ao culto era, para o poder civil, uma atividade tão constante e indispensável quanto garantir o abastecimento de água, promover a reconstrução de uma ponte arruinada ou providenciar acerca da segurança dos transeuntes nas ruas da cidade.



Representação de uma procissão no período colonial brasileiro, época marcada pelo vínculo da Igreja frente ao Estado, por força do Padroado

Contudo, como não deixaram de enfatizar os viajantes que por aqui passaram no século 19 e, posteriormente, vários estudiosos e intérpretes do Brasil, a existência de abundantes sinais exteriores de religiosidade não permite dizer que predominava entre a população da capitania, mas também entre os habitantes das outras regiões da colônia, uma espiritualidade profunda e elevada. Caio Prado Júnior descreveu o catolicismo na colônia, em linhas genéricas, como “um esqueleto de práticas exteriores e maquinais, vazio de qualquer sentimento elevado”. Esmerava-se para dar um grande apuro ao culto nos ritos externos, mas a religião não constituiu “um freio sério à corrupção de costumes”; mal que primeiro acometia o clero, que assim não estava apto para instruir corretamente o povo nos valores do cristianismo e na moral. (2008: 353). Sérgio Buarque de Holanda, analisando o legado ibérico

que permearia a sociedade brasileira ao longo de sua história, foi o intelectual que primeiro atentou para o aspecto pouco meditativo e muito festivo do nosso catolicismo colonial: era uma religião que “para ferir as almas”, tinha “de ferir primeiramente os olhos e os ouvidos”. Trata-se, em sua definição lapidar, de

uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade. (1995: 150-151).

Tão significativo é esse aspecto do catolicismo colonial que o elevado número de igrejas existentes numa cidade é mais revelador de seus níveis de sociabilidade que do fervor e da espiritualidade

de seus habitantes. (2005: 34). Muitos escritos deixaram suas impressões sobre o devotamento extrovertido e sensorial dos brasileiros, os paulistas não constituindo exceção. “Em meio a tanto barulho, confusão, alegria e as exterioridades de todas essas comemorações ruidosas”, salienta o missionário Kidder (1980: 141),

é necessário que se seja extraordinariamente devoto para descobrir a maneira de se conseguir algum recolhimento espiritual, para não dizer fervor.

Tratar-se-ia, portanto, de um catolicismo de fachada este que imperou no Brasil e na São Paulo dos tempos coloniais? Decerto não se pode afirmar isso. Além de nada se poder inferir a respeito das crenças e convicções íntimas dos indivíduos do passado, é possível dizer que aqui a religiosidade do povo, se adquiriu formas mais afetivas e sensoriais, nem por isso pode ser qualificada como falsa ou apenas superficial. Além disso, constitui uma enorme generalização referir-se ao “povo”: se as classes mais abastadas poderiam ver numa procissão suntuosa uma ocasião para desfilarem seu prestígio e seus cabedais, inclusive seus escravos, pelas ruas da cidade, os menos favorecidos conferiam outros significados a essas experiências religiosas. Aos pobres, aos escravos, os requintes e os ornamentos das celebrações podiam impressioná-los; mas o que lhes falava ao coração, sobretudo, eram suas necessidades e agruras mais urgentes da vida cotidiana. Havia organizações leigas populares dentro da Igreja nessa época: negros, pardos, livres pobres e escravos, entre diversos outros segmentos étnicos, sociais e profissionais, reuniam-se em confrarias, irmandades ou ordens terceiras. Muitas vezes, organizavam um catolicismo “de resistência” àquele que lhes era imposto de cima; e que mais próximo se encontrava de suas reais condições de vida.

É particularmente emocionante, nesse sentido, um trecho do mencionado relato deixado por Daniel Kidder a respeito de sua visita às províncias do sul do Brasil, isto é, Rio de Janeiro e São Paulo. Descrevendo uma das tantas procissões que presenciara, o viajante nota que

nenhuma outra classe se entregava com maior devotamento a tais demonstrações religiosas que os negros, particularmente lisonjeados com o aparecimento, de vez em quando, de um santo de cor ou de uma Nossa Senhora preta. “Lá vem o meu parente”, exclamou certa vez um negro velho que se achava perto de nós quando viu surgir em meio à procissão a imagem de um santo de cabelo encarapinhado e lábios grossos; e, no seu transporte de alegria, o velho exprimiu exatamente os sentimentos visados com tais expedientes. (1980: 136-137).

Os cerca de 300 anos de fundação da primitiva capela a São Caetano de Thiène, por obra dos beneditinos daquela longínqua São Paulo colonial, constituem uma oportunidade mais do que propícia para que a memória local se ocupe também de sua história religiosa antiga, que deita raízes no nosso período colonial e ajuda a explicar o Brasil de hoje. **R**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos monges beneditinos na São Paulo Colonial (1598 – 1792). *Revista Eletrônica Espaço Teológico (REVELETEO)*, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/6752/4883>>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil-Colônia: 1550-1800*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Sul do Brasil*: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MÜLLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo sob o Império, 1842-1854*. Vol. VI. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1977.

RODRIGO MARZANO MUNARI

É BACHAREL, LICENCIADO E MESTRANDO EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). BOLSISTA DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ).

Mayra Oliveira

Comunicação, Identidade, Patrimônio e a Revista *Raízes*¹



Capa da primeira edição da Revista *Raízes*, lançada em julho de 1989. Na época, a publicação era organizada pela então Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

Capa da 54ª edição de *Raízes*. Desde 1997, a publicação integra o projeto editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Arquivo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Quantas vezes, você leitor, já parou para se questionar como o conteúdo informativo que consumimos constrói quem realmente somos? A resposta certamente será “não muitas”. Tal fato se deve pela comunicação e a informação serem coisas tão comuns no nosso dia a dia que essa influência acaba despercebida. Por essa razão, decidi estudar mais de perto a relação entre a comunicação e a formação de identidade e como esses dois itens refletem na preservação do patrimônio histórico de um determinado local.

Como objeto de estudo foi escolhida a Revista *Raízes*, como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica e para as entrevistas foi utilizado o método da história oral. Ao fim, esse trabalho traz uma pequena amostra de como a revista, por conta de suas características particulares, interfere na formação identitária de determinado núcleo social de São Caetano do

Sul e como tal publicação se porta em relação à preservação patrimonial da cidade.

Conceitos-chave - O que é identidade e por que ela é tão importante? Como os meios de comunicação trabalham com a construção identitária? Como o sentido de identidade auxilia na preservação do patrimônio histórico de um local? E afinal, a Revista *Raízes* trabalha todas essas potencialidades?

Em relação à identidade, foi realizada revisão bibliográfica, buscando compreender a sua definição e aplicação no meio social, para então apontar qual seria a identidade presente e difundida no município com auxílio da revista.

Segundo Castells (1999, p. 22), um dos autores escolhidos para discutir esse tópico, a identidade cultural pode ser definida como

processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados.

Em linhas gerais, o conceito de identidade está intimamente relacionado à cultura, apresentando-se como “fonte de significado e experiência de um

povo” (CASTELLS, 1999, p. 22) e o que a mesma escolhe enaltecer e esquecer. Além disso, outro fato interessante discutido por Castells (1999, p. 22) é que, para um determinado indivíduo podem haver identidades múltiplas, enaltecendo que nenhum está livre de influências externas para a formação do seu “eu intrínseco”, estando exposto a conflitos internos entre os papéis sociais que exerce e as identidades que carrega.

Essa fonte de significado e experiência, também conhecida como “manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é o delineamento do futuro desejado” (SANTOS, 2000, s/p), pode, por exemplo, ser resultado da imposição de instituições dominantes em uma sociedade, afinal as relações de poder interferem nas formações de significados, na seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Outro ponto fundamental, também ligado às dominações de poder, é que:

A construção de identidades vale-se da matéria – prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Lembrando que a identidade é sempre resultado de uma construção e, nesse caso, as formas a partir das quais ocorrem essas construções interferem no resultado desse produto, mostrando que [quem constrói essa identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade]. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Todavia, esse conteúdo, ao chegar para o re-

ceptor, passa por filtros individuais, os quais

reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo e espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Tratando-se do patrimônio cultural, é importante ressaltar que este apenas possui verdadeiro valor quando existe na sociedade em que se localiza, tornando-se presente não apenas como monumento, mas como organismo vivo. Patrimônio histórico pode ser definido como “repositório de conhecimentos e valores construídos ao longo do tempo e transmitidos entre gerações”. (MACHADO, 2010, p. 120). Ele reflete o sentimento de pertencimento existente na sociedade na qual está inserido, pois uma sociedade que não valoriza a sua história não consegue se valorizar.

Sendo assim, “a formação das mentalidades comprometidas com a sua preservação deve ser, portanto, um dos principais pilares das políticas de patrimônio” (MACHADO, 2010, p. 120) de uma comunidade, que devem abranger todos os indivíduos pertencentes a ela, pois

ai reside uma oportunidade de um diálogo rico e criativo entre diferentes segmentos da comunidade, de forma que o patrimônio faça sentido na vida presente e no cotidiano das pessoas”. (MACHADO, 2010, p. 120).

É impossível preservar um patrimônio sozinho, mesmo que a iniciativa e o investimento partam do poder público, pois esse processo “se caracteriza por uma dimensão mais ampla, necessariamente coletiva que integra o modo como os

grupos sociais organizam sua memória”. (LONDRES, 2005, p. 162). Ou seja, uma sociedade que valoriza a sua memória, sua história e suas origens consegue manter vivo o seu patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Portanto, a partir do momento em que uma cidade possui uma Fundação Pró-Memória participante na sociedade, responsável pela publicação de um veículo de comunicação que tem como principal objetivo registrar e documentar a história e memória do município de São Caetano do Sul, em teoria, cumpre o papel de valorizar sua memória e colaborar com a preservação dos patrimônios materiais e imateriais da localidade. Entretanto, esse projeto buscou saber se esse papel é claro para a população leitora da revista, se esse objetivo é perceptível para os articulistas-colaboradores entrevistados.

Em relação à comunicação, para a realização desse projeto, foi fundamental observar alguns pontos importantes ao longo da história.

Basicamente, os meios de comunicação sempre estiveram presentes na disseminação de ideologias e, tratando-se especificamente do caso brasileiro, é possível observar que os meios de comunicação de massa – rádio e televisão – foram grandes aliados dos governos desenvolvimentistas do século 20, tendo início na Era Vargas, na década de 1930, com a radiodifusão, estendendo-se até o final da Ditadura Militar, na década de 1980, com a televisão em rede.

Hoje, no século 21, tanto rádio como televisão ainda existem, porém não possuem tanta força como no passado. A internet chegou para mudar drasticamente diversos hábitos, principalmente a relação entre produtor e receptor de informação. Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, um pouco mais da metade dos brasileiros possuem acesso à internet no país, enquanto o restante da população ainda tem no rádio, tele-

visão e mídia impressa sua principal fonte de informação. Portanto, é equivocado afirmar que a internet configura-se como soberana no território brasileiro. Porém, o modo de relacionamento construído entre ela e o público vem sendo adotado pelas mídias tradicionais.

A grande sacada da tal “Era da Convergência”, nome atribuído por Henry Jenkins, é exatamente a sua definição: “onde as velhas e novas mídias colidem, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis”. (JENKINS, 2009, p. 29). Consumidor que, nas mídias tradicionais, era apenas receptor de conteúdo, agora pode opinar, produzir e expandir o universo da informação/produto midiático. Essa nova configuração nos permite afirmar que hoje, para que um veículo de comunicação se solidifique em uma sociedade, esse não pode ser unidirecional, do produtor para o receptor, mas contar com troca de informações e interatividade. A comunicação, nesse sentido, costura os interesses e possibilita que ideias como o “sentido de identidade e pertencimento” se mostrem presentes no cotidiano das pessoas, fazendo girar um círculo, não impondo um conceito unidirecionalmente.

A Revista *Raízes* e suas particularidades - A Revista *Raízes* é um produto extremamente particular. Fruto de uma iniciativa da então Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, em 1989, a revista possui 28 anos ininterruptos de atuação, nos quais manteve o mesmo número de publicações semestrais e de tiragem por edição.

Desde 1997, *Raízes* é de responsabilidade da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, descrita como:

Uma autarquia municipal criada em 12 de junho de 1991, cujos objetivos são o resgate, a divul-

gação e a preservação do patrimônio cultural da cidade de São Caetano do Sul, que possui aproximadamente 140 mil habitantes. Subordinada à Secretaria da Cultura e sem fins lucrativos, a FPM [Fundação Pró-Memória] é formada pelo Centro de Documentação Histórica, pelo Museu Histórico Municipal e pela Pinacoteca Municipal, além de contar com espaços expositivos espalhados pela cidade e mostras itinerantes. (AYALA, 2014, p. 4).

A revista tem como principal característica ser um veículo de troca entre leitores e editores. Desde a sua criação, em 1989, *Raízes* se autodenomina uma revista colaborativa, por alimentar o conteúdo das suas publicações com artigos, fotos e depoimentos enviados pelos leitores e/ou colaboradores.

Segundo Aleksandar Jovanovic (1989, p. 2), ex-assessor de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano e responsável pela idealização da revista, a publicação buscava “registrar os mais diversos aspectos da formação sociocultural do município”. Ainda, segundo ele:

Raízes vem impregnada da ideia de que o homem comum não é apenas ator da História, mas seu autor diário. Concebida como publicação semestral, visa difundir, ao mesmo tempo, o trabalho que vem sendo elaborado pelo Museu Histórico Municipal, pelo grupo de pesquisadores da região e por pesquisadores que atuam no âmbito acadêmico. Expansão urbana, a ascensão social de diversos grupos, a alteração do meio ambiente e a necessidade de preservá-lo, a manutenção de tradições culturais heterogêneas são temas que devem merecer atenção. Afinal, está sendo dado sinal verde para a pesquisa séria e para o debate dos diversos aspectos da nossa própria história. (JOVANOVIĆ, 1989, p. 2).

Esse objetivo vem sendo sustentado há 28 anos. Até o segundo semestre de 2016 foram publicadas 54 edições, além de outras três edições especiais. Algo curioso e único, afinal são poucos os casos de políticas públicas culturais no Brasil que sobrevivem mais do que duas gestões municipais.

Entrevistas - Para tentar compreender a influência da Revista *Raízes* na formação identitária de seus leitores, foi necessário entrar em contato com alguns de seus articulistas. Com auxílio de Paula Fiorotti, editora chefe da revista, formou-se um grupo de seis colaboradores, três homens e três mulheres de idades que variam entre 44 e 81 anos, a fim de tornar o resultado das entrevistas o mais heterogêneo possível.

Na coleta dos depoimentos, foi utilizado o método da história oral, o qual também é abordado, frequentemente, pela publicação na seção *História Oral*. Como guia, foi desenvolvido um roteiro de perguntas para conduzir a entrevista, respeitando sempre o discurso do colaborador. Dessa forma, foram realizados seis encontros com os respectivos articulistas colaboradores:

- Marcos Eduardo Massolini, 49 anos, jornalista freelancer;
- Renato Donisete Pinto, 44 anos, professor de educação física;
- João Tarcísio Mariani, 72 anos, consultor de empresas;
- Leonilda Verticchio, 81 anos, costureira aposentada;
- Emília da Silva Barbosa, 34 anos, historiadora;
- Waldir Borges de Sales Cantom, 76 anos, professora aposentada.

Nas entrevistas, procurou-se saber quais as relações dos colaboradores com a cidade de São Caetano, a revista e a Fundação Pró-Memória.



Projeto Encontro com a História, lançado pela Fundação Pró-Memória com o propósito de fornecer suporte a professores e alunos e, assim, ampliar o atendimento da instituição ao público escolar. Na imagem, alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Elvira Paolilo Braido recebem informações sobre a história de São Caetano, atividade integrante de tal projeto

Foi analisado também, em segundo plano, o nível socioeconômico desses colaboradores, a fim de verificar à qual educação essas pessoas tiveram acesso durante a vida, e se elas consideram a revista como ferramenta essencial para a difusão de informação na cidade e para a preservação de seu patrimônio. O último tópico abordado diz respeito à opinião dos colaboradores em relação à divulgação da publicação.

Diferentemente do que foi esperado no início desse projeto, o resultado das entrevistas não foi um fator fundamental para as suas conclusões, pois as respostas encontradas, apesar de advindas de pessoas diferentes, foram muito semelhantes. A grande maioria dos colaboradores acredita que a revista representa São Caetano do Sul em sua totalidade, apenas duas pessoas discordam em partes dessa afirmação, dizendo que gostariam de ver maior diversidade no conteúdo da revista e aumento do número de exemplares por edição.

Desse modo, ao reunir essas pessoas, foi constatado que, apesar delas se diferenciarem em idade, gênero e profissões, a maioria delas pertence à mesma classe social, o que configura uma característica do objeto estudado. Todos os colaboradores tiveram acesso à educação - uns

mais, outros menos - sendo, atualmente, pessoas ativas política e culturalmente, estando perto do que pode ser considerada a elite cultural da cidade, portanto não a totalidade do município.

Conclusões - As entrevistas feitas para esse projeto não apresentaram resultados muito transformadores em relação ao que já era esperado de se encontrar. A revista, como veículo de comunicação, é responsável por articular o sentido de pertencimento dos cidadãos sul-são-caetanenses em relação ao município, contribuindo para a construção de uma “identidade”, porém não a identidade da cidade como um todo.

O grupo de colaboradores, embora diversificado em termos de gênero e faixa etária, possui em comum o nível socioeconômico. Todos os colaboradores tiveram acesso a boas escolas durante a infância, a maioria com ensino superior e quem não o teve, manteve contato com história e política durante a vida. Ou seja, os seis colaboradores tiveram acesso a oportunidades que lhes permitiram o poder de escolha. Esse fator é fundamental para compreender por que, por exemplo, a maioria deles se sente representada nas páginas da revista, considerando-a um veículo importante para formar e disseminar a identidade do povo de São Caetano do Sul.

Existe uma identidade sul-são-caetaneense que vem sendo construída junto da evolução desse município, e a revista, como veículo de comunicação, colabora para que esse “modo de ser” seja constantemente lembrado e propagado. Em relação à questão patrimonial, essa pesquisa constatou, por meio das entrevistas e pela singularidade do projeto, que a revista contribui consideravelmente para a documentação e preservação do patrimônio cultural imaterial da cidade, a partir do registro de histórias, artigos e fotografias enviados pela população. Ela abre espaço para que patrimônios imateriais se tornem documentos oficiais, registrando a história do município de São Caetano e da região do Grande ABC, contudo sob pontos de vista não tão diversificados. Por fim, a Revista *Raízes*, como meio de comunicação impresso, cumpre seu papel de informar, entreter e educar o seu público alvo, que, no caso, é representado pela terceira idade. Entretanto, como o conteúdo dela é alimentado em partes pelos articulistas colaboradores, a não participação de novas gerações configura-se como um problema.

Ainda que nas entrevistas realizadas para esse projeto tenha sido possível encontrar colaboradores mais jovens, esses são a minoria. A não participação de novas gerações é um problema que foi constatado pelos organizadores da revista, entretanto, somente a digitalização de todas as edições, disponíveis para download no site da Fundação Pró-Memória, não é suficiente para atingir esse público. Essa iniciativa com certeza ampliou o alcance do periódico, mas o problema aqui não é somente o acesso a ele, mas sua visibilidade.

A divulgação da revista, atualmente, acontece minimamente pelo Facebook, estando mais centralizada nos jornais locais e nos e-mails cadastrados, contudo ela não chega a

um grande número de pessoas. É preciso retroalimentar esse sistema e, talvez, o primeiro passo seja rever o número de exemplares por edição.

A Fundação Pró-Memória possui, além da Revista *Raízes*, outros projetos relacionados à documentação histórica. Um deles é o “Encontro com a História”, o qual dá suporte para professores e alunos da rede municipal aprenderem sobre história regional - matéria obrigatória no 3º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal - aproximando as novas gerações dos temas relacionados à memória. A Revista *Raízes* trata do mesmo tema, porém não existe hoje espaço dentro dela dedicado ao olhar dessa criança. Logo, o segundo passo para aumentar o potencial de alcance, além de garantir a participação de novas gerações dentro da revista, seria então abrir um espaço para que essas crianças possam expor o que aprenderam sobre conteúdo exposto em sala de aula, por meio de concursos culturais.

Da mesma maneira que essas crianças descobrem a história da cidade por meio das atividades propostas pela escola e Fundação Pró-Memória, a família dessas crianças também. Portanto, dessa forma, o número de pessoas atingidas por esse conteúdo aumentaria consideravelmente, democratizando esse conteúdo. ■

NOTA

¹ Este artigo é fruto do trabalho de conclusão apresentado em dezembro de 2016 para o curso de Comunicação Social - Rádio, TV e Internet da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYALA, Lilian Crepaldi de Oliveira. *Babel nas terras alagadiças*: revista *Raízes*, migrações e memórias em São Caetano do Sul. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 10ª ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2ª ed.. São Paulo: Aleph, 2009.
- JOVANOVIC, A. Sinal verde para divulgar pesquisa. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 2, jul. 1989.
- LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. In: *Escritos. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, ano 1, n. 1, 2007, 284p.
- MACHADO, Jurema. *Comunicação de Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.
- MEIHY, J. Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MAYRA OLIVEIRA

É BACHAREL EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - RÁDIO, TV E INTERNET PELA UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP).

Renato Donisete Pinto

SAAD E.C.:

a campanha de 1975

O ano de 1975 foi o segundo e último em que o Saad Esporte Clube representou São Caetano do Sul na Divisão Especial do Campeonato Paulista de Futebol, principal competição do Estado de São Paulo.

O presidente Felício José Saad realizou grandes investimentos para a temporada. Ele iniciou o ano dispensando alguns atletas e contratando outros. Os diretores de futebol Antonio Di Giaimo, Álvaro Prata e João Previglieri tiveram bastante trabalho. O primeiro reforço foi o quarto-zagueiro Giba (vindo do Santo André F.C.). O artilheiro Arlindo Fazolin foi emprestado para o S.C. Corinthians Paulista, que, em troca, cedeu também por empréstimo os jogadores Wagner Chinoca (zagueiro), Carlos Alberto (atacante) e o goleador Ivan (ponta direita). Da A.A. Ponte Preta de Campinas foram contratados Valter (lateral), Serelepe (volante) e Serginho (meia-armador). Do E.C. Noroeste de Bauru vieram Teção (zagueiro) e Zé Rubens (atacante), além de Nascimento (ponta esquerda), que veio do vizinho Santo André F.C., e Haroldo (lateral direito), que estava parado depois de sair do C.R. Vasco da Gama.

O treinador Vicente Arenari e o preparador físico Sebastião Davison planejaram diversos jogos-treino e dois amistosos no Estádio Municipal Anacleto Campanella (Complexo Poliesportivo Lauro Gomes de Almeida) antes do início do Paulistão. O ano não poderia começar melhor: goleada na A. Portuguesa de Desportos por 5 a 0 no dia 16 de fevereiro. No domingo seguinte, dia 23, empate sem gols contra o Botafogo F.C. de Ribeirão Preto.

No dia 2 de fevereiro, o Saad E.C. estreou no Paulistão de 1975 com uma derrota de 3 a 0, jogando em Campinas contra o Guarani F.C.. Nossa primeira vitória no Estádio Anacleto Campanella aconteceu no dia 23 de março frente ao E.C. XV de Novembro de Piraci-



Distintivo
do Saad
E.C.



caba por 2 a 0, com gols de Carlos Alberto e Serginho, para um bom público de 4.832 pagantes. Neste jogo, o Saad E.C. atuou com Leonetti; Haroldo, Tecão, Wagner e Eli; Serelepe e Serginho; Ivan (Toninho), Zanetti, Benê e Carlos Alberto. A cidade pôde assistir também à outra grande vitória no Estádio Municipal, desta vez contra a forte A.A. Ponte Preta, no dia 30 de março. Vitória de 3 a 0 para um excelente público de quase nove mil pagantes! Esta vitória deixou o Saad E.C. como vice-líder do campeonato na 8ª rodada com dez pontos ganhos. A popularidade do time era tamanha que possuía uma torcida uniformizada, a TUSA, que, além dos jogos realizados em São Caetano do Sul, acompanhava a equipe pelo interior de São Paulo.

Como no ano anterior, o Saad E.C. continuou dando trabalho aos grandes clubes paulistas. No Pacaembu, dia 15 de março, venceu o

Santos F.C. por 3 a 2. Depois de estar ganhando por 2 a 0, cedeu o empate e marcou o terceiro gol a seis minutos do final de jogo. No segundo turno, arrancou um empate sem gols na Vila Belmiro. Contra a poderosa equipe da S.E. Palmeiras, no Parque Antártica, uma vitória por 2 a 1. Em campo, pelo time esmeraldino, os craques Leão, Eurico, Luís Pereira, Ademir Da Guia, entre outros. A equipe sul-são-caetanense estava perdendo e virou o jogo com dois gols do artilheiro Ivan. No final do primeiro tempo, o goleiro Leonetti ainda defendeu um penalti cobrado pelo Ademir da Guia.

Durante o campeonato, a equipe trocou de treinador no começo de junho: dispensou Vicente Arenari e contratou Zé Duarte, que iniciou bem seus trabalhos empatando (0X0) com o Santos F.C., em plena Vila Belmiro (Estádio Urbano Caldeira), no dia 8 de junho.

Celso do Saad disputando bola com atacante do São Paulo no Pacaembu, em 10 de maio de 1975

No feriado de primeiro de maio, numa partida amistosa, o Saad E.C. venceu com gol de Serginho o então campeão estadual E.C. Bahia, dirigido pelo treinador Zezé Moreira, no Estádio Anacleto Campanella. Esta partida foi conduzida pelo consagrado árbitro Armando Marques para um público de quase dez mil torcedores.

O último jogo da equipe sul-são-caetanaense na Divisão Especial do Campeonato Paulista aconteceu no dia 20 de julho, no Estádio Anacleto Campanella, frente à A.A. Portuguesa Santista. O Saad E.C. venceu por 2 a 1, com gols de Benê e Nascimento.

Vale registrar que, além do profissionalismo, o Saad E.C. manteve uma equipe amadora, dirigida pelo treinador Aílton Diogo, que disputou o Campeonato do Centro Paulista do Comércio e Indústria de Desportos (Cpcid). Em algumas oportunidades, fez preliminar nos jogos da equipe profissional no Estádio Anacleto Campanella.

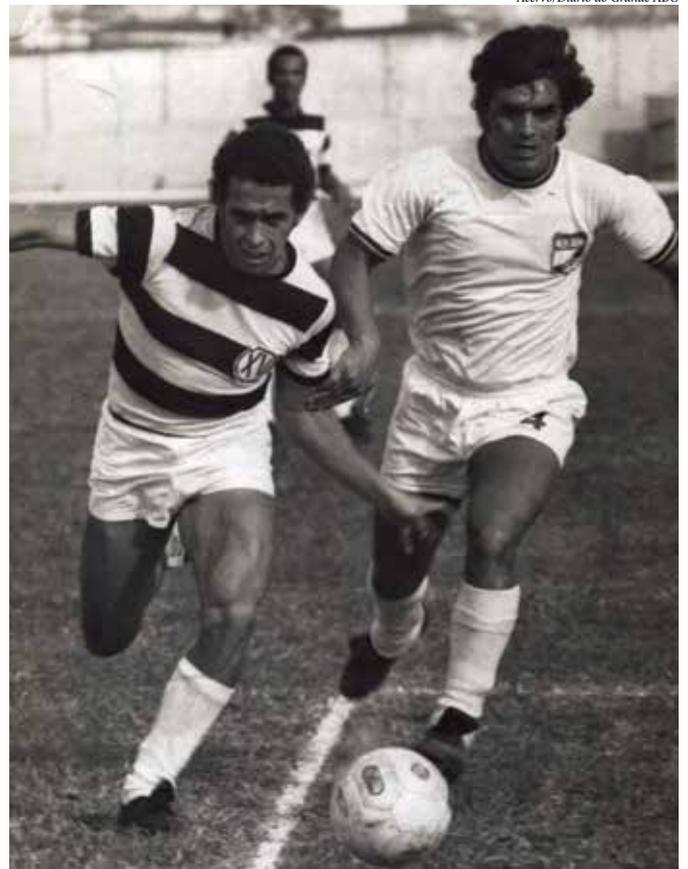
O Saad E.C. terminou sua participação no Campeonato Paulista da Divisão Especial em oitavo lugar, com 28 pontos, sendo 11 vitórias, seis empates e 11 derrotas. Fez 34 gols e sofreu 36. O São Paulo F.C. foi o campeão estadual. Durante o campeonato, a equipe atuou com os seguintes atletas: Leonetti, Giba, Tecão, Wagner Chinoca, Celso, Serginho, Zé Rubens, Ivan, Benê, Carlos Alberto, Nascimento, Haroldo, Toninho I, Valter, Toninho II, Serelepe, Zanetti, Fininho, Wagner, Via, Gerson, Nega e Eli.

Depois do Paulistão, Tecão e Serginho foram para o São Paulo F.C., Zanetti e Haroldo encerraram a carreira, o artilheiro Benê foi para o E.C. XV de Novembro de Piracicaba, Carlos Alberto, Vagner e Ivan voltaram para o S.C. Corinthians Paulista.

O time se preparou para o Torneio José Ermírio de Moraes Filho, promovido pela Federação Paulista de Futebol, trazendo China e Juli-



Acervo/Diário do Grande ABC



Celso e Tecão observando a defesa do goleiro Leonetti contra o XV de Piracicaba, durante jogo realizado no Estádio Anacleto Campanella, em 10 de agosto de 1975

Outro flagrante da partida frente ao XV de Piracicaba, em 10 de agosto de 1975

A CAMPANHA DO SAAD E.C. NO PAULISTÃO DE 1975 - DIVISÃO ESPECIAL

1º TURNO

DATA	LOCAL	JOGO	GOLS DO SAAD E.C.
2/3/1975	Estádio Brinco de Ouro da Princesa	Guarani F.C. 3X0 Saad E.C.	
9/3/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 1X1 E.C. Noroeste	Haroldo
12/3/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	S.C. Corinthians Paulista 4X1 Saad. E.C.	Benê
15/3/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	Saad E.C. 3X2 Santos F.C.	Benê, Serelepe e Carlos Alberto
19/3/1975	Estádio Palma Travassos	Comercial F.C. 1X1 Saad E.C.	Ivan
23/3/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 2X0 XV de Novembro de Piracicaba	Carlos Alberto e Serginho
27/3/1975	Estádio Parque Antártica	S.E. Palmeiras 1X2 Saad E.C.	Ivan (2 gols)
30/3/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 3X0 A.A. Ponte Preta	Benê (2 gols) e Carlos Alberto
2/4/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	A.Portuguesa de D. 1X0 Saad E.C.	
6/4/1975	Estádio Jaime Cintra	Paulista F.C. 2X1 Saad E.C.	Ivan
13/4/1975	Estádio Ulrico Mursa	A.A. Portuguesa Santista 0X0 Saad E.C.	
20/4/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 2X4 Marília A.C.	Carlos Alberto e Ivan
27/4/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 3X2 E.C. São Bento	Carlos Alberto (2 gols) e Benê
4/5/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 0X1 C.A. Juventus	
10/5/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	Saad E.C. 0X1 São Paulo F.C.	
14/5/1975	Estádio da Fonte Luminosa	A. Ferroviária E. 2X3 Saad E.C.	Benê, Zanetti e Carlos Alberto
18/5/1975	Estádio Mario Alves Mendonça	América F.C. 0X1 Saad E.C.	Toninho II
25/5/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 0X0 Botafogo F.C.	

2º TURNO

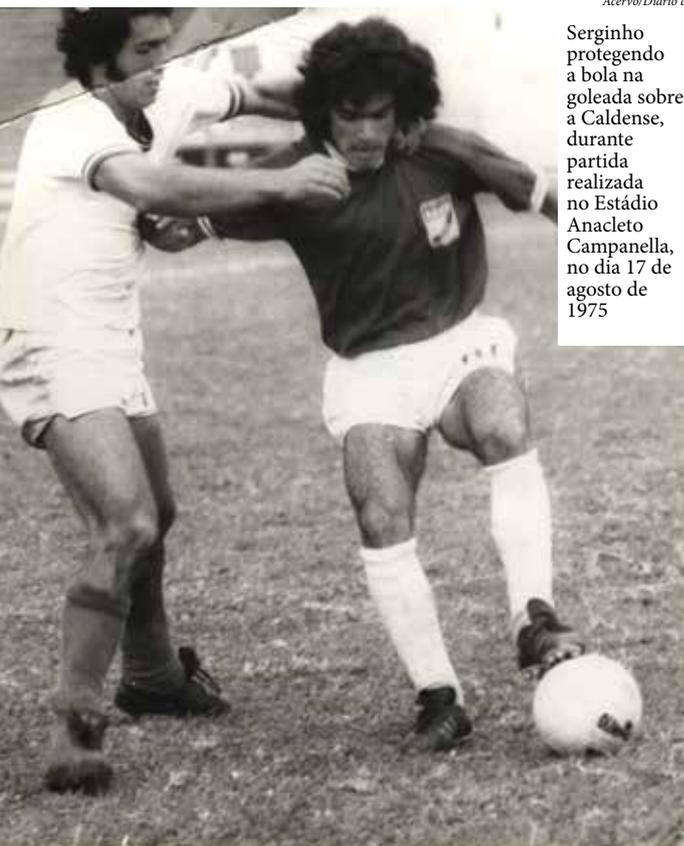
DATA	LOCAL	JOGO	GOLS DO SAAD E.C.
28/5/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	Saad E.C. 0X1 A.Portuguesa de D.	
1/6/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 1X1 Paulista F.C.	Benê
8/6/1975	Estádio Urbano Caldeira	Santos F.C. 0X0 Saad E.C.	
15/6/1975	Estádio Bento de Abreu	Marília A.C. 2X1 Saad E.C.	Wagner
25/6/1975	Estádio Santa Cruz	Botafogo F.C. 0X1 Saad E.C.	Ivan
29/6/1975	Estádio Humberto Reale	E.C. São Bento 1X2 Saad E.C.	Ivan e Zé Rubens
6/7/1975	Estádio Paulo Machado de Carvalho	Saad E.C. 1X2 S.E. Palmeiras	Ivan
13/7/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 1X0 Comercial F.C.	Tecão
17/7/1975	Estádio Alfredo de Castilho	E.C. Noroeste 3X2 Saad E.C.	Serginho e Benê
20/7/1975	Estádio Anacleto Campanella	Saad E.C. 2X1 A.A. Portuguesa Santista	Benê e Nascimento

nho do E.C. Noroeste, Mario do São Paulo F.C., Toninho do Marília A.C., Ditinho da A.A. Ponte Preta e Narezi e Edésio do C.A. Pirassununguense. No dia 12 de agosto, foi contratado o experiente treinador Alfredo Ramos (vindo do São Paulo F.C.) para dirigir a equipe.

Para festejar o 98º aniversário de São Caetano do Sul, no dia 28 de julho de 1975,

o Saad E.C. recebeu a equipe do Guarani F.C. (Campinas) no lotado Estádio Anacleto Campanella. Com os portões abertos ao público, quase 15 mil torcedores assistiram à derrota de 2 a 1 da equipe sul-são-caetanense. O gol do Saad E.C. foi feito pelo Carlos Alberto. Este jogo amistoso marcou a despedida do treinador Zé Duarte.

Acervo/Diário do Grande ABC



Serginho protegendo a bola na goleada sobre a Caldense, durante partida realizada no Estádio Anacleto Campanella, no dia 17 de agosto de 1975

Logo entre Saad e Guarani no aniversário da cidade com o Estádio Anacleto Campanella (Complexo Poliesportivo Lauro Gomes de Almeida) lotado. Foto de 28 de julho de 1975

TORNEIO JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES FILHO - 1975

1º TURNO

- 23/8/1975 - Saad E.C. 0X1 A.Ferroviária de Esportes
- 27/8/1975 - Marília A.C. 1X1 Saad E.C.
- 31/8/1975 - Saad.E.C. 3X2 E.C. São Bento
- 3/9/1975 - E.C. Noroeste 0X1 Saad E.C.
- 6/9/1975 - Saad E.C. 1X1 América F.C.
- 10/9/1975 - Botafogo F.C. 0X0 Saad E.C.
- 14/9/1975 - Saad E.C. 2X0 Paulista F.C.
- 28/9/1975 - C.A. Juventus 1X0 Saad E.C.
- 4/10/1975 - Saad E.C. 1X0 E.C. XV de Novembro de Piracicaba
- 9/10/1975 - A.A. Ponte Preta 1X0 Saad E.C.
- 12/10/1975 - Saad E.C. 0X1 Comercial F.C.
- 15/10/1975 - A.A. Portuguesa Santista 0X1 Saad E.C.

2º TURNO

- 19/10/1975 - Saad E.C. 1X1 Marília A.C.
- 25/10/1975 - Saad E.C. 1X1 Botafogo F.C.
- 29/10/1975 - E.C. São Bento 1X1 Saad E.C.
- 1/11/1975 - Saad E.C. 3X0 E.C. Noroeste
- 5/11/1975 - América F.C. 2X1 Saad E.C.
- 9/11/1975 - Paulista F.C. 0X1 Saad E.C.
- 15/11/1975 - Saad E.C. 6X0 A.A. Portuguesa Santista
- 19/11/1975 - XV de Novembro de Piracicaba 1X0 Saad E.C.
- 23/11/1975 - Saad E.C. 0X0 C.A. Juventus
- 26/11/1975 - Comercial F.C. 0X0 Saad E.C.
- 30/11/1975 - Saad E.C. 0X0 A.A. Ponte Preta
- 6/12/1975 - A.Ferroviária de Esportes 1X0 Saad E.C.

Acervo/Diário do Grande ABC



Antes de disputar o Torneio José Ermírio de Moraes, o Saad disputou, no Estádio Anacleto Campanella, três jogos amistosos: 3/8/1975 – Saad E.C. 1X1 E.C. Noroeste; 10/8/1975 – Saad E.C. 1X2 E.C. XV de Novembro de Piracicaba; 17/8/1975 – Saad E.C. 4X0 A.A. Caldense.

Durante uma pausa no Torneio José Ermírio, o Saad E.C. realizou mais outros três amistosos. Dia 21/9 em Pirassununga, C.A. Pirassununguense 0X2 Saad E.C.; dia 24/9 em Poços de Caldas (MG),

do Grande ABC publicou a informação de que o presidente da Federação Paulista de Futebol, Alfredo Metidieri, garantia a exclusão da equipe de São Caetano do Sul. Desta forma, o clube disputou a Primeira Divisão, atualmente denominada Série A2, de 1976 até 1988. Em 1989, o clube entrou com pedido de licença do campeonato, para depois deixar a cidade de São Caetano do Sul. Felício José Saad faleceu em 2005.

Este artigo é dedicado a todos os torcedores

Acervo/José Pires Maia



Distintivo de bronze do Saad

A.A. Caldense 1X1 Saad E.C.; e no dia 1/10 em Bragança Paulista, C.A. Bragantino 1X2 Saad E.C..

Para o torneio disputado no segundo semestre, os jogos da equipe foram realizados na vizinha Santo André, no Estádio Bruno José Daniel, pois o gramado do Estádio Anacleto Campanella passava por reformas.

O Saad E.C. terminou em quinto lugar no primeiro turno, com 14 pontos ganhos (cinco vitórias, três empates e quatro derrotas). No retorno, ficou em terceiro lugar, com mais 14 pontos (três vitórias, seis empates e três derrotas). O E.C. XV de Novembro de Piracicaba foi o campeão vencendo os dois turnos.

Com o fim deste torneio, o clube viveu dias de indecisão e muitas especulações quanto à sua permanência na Divisão Especial do Campeonato Paulista. No dia 12 de fevereiro de 1976, o *Diário*

que acompanharam a trajetória do Saad E.C., em especial Antonio Perino, José Pires Maia, Luiz Domingos Romano, Mario de Assis Lopes e Onival Vacilotto. Agradecimentos a Cecília Del Gesso do Banco de Dados do *Diário do Grande ABC*. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFREDO Ramos assina contrato com o Saad. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 12 ago. 1975.
 FONTENELLE, André e STORTI, Valmir. *A História do Campeonato Paulista*. São Paulo: Publifolha, 1997.
 NETO, José Jorge Farah & KUSSAREV JR., Rodolfo. *Almanaque do Futebol Paulista 2001*. São Paulo: Panini, 2001.
 NOVO time do Saad promete jogar no ataque. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 16 fev. 1975.
 O Milionário quer bater no Comercial. *Revista Placar*, n. 289, 10 out. 1975.
 O novo rico está subindo. *Revista Placar*, n. 257, 28 fev. 1975.
 PALMEIRAS subestima e perde para o Saad. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 28 mar. 1975.
 RIBEIRO, Rubens. *O caminho da bola: história da FPF*, vol. II (1953-1982). São Paulo: Federação Paulista de Futebol.
 SAAD agora é vice-líder e pensa em ser campeão. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 1 abr. 1975.
 SAAD, a primeira vitória no Campeonato. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 16 mar. 1975.
 SAAD, Bahia e Armando Marques as atrações. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 1 mai. 1975.
 SAAD faz um dos jogos na abertura da Cpuid. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 19 jul. 1975.
 SAAD, uma tristeza na festa de São Caetano. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 29 jul. 1975.
 STO. André e Saad perdem na Federação. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 12 fev. 1976.
 VICENTE cai, agora Zé Duarte é a esperança. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 4 jun. 1975.

RENATO DONISETTE PINTO

É PEDAGOGO E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. MEMBRO DA ACADEMIA POPULAR DE LETRAS DE SÃO CAETANO DO SUL. É AUTOR DO LIVRO *FANZINE NA EDUCAÇÃO* (MARCA DE FANTASIA, 2013).

Um ideal ... um jornal ... um hospital ... um feliz final!

Conversar com Mário Porfirio Rodrigues¹ é sempre uma renovação da satisfação; agora falar com ele sobre a autonomia de São Caetano é ter o prazer de ver brilharem os seus olhos e pulsar o seu coração, aos 91 anos, da mesma forma que se mantiveram intactos os firmes ideais e a fibra daquela jornada histórica de 24 de outubro de 1948.

Neste ano de 2017, estamos comemorando 69 anos de autonomia e já estamos nos preparando para a festa dos 70 anos em 2018. Por isso mesmo, resolvemos transformar o nosso contato com o Mário em breves “causos” que contam os meandros da história da autonomia, enquanto é possível desfrutar do pleno e lúcido relato do mestre, ao seu mais do que discípulo, admirador privilegiado por poder compartilhar de sua aura brilhante de mestre.

Assim, juntos, resolvemos registrar a memória dos fatos marcantes ou curiosos que cercaram a odisseia para alcançar a autonomia de nossa cidade.

Se, na Revista *Raízes* 53, havíamos escrito, também juntos, sobre as farmácias de São Caetano, para não perder o fio da meada, podemos dizer que vamos agora falar da autonomia em pílulas.

Lançamento do Jornal de São Caetano - Até a década de 1940, São Caetano possuía apenas cursos primários, o que obrigava os jovens interessados em ampliar seus estudos a procurar escolas em São Paulo. Como a população, em sua maioria, era composta de famílias operárias, a solução era estudar, no período noturno, e na capital. Era grande o número de jovens que tomava o trem das 18h45, com destino a uma escola no Brás. Essa viagem durava cerca de 20 minutos e as conversas, durante o trajeto, giravam sempre em torno das dificuldades que a população, deste pobre subdistrito de Santo André, enfrentava com falta de ruas calçadas, água encanada, esgoto, escolas, jardins, enfim, como se São Caetano fosse um lugarejo abandonado.

Aqui vale a pena registrar

como admirável o fato de que jovens de 18, 20 anos de idade tivessem essas preocupações e as discutissem como projeto para o futuro de suas vidas.

Decorridos mais de 70 anos desses ideais autonomistas, que passavam pela conscientização do que era necessário para a cidade e para os cidadãos, pode-se dizer que eles eram visionários em matéria de respeito e cuidados com o meio ambiente.

Vendo a situação hoje da poluição de nosso planeta, país e cidade, nos lamentamos de não terem se perpetuado os anseios dos nossos autonomistas.

A propósito, vemos atualmente a preocupação gerada, nesse sentido, pois a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deste ano, assinala:

Senhor criastes o universo com sabedoria e o entregastes em nossas frágeis mãos para que dele cuidemos com carinho e amor. Ajudai-nos a ser responsáveis e zelosos pela Casa Comum. Cresça, em nosso imenso

Brasil, o desejo e o empenho de cuidar mais e mais da vida das pessoas, e da beleza e riqueza da criação.

Alguma semelhança entre as aspirações daqueles jovens de São Caetano e esse apelo atual?

Voltando à época de 1946, São Caetano, embora já abrigasse indústrias importantes como as do Grupo Matarazzo, General Motors do Brasil, Cerâmica São Caetano, Fábrica de Louças Adelinas, e muitas outras, que contribuíam com significativos valores em impostos, a Prefeitura de Santo André nada fazia em benefício deste seu segundo subdistrito.

Foi quando surgiu a ideia da fundação de um jornal, como veículo e escopo, para separar São Caetano de Santo André. Os mais entusiastas pela ideia eram Mário Porfírio Rodrigues e Walter Thomé, o qual, porém, não a considerava factível. As conversas foram acontecendo e, finalmente, Walter e Mário acharam que deveriam tentar.

Entretanto, os dois não tinham a idade necessária (21 anos), então, para ser proprietário oficial do jornal, Mário lembrou-se do amigo e vizinho Luiz Rodrigues Neves, que era funcionário administrativo das

Indústrias Matarazzo e sargento instrutor no Tiro de Guerra nº 34. Estavam, assim, lançando mão das armas disponíveis.

Para dar o pontapé inicial no campo do patrocínio, a fim de publicar o jornal, escolheram-se como patrocinadores os quatro principais clubes da cidade: São Caetano Esporte Clube, Cruzada Esportes, Clube Comercial e Clube Esportivo Lazio. Cada agremiação mandaria seu noticiário e arcaria com 25% do custo da gráfica.

Os jovens achavam que com quatro clubes de futebol o jornal já nasceria batendo um bolão, mas, infelizmente, deram uma tremenda bola fora, pois nenhum deles cumpriu o prometido.

Desde aquele tempo até hoje, os clubes não mudaram nada. Querem ter o seu estádio, sem ligar para o seu “estádio” financeiro.

Foi fixada a data para o lançamento do jornal nº 1: 28 de julho de 1946, quando seria comemorado o 69º aniversário da fundação de São Caetano.

Para divulgar o acontecimento, Mário e Walter redigiram um resumo do que já havia sido feito e visitaram Mário Dal’Mas, diretor do São Caetano Esporte Clube. A agremiação inauguraria, em evento no-

turno de 13 de julho de 1946, a sua quadra de “cestobol” (o basquete de hoje). Nesse dia, pretendiam noticiar o lançamento do *Jornal de São Caetano*, ao mesmo tempo, que solicitariam um pequeno anúncio das indústrias de sua família.

Finalmente, com a ajuda da Tipografia Carioca e de mais alguns poucos patrocinadores menores, conseguiram providenciar um pequeno impresso que foi distribuído para os amigos e conhecidos e, no dia, realizou-se uma grande sessão solene com a presença de inúmeras pessoas gradas de São Caetano e de São Paulo. Vários discursos enaltecem a ideia do jornal. O mais importante, porém, é que começava, a partir daí, a ficar claro que a autonomia, ao virar notícia, projetava uma iniciativa que estava fadada a obter sucesso.

Solenidade de apresentação do *Jornal de São Caetano*, realizada no São Caetano Esporte Clube, em 1946

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Um Hospital para São Caetano - Eufóricos com o sucesso do lançamento do nº 1 do *Jornal de São Caetano*, Mário e

No dia 7 de dezembro de 1947, após missa em comemoração ao primeiro ano da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, foi lançada a pedra fundamental do futuro Hospital São Caetano (que seria inaugurado em 1954), em terreno situado na Rua Espírito Santo. Fruto da mobilização do *Jornal de São Caetano*, desde seu primeiro ano de circulação, em 1946, a causa em prol da construção daquela entidade de saúde ganhava, assim, mais um capítulo vitorioso. Em destaque, na foto, Paulo de Oliveira Pimenta

Parte da diretoria do Hospital São Caetano. A partir da esquerda, Mário Porfirio Rodrigues (secretário-geral), Ophélia Carmela Barile (segunda tesoureira), Paulo de Oliveira Pimenta (presidente), Esperidião de Oliveira Lima (vice-presidente) e Antonio Bovolento (primeiro secretário)

Walter saíram pelas ruas indagando o que mais desejavam os são-caetanenses para a localidade onde viviam.

A aposta dos jovens idealistas da autonomia era que fossem opinar pela separação de São Caetano de Santo André. Sem forçar a resposta de cada entrevistado, deixando que cada um se manifestasse livremente, eles esperavam ansiosamente o resultado.

Terminado o trabalho de pesquisa, por sinal muito bem feito, juntamente com Osmar Pimentel, professor da Escola onde estudavam Contabilidade, se reuniram para discutir o resultado da enquete. O resultado final e categórico não foi aquele que os dois jovens esperavam.

A população de São Caetano queria, mais do que tudo e com urgência, uma Santa Casa para cuidar da saúde debilitada de todos. Era grande o índice de óbitos, especialmente entre crianças, causados pelo tifo, pois, bebia-se água de cisterna construída no mesmo quintal das residências, onde era enterrada semanalmente uma lata com os dejetos que a família produzia durante a semana na “casinha” localizada fora da habitação. A contaminação do solo era uma . . . mera consequência.

Muito se comentou sobre

o tema saúde após a pesquisa, afinal de contas, São Caetano não tinha nem pronto socorro, quanto mais hospital, possuindo apenas dois ou três médicos que cobravam para consultar o paciente. Enfim, não foi difícil entender o porquê da maioria das respostas à sondagem que acabara de ser realizada.

A melhor parte da pesquisa, contudo, viria ao se concluir que, se o *Jornal de São Caetano* desejasse ter credibilidade, não se poderia deixar sem resposta todas àquelas pessoas que se manifestaram nessa enquete. As matérias sobre o assunto continuaram e paralelamente os diretores da publicação foram tomando outras providências. Embora naquela época não se usasse a expressão pronto atendimento, foi isso que fez a direção do jornal à reivindicação do povo, ao convocar uma reunião que se realizou no dia 9 de outubro de 1946, às 20 horas, na sede do Clube Comercial.

Após este e outros encontros, em 7 de dezembro de 1946, realizou-se a Assembleia Geral de Fundação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, com a presença de 105 são-caetanenses.

Os diretores do jornal escreviam assim mais uma página fundamental na história de São Caetano e o advento de um hos-

pital dava ao movimento emancipacionista mais saúde.

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Os percalços dos autonomistas - Na luta dos autonomistas contra o prefeito de Santo André, Antonio Flaquer, não houve nenhum enfrentamento físico, mas foram muitos os casos semelhantes a este, que passamos a narrar.

No final do mês de março de 1948, corríamos o perigo de sermos todos perseguidos, e, possivelmente até presos pelo temido DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). O jornal de Santo André *O Município*, dirigido por Severino Alves da Silva, apoiado pelo prefeito Antonio Flaquer, começou a noticiar que fazíamos parte de um movimento comunista. Naquela época, os adeptos do comunismo eram caçados e presos pelo DOPS como traidores da pátria.

O vereador Antonio Dardis Neto fez um discurso na Câmara Municipal de Santo

André desmentindo essas notícias e, no dia 7 de abril de 1948, em companhia do deputado Gabriel Migliori, uma comissão composta por Lauro Garcia, Bruno Bisquolo, Júlio Marcucci, Bento Vellanes Regis, João Dal'Mas, Benedito Moretti, José Homem de Bittencourt, Luiz Rodrigues Neves, Walter Thomé e Mário Porfírio Rodrigues esteve na Secretaria da Segurança Pública. Os líderes autonomistas conversaram demoradamente com o delegado titular do DOPS, Dr. Ribeiro de Andrade, e com o chefe de gabinete do secretário da Segurança Pública, Dr. José Faleiros. Mais uma vez é preciso enaltecer o brio e a fibra dos jovens autonomistas que, corajosamente, se dispuseram a ir prestar esclarecimentos em tal departamento. Isso naquele tempo era algo impensável.

Para os que não ouviram falar sobre o que era o DOPS e qual a maneira de atuar de seus agentes, bastaria registrar que uma denúncia, naquela época, de que alguém era comunista, gerava invasão de domicílio, e, se o investigado tivesse apenas um livro, por exemplo, *O Capital*, de Karl Marx, isto era suficiente para prender e enquadrar a pessoa como adepta do comunismo. O pobre cidadão era levado às dependências do departamento, sem saber qual

havia sido o seu pecado “capital”, e ali recebia uma surra “comunitária” dos truculentos agentes do local.

Após as explicações pormenorizadas dadas no DOPS sobre as finalidades do movimento autonomista, como nasceu e o que pretendia, foi entregue um ofício da Sociedade dos Amigos de São Caetano (SASC), relatando esses mesmos fatos e indicando os nomes de 32 autonomistas, entre os quais se encontravam industriais, vereadores, dentistas, diretor de banco e antigos moradores da cidade, os quais estavam à disposição das autoridades na Rua Perrella, nº 156, em São Caetano (na época esse era o endereço da sede do São Caetano Esporte Clube).

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Eleições na SASC - Os momentos imediatamente anteriores às primeiras eleições dos governantes municipais do novo município foram muito agitados. Também no seio da própria SASC ia ter desfecho um drama que, por muito tempo, vinha se prolongando.

Não víamos, em José Homem de Bittencourt, que almejava

ser candidato a prefeito, todas as qualidades que sabíamos serem necessárias para enfrentar, de igual para igual, os inimigos da autonomia e o próprio prefeito de Santo André. Qualidades essas que víamos nitidamente no íntegro Ângelo Raphael Pellegrino.

Para resumir, não podíamos permitir a reeleição do atual presidente da sociedade, Bittencourt, que havia assumido a presidência devido à renúncia do presidente, e do seu primeiro vice, o que permitira a ele, na qualidade de segundo vice presidente, assumir o posto. Tentava agora colocar novos sócios na SASC, no caso o grupo de petebistas de Antonio Flaquer, para reforçar a sua reeleição. Foi decidido que só podiam votar os membros atuais e quites com a sociedade. E estes decidiram colocar o item sobre a admissão de novos sócios para o final da sessão.

O resultado dessas tumultuadas eleições, apesar de naquela época não existirem ainda urnas eletrônicas, foi eletrizante e um choque para os contrários à autonomia.

Foi eleito presidente da SASC o professor José Bonifácio Fernandes, conhecido e respeitado diretor, por muitos anos, do Grupo Escolar Senador Flaquer. O sobrenome

Foto do início de 1948, tirada durante assembleia da Sociedade dos Amigos de São Caetano, instituição fundada em 2 de setembro de 1947 com o propósito de defender os interesses locais. Realizada na sede do São Caetano Esporte Clube, na época, situada na Rua Perrella, a reunião teve como pauta a discussão do apoio ao movimento autonomista

Flaquer, associado ao local de trabalho do vitorioso professor Fernandes, até pareceu ironia do destino para com os derrotados.

A despeito de não ter conseguido se reeleger presidente da entidade, 40 dias depois, José Homem de Bittencourt lançou um manifesto pedindo para que a SASC apoiasse o candidato do prefeito de Santo André. Esse documento se encontra no acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Me-

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Manifesto assinado por José Homem de Bittencourt, por meio do qual declarou seu apoio a José Luiz Flaquer Neto, adversário de Ângelo Raphael Pellegrino nas primeiras eleições municipais, realizadas no dia 13 de março de 1949

mória de São Caetano do Sul. **Por que muitos não foram autonomistas?** Essa é uma boa pergunta, à medida que se considere que, no plebiscito para obter a autonomia, a vitória dos favoráveis a ela foi contundente. Então por que somente 95 foram denominados autonomistas?

Nem o fato de São Caetano ter sido, no passado, a

terra das olarias justificaria por que a grande maioria ficou em cima do muro.

Vários foram os motivos alegados por muitos são-caetaneenses, após 24 de outubro de 1948, para não terem apoiado o movimento autonomista. Destacamos a seguir dois fatos sobre isso.

Por ser titular do único cartório de São Caetano e filho de um velho político de Santo André, Antonio Flaquer se oferecia para ser padrinho da criança cujo nascimento era registrado em seu cartório. Assim, todos os pais eram compadres de Flaquer e, naturalmente, seus eleitores.

Partindo-se do provérbio português: “Quem tem padrinho não morre pagão”; chega-se à lógica de Antonio Flaquer: Quem tem afilhado ganha eleição!

Industriais e comerciantes, receosos de serem prejudicados em suas atividades por apoiarem um movimento contrário ao poder constituído, optaram por apoiar o prefeito de Santo André, ou por não se manifestar.

A esse propósito relatamos o acontecido com Armando de Arruda Pereira, que foi diretor da Companhia Cerâmica São Caetano e líder do primeiro movimento

emancipacionista, em 1928.

Mário Porfírio Rodrigues telefonou várias vezes para ele quando o movimento autonomista de 1948 estava no auge. Queria marcar uma entrevista; Arruda Pereira impôs que somente atenderia em São Paulo, no escritório da Rua Boa Vista e na hora do almoço.

Relato do Mário Porfírio:

Depois de aguardar um pouco, entrei em sua sala, fui atendido em pé, enquanto ele despachava uns papéis, perguntou o que eu queria. Expliquei com entusiasmo o motivo da minha visita, como jornalista e autonomista, e pedi seu apoio para a nossa causa. Não houve boa vontade. Respondeu que estava com muitos afazeres, agenda cheia e sem condição de colaborar. Insisti, sem sucesso. Convidei-o a, pelo menos, assinar o Livro de Ouro da Autonomia que havia levado comigo, sem sucesso. Por fim, perguntei se poderia publicar no *Journal São Caetano* que estive fazendo a visita e que ele desejava sucesso para o movimento autonomista. Ele não autorizou e ainda encerrou a reunião rapidamente.

Se, na época, isso deve ter causado constrangimento

ao Mário, agora, passados tantos anos, é até possível tentar entender a forma de pensar e agir do Armando de Arruda Pereira, neste episódio.

Ilação evidente do fato é que um líder como ele, cuja memória registrava não ter se saído vitorioso na causa de 1928, seria fácil perceber-se que não estava disposto a apoiar um movimento para o qual não havia contribuído com nada.

Azar do Armando e sorte do Mário. Em matéria de autonomia, o Armando, usando expressão daquele tempo, embarcou duas vezes no bonde errado: a primeira, porque apoiou, mas não levou, e a segunda, porque não apoiou, e perdeu a chance de levar.

Diga-se, a bem da verdade, que ele, embora não tivesse dado a devida importância ao Mário, naquele malsucedido encontro, era alguém a quem a causa emancipacionista sempre agradara, tanto que, após a autonomia, apoiou abertamente o nome de Ângelo Raphael Pellegrino para disputar a primeira eleição para prefeito de São Caetano do Sul.

O fato do Armando não haver tido êxito na tentativa de autonomia em 1928 e a decepção causada a um autonomista às vésperas do grande feito de 1948, tudo isso somente serviu para provar que não basta lutar

por uma boa causa, é preciso também ter os líderes certos, no lugar certo, na hora certa e com a estratégia certa. Méritos para os nossos autonomistas de 1948.

Mário Porfírio Rodrigues, um dos líderes do movimento autonomista, no momento em que depositava seu voto na urna, durante o plebiscito de 24 de outubro de 1948, que conferiu a vitória àquele movimento, criando condição para a elevação de São Caetano a município

Arquivo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Um autonomista: assíduo, injustiçado e amoroso! A propósito da lista com os nomes dos 95 líderes autonomistas, um fato curioso ocorreu em uma exposição comemorativa do cinquentenário da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, realizada na Avenida Goiás, nº 600, em novembro de 1996.

Entre as inúmeras pessoas presentes, estava uma simpática senhora, conhecida na sociedade local e que costumava comparecer a esses eventos. Em dado momento, para surpresa geral, ela dirigiu-se a um líder autonomista

presente e interpelou-o em voz alta, para que todos ouvissem, dizendo que há tempos desejava uma explicação de por que o nome do seu esposo não estava incluído na relação dos líderes.

Acrescentou ela, para comprovar a injustiça feita para com o seu marido, que foram muitas as tardes e noites que ele dedicara a essa nobre causa e que ele sempre comparecera a todas as reuniões referentes à autonomia municipal.

Com todos os presentes, que ouviram a reclamação em silêncio sepulcral, o interpelado, visivelmente embaraçado com a incômoda situação, teve

de pensar um pouco para responder.

Após instantes de silêncio, suspense e apreensão, explicou ele que a elaboração da lista fora iniciativa do vereador Nicolau Delic e que havia sido executada pela Câmara Municipal, a responsável pela sua forma final, conforme Portaria assinada pelo presidente da edilidade. Já um tanto aliviado pela bem bolada explicação encontrada, prosseguiu dizendo que, em atenção ao que estava sendo reclamado pela esposa, iria verificar se tinha havido algum lapso e, quando tivesse uma notícia, ela seria informada.

O esposo era muito conhecido na cidade como pessoa adorável, honesto nos seus negócios, amigo fiel dos seus amigos, muito bem relacionado e benquisto.

Aliás, quanto à fidelidade entre amigos, nesse episódio, o ilustre marido recebeu a comprovada lealdade deles. Entretanto, a sua fama no que se referia a outro tipo de fidelidade, a conjugal, nunca fora das melhores.

Não era segredo para as pessoas de seu relacionamento, muitas delas presentes ao even-

to onde a sua esposa se manifestara indignada, as habituais “escapadas” noturnas do suposto autonomista.

Assim, diante desse consagrado retrospecto, os presentes, amigos do casal, concluíram que as reuniões a que ele dizia à esposa ter comparecido não teriam sido, evidentemente, com pessoas empenhadas na vitoriosa campanha autonomista da cidade, a maioria do sexo masculino.

Os autonomistas “crentes”, buscando liberdade; o autonomista não “muito católico”, buscando libertinagem. Para a esposa não havia desentendimentos conjugais e ele nunca faltava às reuniões. Para o suposto autonomista ele nunca faltava aos encontros extraconjugais. Simples assim.

O suposto autonomista dedicara-se a reuniões que devem ter sido ardorosas, mas nunca em favor da emancipação, até porque ele nunca se emancipou da esposa.

Se um ditado popular diz que: “a esposa é sempre a última a saber”, neste caso, ele era plenamente aplicável. E se perguntassem ao esposo se o programa do qual ele participava era de ideal auto-

nomista, provavelmente, ele diria que para ele era apenas o programa ideal.

Nunca mais se ouviu falar do assunto, mas agora que o Mário desenterrou a história e provocou a nossa curiosidade, ele vai precisar ter paciência com a cobrança que vai receber de muitos interessados no protagonista misterioso ou autonomista amoroso!?

Quem não gostaria de saber quem é essa ilustre figura?

Mário, conta . . . conta . . . conta . . .

Para finalizar e tirar o amigo Mário dessa enrascada, deixamos claro que também não adianta perguntar para o discípulo, pois nem a esse o mestre Mário Porfírio Rodrigues revelou o nome. O autonomista que não estava na lista não acompanhou os idealistas, porque era farrista, vai continuar desconhecido e sem pista, assim como o local das reuniões que ele frequentava, sempre que dava, de preferência, na calada até de madrugada, e não diremos a respeito mais nada. Fim. **(João Tarcísio Mariani e Mário Porfírio Rodrigues)** 

NOTA
¹ Mário Porfírio Rodrigues foi fundador do *Jornal de São Caetano* e do Hospital São Caetano, além de líder autonomista. É membro da Academia de Letras da Grande São Paulo e do Conselho Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Rodolfo Scopel Jacobine

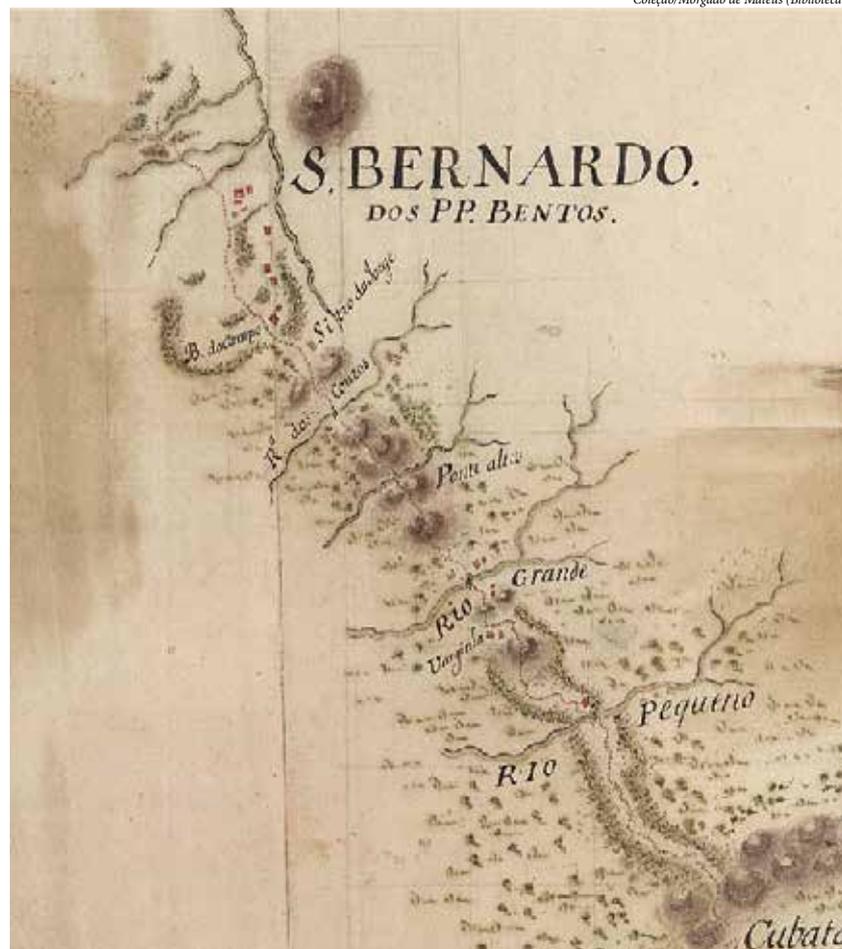
No tempo da Fazenda de São Bernardo¹

Fundamental na formação territorial do atual município homônimo, a Fazenda de São Bernardo foi uma das fazendas (Parateí em Mogi das Cruzes e São Caetano eram as outras) que o Mosteiro de São Bento paulistano possuía nos arredores da capital nos períodos colonial e imperial. Assim como a vizinha São Caetano, e diferente da Parateí, que fora comprada em 1670, sua origem remonta a uma das diversas doações de terras recebidas pelo mosteiro no século 17. No seu caso, a dádiva foi feita em 1637, pelo militar de origem espanhola Miguel Aires Maldonado - um dos pioneiros da colonização do norte-fluminense - que repassou aos beneditinos a sesmaria que seu sogro, Amador de Medeiros, havia recebido do Capitão-Mor da Capitania paulista, Pedro Colaço, em 1571. Limitava-se com os rios dos Meninos e dos Couros (divisa de São Bernardo com Diadema) e com a área conhecida como Ponto Alto (entre os atuais bairros do Botujuru e Montanhão), abarcando parte considerável do atual território são-bernardense.

Doações para instituições religiosas como as recebidas pelos beneditinos eram bastante comuns na época. Já era um costume que sobrevivia há séculos em Portugal (e em toda a Europa), apesar de, desde o século 13, haver esforços legais da Coroa para impedir a concentração de propriedades com a Igreja. Para o doador, que comumente condicionava as doações a missas periódicas em seu nome, elas eram uma forma de dar posteridade e

Trcho de mapa do século 18 que mostra o antigo Bairro de São Bernardo, cortado pelo Caminho do Mar. Talvez seja o mais antigo mapa conhecido a mostrar essa região já com o seu atual nome (com o acréscimo "dos PP. Bentos", que deixa evidente a ligação do topônimo com a propriedade dos monges)

Coleção/Morgado de Mateus (Biblioteca)



prestígio a si e sua família na sociedade terrena e- mais importante num universo cultural pré-iluminista em que a descrença era quase inconcebível - garantir ou ajudar na salvação de sua alma. Grande parcela do patrimônio das ordens religiosas se formara por meio de doações e legados e não foi diferente com os 11 mosteiros da Ordem de São Bento no Brasil Colonial. Graças a elas, alguns deles se situavam entre maiores proprietários de bens de suas capitanias, como o de Salvador, o do Rio de Janeiro e, ainda que em menor grau, também o de São Paulo: em 1809 o mosteiro paulistano possuía, além das fazendas, 61 imóveis urbanos na capital. (BUENO, 2005: p. 60).

Embora tenha recebido a doação das terras na então chamada Borda do Campo em 1633, o aproveitamento mais intenso dessa posse parece ter se dado a partir do início do século 18, mais precisamente entre 1717 e 1720, época em que nela o Frei Bartolomeu da Conceição construiu uma capela dedicada a São Bernardo (MARTINS, 1988: p. 11), nome pelo qual ficaria conhecida a fazenda e que se estenderia ao bairro. A capela situava-se perto do Rio dos Meninos e nas margens de seu afluente Ribeirão Borda do Campo (atualmente canalizado, sob a Av. Kennedy). Junto à capela, fora erguida também uma casa de vivenda, com vários compartimentos, local que eventualmente também seria usado para a estadia de autoridades que transitavam pelo Caminho do Mar, que passava ali perto. A edificação da ermida foi um marco para a população dos arredores: embora particular, nela passaram a ser feitos sepultamentos e também ministrados, pelos próprios beneditinos ou por padres enviados pela Paróquia da Sé, os serviços religiosos de batismo, casamentos, além de missas. Contudo, quando o aumento da população local e a necessidade da realização desses serviços de forma mais contínua levaram o bispo de São Paulo, quase um século depois, a elevar a ermida beneditina à categoria de capela curada (1805), e depois a apoiar sua transformação em sede de paróquia (1812), ambas condições que implicavam perda da autonomia sobre ela que tinham os monges, estes entraram em atrito com a diocese paulista. Alegando a impropriedade do uso da capela particular como sede

paroquial, recorreram ao príncipe regente Dom João VI e venceram, obrigando as autoridades a buscarem para a referida sede outro local - definido em 1814 na área da atual Praça da Matriz.

As atividades econômicas e os escravos dos beneditinos em São Bernardo - O objetivo primordial das fazendas beneditinas era prover recursos para sustento e manutenção do mosteiro que as controlava e de seus habitantes. Pretendiam se manter fiéis à premissa da regra de São Bento de alcançar em seus monastérios autossuficiência e autonomia, que em terras do reino português eram especialmente pressionadas devido ao regime do Padroado que submetia a administração da igreja à vontade do rei. Porém, longe dos princípios defendidos pelos monges cistercienses - adeptos mais estritos da regra - como o padroeiro da fazenda e da capela, São Bernardo de Claraval, que enfatizavam que os frades deveriam extrair seu sustento do trabalho de suas próprias mãos e evitar viver de rendas (LOYN, 1990: p. 261), os beneditinos no Brasil tanto usavam largamente em suas propriedades o trabalho escravo, como arrendavam grande parte de suas terras. Assim se deu também na Fazenda de São Bernardo, em medidas variáveis ao longo de sua história. Os arrendamentos eram uma forma prática de obter ganhos das terras não trabalhadas, as quais frequentemente sofriam invasões, devido à dificuldade de controle de propriedade tão extensa. Foi nesse contexto inclusive que se deu o surgimento da Fazenda Jurubatuba em 1753, nada mais do que um remanejamento na área original: os beneditinos haviam arrendado as terras próximas às margens do Rio dos Meninos onde estavam instalados, se deslocando com os escravos para parte mais ao sul de sua propriedade (MARTINS, 1988: p. 24), hoje majoritariamente integrante dos bairros Assunção, Planalto e Centro.

O trabalho agrícola da fazenda, onde existiam culturas de feijão, arroz, mandioca e milho, além da criação de gado e da produção de azeite de amendoim, era realizado por mão de obra escrava sob a coordenação de pelo menos um monge. As informações existentes sobre os plantéis de escravos nas fazendas beneditinas vêm principalmente das listas nominativas, censos da população paulista realizados periodicamente a partir de 1765 até a década de 1840. A qualidade e a amplitude desses levantamentos variaram bastante no decorrer do tempo, ficando menos detalhados e abrangentes em seus anos finais. Dados específicos sobre os escravos da Fazenda de São Bernardo são encontráveis em listas entre os anos de 1798 e a década de 1820², sendo possível, a partir destas, delinear um perfil deles. Primeiramente nota-se que, até pelo menos 1813, em quase todas as listas, o tamanho desse plantel circundou a faixa de 30 cativos: 34 em 1798, 31 em 1808, 32 em 1813, caindo posteriormente (em 1825, havia somente 13). Nesse período de maior extensão, o plantel esteve entre os maiores da região, embora menor que o da vizinha Fazenda de São Caetano (45 escravos em 1798, 41 em 1813 e 56 em 1825) e os dos grandes fazendeiros da região, como os dos irmãos João Franco da Rocha (58 em 1798, 52 em 1813) e Francisco Barbosa Ortiz (44 em 1825)³. Comparado com os domicílios com escravos voltados à agricultura do restante da Capitania de São Paulo, ficaria ainda a Fazenda de São Bernardo entre os 6% com mais de 20 cativos (dados de 1804) (LUNA, COSTA e KLEIN, 2008 p. 366). Porém, o perfil dos escravos dos beneditinos em São Bernardo diferia daquele das grandes fazendas de áreas voltadas para a agricultura exportadora (primeiramente de açúcar e depois de café), predominante em outras regiões paulistas, e, com o tempo, tenderiam a se diferenciar ainda mais. As fazendas do Oeste Paulista,

onde expandia-se a produção de açúcar na capitania, e as do Vale do Paraíba (que a partir de 1815 aumentavam a produção de café) absorveriam uma parcela maior do tráfico negreiro em expansão, refletindo o próprio crescimento da economia exportadora em São Paulo e no Brasil no começo do século 19. Os percentuais de nascidos na África entre os escravos eram de 37% no Oeste Paulista e 34% no Vale do Paraíba em 1804; em 1829, haviam passado respectivamente para 62% e 57%. Na região da capital, mais voltada para o mercado interno, o percentual de africanos caiu no mesmo período de 34% para 31%. (LUNA, COSTA e KLEIN: 2008, p. 192). Enquanto isso, a exportação brasileira de açúcar cresceu de 22 mil toneladas em 1806 para 99 mil em 1823 (NAS-TARI, 1983: p. 22,72, 80) ao passo que as exportações de café começaram a crescer substancialmente a partir de 1817. (CRUZ, 1999: p. 3). Uma vez que o tráfico era concentrado principalmente em homens adultos - em 1823, 61% dos escravos africanos em São Paulo eram homens com idade entre 15 e 44 anos (LUNA, COSTA e KLEIN, 2008: p. 195) -, o resultado era o maior desequilíbrio no perfil demográfico nesses plantéis se comparados àqueles formados com maior influência do crescimento vegetativo natural, como os das fazendas beneditinas da região do ABC, onde, nesse período, a grande maioria dos escravos era nascida no Brasil (foram arrolados dois africanos em 1808 e um em 1829). (PIRATININGA Jr., 1991: p. 68). Na tabela apresentada na página seguinte, podemos perceber isso vendo a evolução, no começo do século 19, do quadro etário dos escravos das fazendas dos monges em São Bernardo e São Caetano comparado aos dos cativos do restante da região da Freguesia de São Bernardo e da Província de São Paulo. Nota-se nas fazendas beneditinas maior percentual de adultos com mais de 50 anos e também de mulheres em todas faixas etárias em comparação com o total da província, onde, devido à influência crescente do tráfico negreiro, essas proporções caíam ao longo do tempo. Por causa do mesmo fator, também a parcela de escravos menores de 14 anos na província caiu no período, atingindo em 1823 um percentual inferior ao das áreas dos beneditinos. Já os

dados dos escravos da Freguesia de São Bernardo (excluídos os cativos dos monges) apresentaram-se em um ponto intermediário, em função de sua agricultura voltada para o autoconsumo e mercado interno também ser menos afetada pelo tráfico africano até então (18% dos 416 escravos de São Bernardo eram oriundos da África em 1822, enquanto que na província, segundo LUNA, COSTA e KLEIN [2008: p. 189], esse número era de 57% em 1823).

A predominância de mulheres nas fazendas beneditinas de São Bernardo e São Caetano pode ser em parte explicada pela distribuição peculiar que os monges faziam de seus escravos. Junto à abadia em São Paulo, a presença de mulheres cativas era bastante incomum: nas listas só são ali arrolados homens com mais de dez anos (17 escravos em 1798 e em 1813, 23 em 1825). Por isso, na contabilização geral de todos os escravos do mosteiro, as quantidades de cada gênero são mais equilibradas.

Já a maior quantidade de idosos nos plantéis beneditinos aponta uma longevidade média superior de seus escravos, corroborando a noção de que estes recebiam um tratamento material melhor que os da agricultura exportadora paulista, onde o trabalho era muito insalubre⁴. Por outro lado, os

TABELA 1 - IDADE E SEXO DOS ESCRAVOS POR LUGAR (EM %)						
MÓSTEIRO de São Bento de São Paulo						
	1798		1813		1825	
FAZENDA DE SÃO BERNARDO	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14 anos	12,1	27,3	12,5	15,6	7,7	30,8
15 a 49 anos	15,2	36,4	18,8	31,3	0	30,8
50 ou mais	3	6,1	6,3	15,6	15,4	15,4
TOTAL	30,3	69,8	37,6	62,5	23,1	77
FAZENDA DE SÃO CAETANO						
0 a 14 anos	24,4	17,8	14,6	9,8	19,6	28,6
15 a 49 anos	13,3	22,1	24,4	36,6	7,1	30,4
50 ou mais	6,7	15,6	7,3	7,3	3,6	10,7
TOTAL	44,4	55,5	46,3	53,7	30,3	69,7
TOTAL (SEDE E FAZENDAS)*						
0 a 14 anos	15,8	17,9	11,2	10,1	13,3	25
15 a 49 anos	24,2	23,2	31,5	28,1	21,9	24,2
50 ou mais anos	9,5	9,5	10,1	9	6,3	9,4
TOTAL	50,6	49,4	52,8	47,2	41,5	58,6
*EM 1825 inclui Fazenda Parateli. FONTE: Listas Nominativas de Habitantes, Arquivo do Estado de SP. Contabilização do autor.						
REGIÃO DA FREGUESIA DE SÃO BERNARDO, EXCLUINDO AS FAZENDAS DOS BENEDITINOS						
	1798		1813		1822	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14 anos	17,4	16,1	13,3	15,6	14,9	12,7
15 a 49 anos	23,2	27,4	30,9	28,3	36,3	27,9
50 ou mais anos	9,3	6,6	6,5	5,4	4,1	4,1
TOTAL	49,9	50,1	50,7	49,3	55,3	44,7
FONTE: Listas Nominativas de Habitantes, Arquivo do Estado de SP. Contabilização do autor.						
CAPITANIA/PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (EM %)						
	1804		1816		1823	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14	16,1	15,5	14,3	12,6	14,1	11,2
15 a 49	33,3	26,1	42,1	24,4	47,6	22,1
50 ou mais	5,4	3,6	4,3	2,4	3,1	1,8
TOTAL	54,8	45,2	60,7	39,4	64,8	25,1
FONTE: Luna, F.V.; Klein, H.S.; Costa, I.N. Escravismo em S. Paulo e Minas Gerais, p. 195-6, a partir das listas nominativas.						

altos percentuais de filhos sem paternidade oficialmente determinada, comuns na população escrava brasileira (LUNA e KLEIN, 2010: p. 246-249), estão presentes: dos 35 batismos de escravos dos beneditinos encontrados nos registros da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo (o primeiro é de 1814 e o último de 1840), 26 (74%) não têm identificação do pai. Percentual não muito diferente do apontado por Piratininga Jr. (1991: p. 66) em relação aos cativos dos beneditinos batizados na Paróquia da Sé entre 1792 e 1866, que indica 65% de mães solteiras em 184 batizados. Porém ressalta-se

que a não identificação do pai no registro do batismo não implicava necessariamente que este não fosse de fato publicamente conhecido e que a criança escrava não tivesse seus genitores vivendo sob alguma forma de união consensual, mesmo que não oficializada pela igreja.

A decadência da ordem dos beneditinos no Brasil e o fim da Fazenda de São Bernardo - Ao longo do século 19, o Mosteiro de São Bento em São Paulo foi pressionado por problemas tanto em escala local quanto global, que progressivamente se tornaram incontornáveis, impondo aos frades a decisão de vender as

propriedades em São Caetano e São Bernardo ao governo do Império, em 1877. Na esfera local, as dificuldades com rendeiros inadimplentes e posseiros acentuavam-se, especialmente na Fazenda de São Bernardo, que, por volta de 1868, já tinha quase todas as suas terras por eles ocupadas, terras as quais, segundo o Abade Frei Joaquim da Purificação, só causavam dispêndios (MARTINS, 2015: p. 47). Esses rendeiros e posseiros, por cercarem suas terras, também litigavam com tropeiros e carreiros locais, pois estes ficavam impedidos pelos cercamentos de utilizar essas áreas como campos de servidão pública para pasto de animais, embora tal uso fosse permitido pelos termos da doação da sesmaria aos monges, ratificados juridicamente⁵. Em nível global, exacerbava-se o pensamento da monarquia brasileira hostil às ordens religiosas (devido à influência iluminista que atingia a burocracia imperial), ainda que este se manifestasse de forma mais branda do que nos governos da Península Ibérica – em Portugal as ordens religiosas foram declaradas extintas em 1834, na Espanha, milhares de bens da igreja, incluindo os de mosteiros e do clero regular, foram vendidos pelo Estado durante as desamortizações do século 19. Em um relatório de 1827, uma autoridade do recém-instalado império brasileiro já expressava o ponto de vista da nova burocracia sobre o Mosteiro de São Bento paulistano, dizendo que suas fazendas se achavam “inutilizadas” e “sem cultura” e que ele, assim como outros conventos, tinha que ser “cortado” pelo novo governo, pois só deveria existir em um “país retrógrado”. (CABRAL, 2009: p. 94). Algumas medidas administrativas dos governos imperial e provincial demonstraram na prática essa hostilidade: o interdito à admissão de noviços nos conventos em 1855, os impostos adicionais que em São Paulo estes deviam pagar por imóveis urbanos (décima de casas e conventos, a partir de 1859) e escravos (a partir de 1862) e a lei de 1870 impondo a conversão em dez anos de todos os bens das ordens religiosas, incluindo escravos, em títulos da dívida

pública, que embora não tenha sido colocada em prática, punha os frades sob pressão. Por outro lado, havia ainda a perspectiva, sinalizada pelo fim do tráfico em 1850 e pela guerra civil norte-americana, de fim da escravidão, base da atividade econômica beneditina no país. Em um cenário onde era cada vez mais difícil manter o controle dos escravos, dada a diminuição do número de monges, os beneditinos de todo o país acabariam por libertar seus cativos em 1871. Diante desse quadro, sem poder extrair outra receita das fazendas além dos parques ou nulos pagamentos dos rendeiros, o Mosteiro de São Bento paulistano não teve outra saída a não ser vender ao Império, em 1877, suas terras no futuro ABC paulista. Em São Bernardo, elas se transformariam, pouco tempo depois, nas linhas coloniais Jurubatuba, Meninos e São Bernardo Velho, que abrigariam os imigrantes que dariam início a uma nova etapa da história local. ■

NOTAS

¹ Esse texto faz parte de pesquisa sobre a população de São Bernardo no século 19, desenvolvida na Seção de Pesquisa e Documentação da Divisão de Preservação da Memória (Prefeitura de São Bernardo do Campo).

² Os dados sobre os habitantes da Fazenda de São Bernardo eram lançados nas listas da Sé, junto com os do mosteiro e suas outras propriedades. A exceção foi em 1798, em que ela foi lançada na lista de São Bernardo, identificável pelo nome do monge responsável, João de Jesus Maria.

³ E também muito abaixo do número de escravos das fazendas beneditinas no Rio de Janeiro, como a de Campos de Goytacases, que, em 1833, tinha 546 cativos. (ARAUJO, 2011: p. 355).

⁴ Cf. (FREYRE, 2013, p. 295, 771); MARTINS: (1988, p. 299) e (2015, p. 26).

⁵ Cf. (MARTINS, 1974: p. 89-90); *Jornal Correio Paulistano*, 15 dez. 1864 e 2 jul. 1866; ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofício do delegado Antonio Galvão Bueno ao Presidente de Província, 10 dez. 1864, *Ofícios Diversos*.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Listas nominativas de habitantes de São Paulo e São Bernardo (1798, 1813, 1822 e 1825)*.

CÚRIA DIOCESANA DE SANTO ANDRÉ. *Registro de Batismos – Paróquia de São Bernardo*. CABRAL, José Antonio Teixeira. *Estatística da Imperial Província de São Paulo de SP*. São Paulo: Edusp, 2009.

JOHNSON, Dom Martinho. *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento*. São Paulo, 1977.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, J. V. Dai-vos e serás dado: benfeitores do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. In: *Anais da 7ª. Jornada Setecentista*: UFPR, 2007.

BUENO, Beatriz P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, jan.- jun. 2005.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos monges beneditinos na São Paulo Colonial (1598-1792). *Revista Espaço Teológico (REVELETEO)*, São Paulo (PUC-SP), n. 2, 2007.

CRUZ, M. C. V. O Porto do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro (UFF), v. 8, ago 1999.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Global (Edição digital) – epub., 2013.

LOYN, H. R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S.; COSTA, I. N. *Escravidão em São Paulo e Minas Geraes*. São Paulo: Edusp, 2008.

LUNA, F. & KLEIN, H. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *A escravidão em São Bernardo*. São Bernardo do Campo: CEDI, 1988.

_____. *Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

NASTARI, P. M. The role of sugar cane in Brazil’s history and economy. Retrospective Thesis and Dissertations. Paper 8948. Iowa State University, 1983.

PIRATININGA JR., L. G. *Dietário dos escravos de São Bento*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1991.

SANTOS, W. *Antecedentes históricos do ABC paulista*. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1992.

RODOLFO SCOPEL JACOBINE

É LICENCIADO EM HISTÓRIA PELA FFLCH-USP (1999) E, DESDE 2005, TRABALHA NA SEÇÃO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO), ONDE ATUA NA ÁREA DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL.

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Visita do prefeito Raimundo da Cunha Leite às ruas enfeitadas do Bairro Barcelona, por ocasião da procissão de Corpus Christi, no final da década de 1970. Na imagem, um tapete representando o brasão do município de São Caetano do Sul

Jantar com a participação do então prefeito Oswaldo Samuel Massei. Da esquerda para a direita, vemos: Massei, Altamiro Dias da Mota, Cláudio Musumeci, José Teixeira Gonçalves e esposa

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Encontro de amigos. Vemos, da esquerda para a direita: Humberto Domingos Pastore, Antonio Carlos Giarti, Domingo Glenir Santarnecchi e Ramón Nicolas Olmos



Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Grupo de amigos fantasiados para o carnaval de 1942



Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Piquenique entre amigos, em Santos. Da esquerda para a direita: Isidoro, Bartolo, Lúcio, Maneco e Ângelo. Deitado, Elói. Foto de 1942

Missa campal em comemoração ao quarto aniversário da autonomia de São Caetano do Sul. Na foto, em primeiro plano, foram identificados Mário Rodrigues, Nelson Infante, Manoel Cláudio Novaes, Pellegrino Bernardo, Ângelo Raphael Pellegrino (prefeito, na época), Antonio Flaquer, Daniel Giardullo, Luiz Rodrigues Neves e José Luiz Flaquer Neto. Foto de 6 de abril de 1952

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Solenidade por ocasião do 85º aniversário de São Caetano do Sul, na Praça Ermelino Matarazzo, Bairro da Fundação. Foram identificados: Anacleto Campanella (prefeito, na época), Araci Torres Campanella, João Rela, Walter Andrade, Angelina Cavassani Barile, Helena Catalã, Raquel Matarazzo, Domingos Darcie, Valtina Thomé Braidó, Carmela Braidó, Luiz Dadalt, Pedro Braidó, Oscar Perrella, Fausto Pompemayer, Vitório Caseri, Yolanda Botteon Bin, Augusta Dalcin Botteon, Albino Morselli, Antonia Braidó Dal'Mas, José João Lorenzini, Felipo Perrella, João Theodoro de Medeiros, Agda Braidó, Luiz Perrella, Carmela Capuano Lodi e Joaquim Veloso. Foto de 1962



Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Casamento de Narciso Ferrari e Iara da Fonseca, em 1955. Ao lado dos noivos, Ângelo Ferrari e Isabel Ferrari

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Casamento
de Dirceu
Garbelotto e
Alzira, realizado
em 1960

Missa solene em comemoração ao aniversário
da cidade, em 1986. Foram identificados, da
esquerda para a direita, os padres Domingo
Banez Diaz e Davi Vantroba (pároco da Igreja
Nossa Senhora da Candelária, na época)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Alunos do 2º ano misto
da escola Sylvio Romero,
em foto de 1942

Alunos do 1º ano da escola Senador Flaquer
com a professora Aparecida, em foto de 1956

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



RAÍZES E RETRATOS FAMILÍAS
DALL'ANESE E NÓBREGA



REUNIÃO DE AMIGOS EM 1950. AO CENTRO DA FOTO, NA MOTOCICLETA Nº 71, ARTHUR DALL'ANESE
ACERVO/FAMÍLIA DALL'ANESE



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: A CRIANÇA ERMELINDA, MARIA NÓBREGA BOLA, O MENINO HENRIQUE, HENRIQUE CAIRES NÓBREGA JÚNIOR E A FILHA CELESTINA. FOTO DA DÉCADA DE 1920
ACERVO/FAMÍLIA NÓBREGA



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: ADA DALL'ANESE, REGINA CARRARO, ROSALINA NÓBREGA E ANNA MARIA DALL'ANESE, EM FOTO DA DÉCADA DE 1950
ACERVO/FAMÍLIA NÓBREGA

FILHAS DE MARIA DA MATRIZ DE SÃO CAETANO, NA DÉCADA DE 1940
ACERVO/FAMÍLIA DALL'ANESE

PE. ALEXANDRE GRIGOLLI, PÁROCO DA IGREJA MATRIZ SAGRADA FAMÍLIA
ACERVO/FAMÍLIA NÓBREGA



PIQUENIQUE NA CHÁCARA DA FAMÍLIA LEANDRINI, EM 1942
ACERVO/FAMÍLIA NÓBREGA



ARTHUR DALL'ANESE, EM FOTO DA DÉCADA DE 1950
ACERVO/FAMÍLIA DALL'ANESE

RAÍZES E RETRATOS

FAMÍLIAS TOYODA E KOHARA



CASAL SENJIRO TOYODA E SHIZUE TOYODA, PRIMEIRA GERAÇÃO DA FAMÍLIA QUE CHEGOU AO BRASIL EM 1925 E, EM SÃO CAETANO DO SUL, EM 1926, E AS CRIANÇAS KEIGO TOYODA E SUMIE TOYODA (PRIMEIRA NISSEI NASCIDA NA CIDADE), DA SEGUNDA GERAÇÃO. FOTO TIRADA NO JARDIM DA LUZ, EM 15 DE AGOSTO DE 1927
ACERVO/ISSAO TOYODA KOHARA

FAMÍLIAS TOYODA E KOHARA. EM PÉ, KEIGO TOYODA (SEGUNDA GERAÇÃO) E MASSUME KOHARA. SENTADOS, EMI TOYODA (TERCEIRA GERAÇÃO), ETUKO TOYODA, LUMI TOYODA (TERCEIRA GERAÇÃO), SHIZUE TOYODA (PRIMEIRA GERAÇÃO), ISSAO TOYODA KOHARA (TERCEIRA GERAÇÃO), SUMIE TOYODA KOHARA (SEGUNDA GERAÇÃO) E MASSARU TOYODA KOHARA (TERCEIRA GERAÇÃO), EM FOTO DE 1954, APROXIMADAMENTE
ACERVO/ISSAO TOYODA KOHARA



FAMÍLIA ROMANO



THEREZA ROCCO ROMANO, EM FOTO DE 1942. ENTRE 1938 E 1950, TRABALHOU NA SEÇÃO DE PINTURA DA INDÚSTRIA LOUÇAS ADELINAS
ACERVO/LUIZ DOMINGOS ROMANO



ALUNOS DO ENTÃO COLÉGIO DE VILA GERTY (HOJE ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO BURKART) DESFILANDO NA AVENIDA GOIÁS, NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 1966. NA ÚLTIMA FILA, APARECE LUIZ DOMINGOS ROMANO (O SEGUNDO, A PARTIR DA ESQUERDA)
ACERVO/LUIZ DOMINGOS ROMANO

RAÍZES E RETRATOS
FAMÍLIA THOMÉ

FAMÍLIA DE PEDRO THOMÉ E CATARINA PESSOTTI THOMÉ, EM FOTO DO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO. PEDRO ERA UM DOS FILHOS DE TOMAZO THOMÉ, IMIGRANTE ITALIANO DA PRIMEIRA LEVA QUE CHEGOU A SÃO CAETANO NO DIA 28 DE JULHO DE 1877
ACERVO/PEDRO BONESSO



O CASAL PEDRO THOMÉ E CATARINA PESSOTTI THOMÉ
ACERVO/PEDRO BONESSO



PEDRO BONESSO E CATARINA PESSOTTI THOMÉ
ACERVO/PEDRO BONESSO

RAÍZES E RETRATOS
FAMÍLIA MENDES ANDORNO

OS PRIMOS ALEX MENDES ANDORNO (À ESQUERDA) E RODRIGO MENDES BOTACINI NA AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, EM 1994. PARA ADQUIRIR O ASPECTO ATUAL, ESSA AVENIDA PASSOU, AO LONGO DOS ANOS, POR VÁRIAS OBRAS, ENTRE RETIFICAÇÕES, REMODELAÇÕES E PROJETOS DE REURBANIZAÇÃO. NA OCASIÃO EM QUE A FOTO FOI TIRADA, A VIA PASSAVA POR UMA

DESSAS OBRAS

ACERVO/ALEX MENDES ANDORNO



OUTRO FLAGRANTE DOS PRIMOS EM UM TRECHO DA AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY

ACERVO/ALEX MENDES ANDORNO



MARISA MENDES ANDORNO COM O FILHO ALEX E O SOBRINHO RODRIGO

ACERVO/ALEX MENDES ANDORNO

DOAÇÃO/MARIA DE LOURDES PIRES DE BARROS



SAÍDA DA PROCISSÃO EM LOUVOR A SÃO CAETANO, EM FRENTE DA MATRIZ VELHA (FOTO À ESQUERDA) E NO LARGO DA IGREJA, EM FOTO DE 7 DE AGOSTO 1926



DOAÇÃO/GLEIDE FIOROTTI



CASAMENTO DE MARIA APARECIDA PERRELLA FIOROTTI E ORLANDO FIOROTTI, NA PARÓQUIA SÃO CAETANO (MATRIZ VELHA), EM 1941

DOAÇÃO/JOSÉ DOS REIS ALMENDRA



CERTIFICADO DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO DE OSVALDO ALMENDRA NO CURSO DE ELETRICIDADE, DE 8 DE JUNHO DE 1980

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO OSVALDO ALMENDRA NO CURSO DE ELETRICIDADE DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO, DE 1979



Neste 55º número, *Raízes* inaugura a seção **Álbum de Família**. Baseada no projeto de mesmo nome, idealizado pela Fundação Pró-Memória, em 2006, para compor a programação de edições do programa *Bairro a Bairro*, da Prefeitura Municipal, tal seção apresenta imagens de famílias moradoras da cidade e um breve histórico da trajetória de seus respectivos membros. Álbum de Família, em 2007, ensejou o surgimento de um outro projeto, denominado *Cidadão da História*, que tinha como proposta homenagear os moradores mais antigos de cada bairro do município durante a realização daquele programa da Prefeitura. Na ocasião, os homenageados eram fotografados ao lado de seus familiares. Parte do acervo resultante desses registros fotográficos poderá ser conferida, a partir de agora, nesta seção.



Família Araújo Pereira, do Bairro Oswaldo Cruz. A homenageada, Juraci Evangelista de Jesus, nasceu em 1º de janeiro de 1922. Trabalhou na Argilex, indústria fabricante de pastilhas. Na época em que a foto foi tirada (2007), Juraci estava com 85 anos. Sentado, ao lado da homenageada, seu neto Renato de Araújo Pereira. Em pé, a partir da esquerda, Laura Cristina Pereira (neta), Hilda de Araújo Arnoud (filha), Solange de Araújo Arnoud (neta) e Martina Evangelista de Araújo Pereira (filha)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família de Lourdes Codello Malfi de Queiróz, nascida em São Caetano no dia 22 de agosto de 1937. Quando jovem, trabalhou nas Indústrias Matarazzo e, depois, dedicou-se à costura. Na foto, Lourdes com seu marido José Euzébio de Queiróz e Pamela (sobrinha). Em pé, as filhas Elizabeth e Daniela de Queiróz. São oriundos do Bairro da Fundação

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



A homenageada, moradora do Bairro Santa Maria, Rita Fernandes Alves, na ocasião da foto com 82 anos de idade, relatou-nos como eram as condições estruturais do bairro nos idos de 1940. Sentados, ao lado dela, seu filho João Alves e o neto Leonardo. Em pé, a partir da esquerda, Michel Diego Alves (neto), Regina Alves (nora), Solange A. Ferramosca (nora) e Jair Alves (filho)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



O homenageado Wladimir Kerecut com a esposa Maria Kerecut, moradores do Bairro Santa Maria. Nascido em 21 de novembro de 1938, trabalhou, entre outras empresas, na Ford. Na ocasião da homenagem, em 2007, Wladimir Kerecut lembrou que as ruas de seu bairro eram de pedregulho e que, no local onde hoje se encontra a Cidade das Crianças, era a chácara do médico Souza Voto. Muitos moradores lá entravam para colher frutas, conforme relatou

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Homenageada em 2007, Angelina Honória Leandrini Santi, nascida em 1º de novembro de 1917, contava, na época, com 89 anos. Esposa do falecido Pedro Santi, teve oito filhos, 26 netos e seis bisnetos. Conforme relatou, o Bairro Nova Gerty era, no passado, um local repleto de mato e carros de boi circulavam pelas trilhas de terra. Lembrou também do dia da inauguração da Praça da Figueira, ocasião em que seu pai, Vergílio Leandrini (um dos pioneiros do bairro), fora homenageado com um busto de bronze. Angelina trabalhou nas Indústrias Matarazzo. Na foto, ela aparece com a filha Eunice Santi e o genro Evandro Costa

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família de João Antonielli, do Bairro Olímpico. Ao seu lado, Rafaela Jorge Miguel Antonielli (esposa) e a filha Sueli Antonielli Rampazzo. Em pé, Pedro Salgado de Moraes, Lindaura e João Antonielli Filho

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Sentada, à direita, Adalgisa Martorelli, na época (2007), com 91 anos de idade. Era casada com Albino Martorelli. Integrante de família do Bairro da Fundação, Adalgisa trabalhou na Fábrica de Chocolates Nestlé e na Wolf Metais até aposentar-se. Em pé, aparecem seu neto Ricardo Rogério Meloni e Esmeralda Bechara. Sentada, ao lado de Adalgisa Martorelli, sua filha Claudete Rosa Meloni

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família Marssan, do Bairro Mauá, representada por Maria Marssan Schiavinatto (à esquerda), Lourdes Marson Alvarenga, Angelina Marsson Fiorotto e Emília Marssam Swistalski. Em pé, Mário Marsan, Orlando Masson, Antonio Marson, Fernando Marson e Ângelo Marsan. Observem que o sobrenome da família aparece grafado de diferentes maneiras, por conta de erros tão usuais, antigamente, no momento do registro

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



O homenageado Nelson Marçola, do Bairro Santa Maria, em foto de 2007. Nascido em 29 de setembro de 1931, aparece ao lado da esposa Clarice Cutri Marçola. Em pé, estão Maria Cristina Guerreiro Marçola (nora), Andressa Bombonato Marçola (neta), Márcia Marçola (filha) e Borges (genro)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família Tonetti Blanco, do Bairro Barcelona. A matriarca, Domingas Tonetti Blanco, nascida em 6 de janeiro de 1926, trabalhou na Brasilit. Na época da homenagem, em 2007, contou-nos sobre as condições do bairro, que não possuía asfalto nem água encanada, apresentando pouca iluminação. Na foto, sentados, Wilson Blanco (filho) e a homenageada, Domingas. Em pé, a partir da esquerda, Maria Helena Andrade Blanco (nora), Maria Helena Blanco (filha), Fabiano Andrade Blanco (neto), Maria de Lourdes Blanco (filha) e Jorge Lourenço (genro)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família de Clara Novembrino Serafim, nascida em 11 de maio de 1925. Contava com 80 anos, na época da homenagem (2007). Trabalhou nas indústrias Matarazzo e Aliberti. Do seu bairro, Nova Gerty, recordou-se que, onde é hoje a Escola Estadual Padre Alexandre Grigoli, havia a Mata da Viúva. Sentadas, estão a homenageada Clara e sua filha Eiri Serafim Silveira. Em pé, Bruno Silveira Garcez (bisneto), Jandira Fiorotto, Neusa Fernandes, Valéria Silveira (neta), Shirley Baranski e Verônica Fiorotto Silveira (bisneta)

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Sentado, segurando sua sanfona, Gonçalo Navarro y Navarro, com 96 anos, na época da homenagem (2007). Em pé, Valter Navarro (filho), Leonilda G. Navarro (nora), Matilde Espósito Navarro (nora) e José Navarro (filho). Imagem tirada na residência da família, no Bairro Boa Vista

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

EXPOSIÇÕES

**Contraponto – Pinacoteca Municipal**

Em cartaz do dia 24/3 a 9/6 na Pinacoteca Municipal, a exposição *Contraponto* reuniu um total de 56 obras, entre peças do acervo da instituição e trabalhos de artistas engajados com questões pertinentes à contemporaneidade, buscando assim, levar uma amostragem da multiplicidade, diversidade e singularidade da produção de arte contemporânea que comporta, de modo não exclusivo, as mais diversas linguagens, suportes, técnicas e manifestações artísticas.

Tendo como curadores Fabiana Cavalcante, Nair Duarte e Valdo Rechelo e a colaboração da Casa Contemporânea e Ar – Escritório de Arte, cada trabalho contido foi pensado a partir da ação educativa, comprometida com a formação de novos públicos, proporcionando e facilitando a experiência com a arte, oferecendo mediação, diálogo, fazer artístico e a reflexão.

PINACOTECA
MUNICIPALMAR-2017
A
JUN-2017**Brinquedos, brincadeiras e memórias IV**

Com base nos conceitos de memória, história e cultura, alunos do 2º ano de ensino fundamental da Escola Villare realizaram percurso de pesquisa e investigação sobre brinquedos e brincadeiras da infância de seus pais. Para a organização da mostra, os estudantes realizaram pesquisas, consultaram diferentes fontes e selecionaram critérios para a escolha dos brinquedos. A exposição foi de 13 de junho a 10 de julho, no Museu Municipal.

MUSEU
MUNICIPALJUN-2017
A
JUL-2017**Contrastes – Ken i chi Kaneko e Bia Dória**

Com abertura no dia 20 de julho, a Pinacoteca Municipal recebe a exposição *Contrastes – Ken i chi Kaneko e Bia Dória*.

Ken i chi Kaneko, artista do acervo da Pinacoteca, completa 50 anos de carreira, apresentando obras autobiográficas e voltadas para a relação homem e natureza, com um olhar sobre as mazelas da sociedade. Bia Doria, que foi aluna do artista Frans Krajcberg, por meio da apropriação de elementos destruídos e devastados da natureza, traz uma reflexão acerca desta problemática contemporânea. A mostra, que conta com curadoria e ação educativa de Fabiana Cavalcante e Nair Duarte, fica em cartaz até o dia 15 de setembro.

PINACOTECA
MUNICIPALJUL-2017
A
SET-2017**Permeável papel humano - Tadashi Konno vida reciclada**

Exposta no Ateliê Pedagógico, localizado na Casa de Vidro, na Praça do Professor. A mostra traz 47 obras de 18 artistas, utilizando-se de intervenções em técnicas diversas como xilogravura e aquarela, tendo como matéria-prima o papel artesanal reciclado produzido pelo arquiteto Tadashi Konno em sua oficina, que, inclusive, foi doada para a Pró-Memória. A exposição teve abertura em 1º de julho e estará aberta até o dia 1º de setembro de segunda a sexta, das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas. A Praça do Professor fica na Avenida Goiás, nº 1.100, ao lado do Teatro Santos Dumont.

CASA DE
VIDROJUL-2017
A
SET-2017

<p>MUSEU MUNICIPAL</p> <hr/> <p>JUL-2017</p>	<p>Itália em 40 cliques</p> <p>Idealizada após uma viagem à Itália, realizada em 2016, a exposição do fotógrafo Ari Paleta retrata, por meio de imagens, 14 cidades do país da bota. Foram registradas paisagens, ruínas, monumentos e o cotidiano. A mostra teve início em 22 de julho e fica em cartaz até o dia 28 de agosto no Museu Histórico Municipal (Rua Maximiliano Lorenzini, 122, Bairro da Fundação) de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.</p>	
--	---	---

VISITAS

<p>SEDE FPM</p> <hr/> <p>JAN-2017 A JUN-2017</p>	<p>No primeiro semestre de 2017, a Pró-Memória recebeu a visita ilustre de artistas conceituados. O professor e artista plástico Célio Rosa visitou a instituição em março doando uma obra de sua autoria. Em abril, foi a vez de Fernando Cardoso prestigiar a exposição <i>Contraponto</i> na Pinacoteca Municipal e, em maio, Ken Kaneko, também tema de mostra, visitou o local e o Ateliê Pedagógico.</p>	 
<p>PINACOTECA MUNICIPAL</p> <hr/> <p>ABR-2017 A JUL-2017</p>	<p>Centenas de alunos de escolas municipais e particulares de São Caetano visitaram, entre abril e julho, a Fundação Pró-Memória, onde puderam vivenciar atividades no Ateliê Pedagógico, conhecer as exposições da Pinacoteca e visitar o Museu Histórico Municipal.</p>	
<p>SEDE FPM</p> <hr/> <p>ABR-2017</p>	<p>O casal governador do distrito 4420 do Rotary Club, Ronaldo e Mônica Varella, visitou na tarde de 6 de abril as dependências da Fundação Pró-Memória, onde conheceu as instalações e as atividades realizadas no local. O governador do distrito que engloba 79 clubes da zona sul de São Paulo, das cidades do ABC Paulista e Litoral Sul e sua esposa visitaram a exposição <i>Contraponto</i> na Pinacoteca e também acompanharam o trabalho desenvolvido no Ateliê Pedagógico na Casa de Vidro.</p>	
<p>SEDE FPM</p> <hr/> <p>MAI-2017</p>	<p>No dia 29 de maio, foi a vez do diplomata do Consulado da Rússia em São Paulo, Konstantin Biryukov, visitar a Fundação Pró-Memória. Representando a Rossotrudnichestvo (Agência para cooperação internacional russa), o diplomata se reuniu com o presidente Charly Farid Cury, na sede da instituição, onde explanou sobre atividades de intercâmbio cultural.</p>	

ENCONTROS/PALESTRAS/OFFICINAS



Posse dos novos Conselhos da Pró-Memória

No primeiro semestre, foram empossados os novos integrantes dos Conselhos Diretor, Consultivo e Editorial da Fundação Pró-Memória. Os colegiados são formados por profissionais de diversas matrizes que atuam em trabalhos culturais e serviços prestados à historiografia de São Caetano do Sul e da região do Grande ABC, em geral, e que sirvam à missão da instituição.

SEDE
FPM



Simpósio no México

Representada pela assessora da presidência, Márcia Gallo, a Pró-Memória participou entre os dias 24 e 26 de abril, do 2º. Simpósio Internacional Comunicação e Cultura: Memória e História Oral, realizado na Universidade de Colima, no México.

Na ocasião, foi apresentado o trabalho: Possibilidades para a aprendizagem de História por meio da história oral nas séries iniciais do ensino fundamental.

UNIVERSIDADE
DE
COLIMA

ABR-2017



Cidadão da História

Como parte das atividades do programa “Bairro a Bairro”, a Fundação Pró-Memória junto com a Prefeitura de São Caetano do Sul reativaram, desde 23 de junho, o “Cidadão da História”. A ação consiste em homenagear moradores, entidades e estabelecimentos comerciais que se tornam símbolos históricos dos bairros em que estão localizados.

O projeto destaca os munícipes que se dedicaram ao trabalho árduo por décadas e que, conseqüentemente, ajudaram o bairro em que moram a crescer e se desenvolver.

BAIRRO
A
BAIRRO

JUN-2017
JUL-2017

26 ANOS DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA



Criada em 12 de junho de 1991 pela Lei 3.147, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul celebrou seus 26 anos de existência solidificada como a mais importante instituição de preservação de memória, história, acervo e cultura da região do Grande ABC.

Formada por corpo técnico qualificado, composto por educadores, historiadores e jornalistas que visam oferecer excelência nos serviços prestados à sociedade sul-são-caetanense, a Pró-Memória conta com três espaços expositivos (Casa de Vidro, Espaço Verde Chico Mendes e Parque do Forno) e também é integrada pelo Centro de Documentação Histórica, a Pinacoteca Municipal e o Museu Histórico Municipal.

Para comemorar a data, foi inaugurada uma placa no lado externo da sede da instituição, destacando a localização.

SEDE
FPM

JUN-2017

EXPOSIÇÕES VIRTUAIS

As exposições virtuais temporárias visam ampliar e facilitar o acesso do público a histórias que recuperam a memória do município e evidenciam suas tradições e modos de vida. O projeto tem como objetivo funcionar como complemento para a divulgação do acervo da Fundação Pró-Memória. As mostras virtuais ficam no ar pelo período de um mês e sempre apresentam um texto de introdução e cerca de 20 imagens, de acordo com o tema proposto.

EME Alcina Dantas Feijão: 50 anos de histórias, atividades e aprendizado

Criada em 8 de março de 1967 com o nome de Ginásio Comercial Municipal, a Escola Municipal de Ensino Professora Alcina Dantas Feijão, localizada no Bairro Mauá, chega aos 50 anos como uma das mais simbólicas do município. Para comemorar a data, a Pró-Memória realizou entre os meses de março e abril a exposição celebrando a data. A mostra reuniu mais de 20 fotografias provenientes do acervo do Centro de Documentação Histórica da instituição que percorrem, de forma linear e cronológica, alguns dos principais acontecimentos da escola, como os momentos iniciais, a Banda Marcial e os tradicionais festivais culturais e educativos do local.

O início do desenvolvimento industrial de São Caetano

Em maio, a exposição virtual retratou o início do desenvolvimento industrial de São Caetano. A mostra trouxe, de forma dinâmica, informações sobre algumas das primeiras indústrias a se instalarem na cidade e que, de certo modo, foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico do município.

Documentos da Nossa História: um panorama dos acervos do Centro de Documentação Histórica

Participando da primeira Semana Nacional de Arquivos, promovida pelo Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Pró-Memória realizou em junho a exposição *Documentos da Nossa História: um panorama dos acervos do Centro de Documentação Histórica*.

Contando com mais de 30 imagens, entre fotos e reproduções documentais, a mostra repassou a trajetória do Centro de Documentação Histórica da instituição, desde seus primórdios, ainda ligado ao Museu Histórico Municipal, até os dias de hoje, quando se tornou importante referência para pesquisadores, estudantes e população em geral.

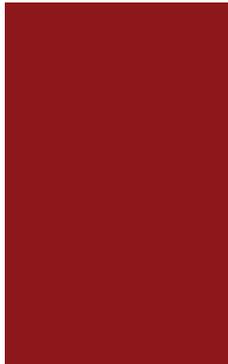
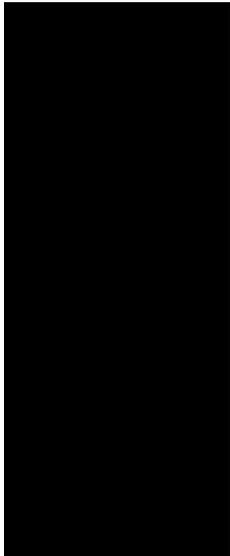
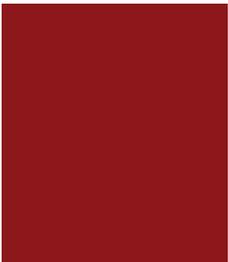
Praças e parques de São Caetano

A cada dia, em São Caetano, as áreas verdes tornaram-se maiores e mais presentes, e incorporados a elas, espaços para práticas esportivas e de lazer foram criados. Nossa exposição de julho foi composta de fotos atuais de parques e praças, para que as pessoas conheçam e possam desfrutar dos inúmeros espaços que a cidade oferece.



SITE
DA FPM

MAR-2017
A
JUL-2017





**Fundação
Pró-Memória
de São
Caetano
do Sul**

Avenida Dr. Augusto
de Toledo, nº 255

(11) 4223-4780
de segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h



**Pinacoteca
Municipal**

Avenida Dr. Augusto de
Toledo, nº 255

(11) 4223-4780
de segunda a sexta-feira,
das 9h às 17h,
e sábado, das 9h às 13h



**Museu
Histórico
Municipal**

Rua Maximiliano
Lorenzini, nº 122

(11) 4229-1988
de segunda a sexta-feira,
das 9h às 17h,
e sábado, das 9h às 13h



**Centro de
Documentação
Histórica**

Avenida Dr. Augusto de
Toledo, nº 255

(11) 4223-4780
de segunda a sexta-feira,
das 9h às 17h



**Ateliê
Pedagógico -
Casa de Vidro**

Praça do Professor
(altura da Av. Goiás,
1.111)

de segunda a sexta-feira,
das 14h às 17h
Possibilidade de
agendamento em
horários alternativos

